



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
RELATÓRIO AMBIENTAL



avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

1/92

1	INTRODUÇÃO	4
2	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	5
3	OBJECTO DE AVALIAÇÃO	5
3.1	OBJECTIVOS E FUNDAMENTOS DA REVISÃO	5
3.2	CONTEÚDO E ESTRUTURA DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	6
3.3	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	7
3.3.1	DEMOGRAFIA	7
3.3.2	PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E ARQUITECTÓNICO	8
3.3.3	SISTEMA ECONÓMICO	8
3.3.4	URBANISMO, EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS	8
3.3.5	VIAS DE COMUNICAÇÃO	9
3.4	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO	9
3.4.1	PROMOVER O APROVEITAMENTO INTEGRADO DOS RECURSOS DO MUNDO RURAL	9
3.4.2	DESENVOLVER E QUALIFICAR O TECIDO EMPRESARIAL LOCAL	9
3.4.3	MELHORAR AS ACESSIBILIDADES E INCREMENTAR A MOBILIDADE DAS POPULAÇÕES	10
3.4.4	QUALIFICAR URBANÍSTICA E FUNCIONALMENTE A SEDE DE CONCELHO	10
4	METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL	10
5	FACTORES PARA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL	13
5.1	DEFINIÇÃO DOS FACTORES AMBIENTAIS	13
5.2	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO AMBIENTAL	15
5.3	INDICADORES A UTILIZAR NA AVALIAÇÃO AMBIENTAL	16
6	AVALIAÇÃO AMBIENTAL	18
6.1	BIODIVERSIDADE	18
6.1.1	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS	18
6.1.1.1	ÁREAS E ESPÉCIES PROTEGIDAS	18
6.1.1.1.1	Zona de Protecção Especial de Monforte	18
6.1.1.1.2	Zona de Protecção Especial de Vila Fernando	19
6.1.1.1.3	Zona de Protecção Especial de Veiros	20
6.1.1.2	PATRIMÓNIO FAUNÍSTICO E FLORÍSTICO DO CONCELHO	21
6.1.1.2.1	Fauna	21
6.1.1.2.2	Flora	23
6.1.1.3	CONCLUSÕES	23
6.1.2	ANÁLISE SWOT	24
6.1.3	IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS	25
6.1.4	AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO	27
6.1.5	VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO	28
6.1.6	DIRECTRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS	28
6.1.6.1	DIRECTRIZES	28
6.1.6.2	MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS	29
6.2	QUALIDADE AMBIENTAL E RECURSOS NATURAIS	30
6.2.1	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS	30
6.2.1.1	ABASTECIMENTO DOMICILIAR DE ÁGUA	30
6.2.1.2	DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	30
6.2.1.3	RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)	31

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

2/92

6.2.1.4	POLUIÇÃO SONORA	31
6.2.1.5	RECURSOS GEOLÓGICOS.....	31
6.2.1.6	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS EDÁFICOS	32
6.2.1.7	RECURSOS HÍDRICOS.....	32
6.2.2	ANÁLISE SWOT	33
6.2.3	IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS	34
6.2.4	AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO	36
6.2.4.1	ABASTECIMENTO DOMICILIAR DE ÁGUA	36
6.2.4.2	DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	37
6.2.4.3	RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS(RSU).....	37
6.2.4.4	POLUIÇÃO SONORA	37
6.2.4.5	RECURSOS GEOLÓGICOS	37
6.2.4.6	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS EDÁFICOS	38
6.2.4.7	RECURSOS HÍDRICOS.....	38
6.2.5	VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO.....	38
6.2.6	DIRECTRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS	39
6.2.6.1	DIRECTRIZES	39
6.2.6.2	MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS.....	39
6.3	RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS.....	40
6.3.1	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS	40
6.3.1.1	RISCO DE INCÊNDIO.....	40
6.3.1.2	RISCO DE EROÇÃO	40
6.3.1.3	RISCO DE CONTINGÊNCIA	40
6.3.2	ANÁLISE SWOT	41
6.3.3	IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS	42
6.3.4	AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO	42
6.3.4.1	RISCO DE INCÊNDIO	43
6.3.4.2	RISCO DE EROÇÃO	43
6.3.4.3	RISCO DE CONTINGÊNCIA.....	44
6.3.5	VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO.....	44
6.3.6	DIRECTRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS	45
6.3.6.1	DIRECTRIZES.....	45
6.3.6.2	MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS	45
6.4	COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	46
6.4.1	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS	46
6.4.1.1	DINÂMICA POPULACIONAL.....	46
6.4.1.2	MOBILIDADE.....	46
6.4.1.3	ACESSO A EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	47
6.4.1.4	ACTIVIDADE INDUSTRIAL	48
6.4.1.5	MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL AGRÍCOLA E FLORESTAL.....	48
6.4.1.6	MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO	50
6.4.2	ANÁLISE SWOT	50
6.4.3	IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS	52
6.4.4	AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO	53
6.4.4.1	DINÂMICA POPULACIONAL	54
6.4.4.2	MOBILIDADE.....	54
6.4.4.3	ACESSO A EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	54
6.4.4.4	ACTIVIDADE INDUSTRIAL	54
6.4.4.5	MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL AGRÍCOLA E FLORESTAL	55

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

3/92

6.4.4.6	MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO	55
6.4.5	VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO.....	55
6.4.6	DIRECTRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS	56
6.4.6.1	DIRECTRIZES.....	56
6.5	OCUPAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	56
6.5.1	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS	56
6.5.1.1	OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	56
6.5.1.2	ORDENAMENTO DO ESPAÇO RURAL E URBANO.....	57
6.5.1.3	DINÂMICAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	59
6.5.1.4	PROTECÇÃO DOS SOLOS	60
6.5.2	ANÁLISE SWOT	62
6.5.3	IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS	63
6.5.4	AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO	65
6.5.4.1	OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	65
6.5.4.2	ORDENAMENTO DO ESPAÇO RURAL E URBANO.....	66
6.5.4.3	DINÂMICAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	66
6.5.4.4	PROTECÇÃO DOS SOLOS	66
6.5.5	VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO.....	67
6.5.6	DIRECTRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS	67
6.5.6.1	DIRECTRIZES.....	67
6.6	PATRIMÓNIO E PAISAGEM	68
6.6.1	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS	68
6.6.1.1	PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO	68
6.6.1.2	PAISAGEM	69
6.6.2	ANÁLISE SWOT	72
6.6.3	IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS	73
6.6.4	AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO	73
6.6.4.1	PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO	74
6.6.4.2	PAISAGEM	74
6.6.5	VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO.....	75
6.6.6	DIRECTRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS	76
6.6.6.1	DIRECTRIZES.....	76
7	MONITORIZAÇÃO E CONTROLO.....	77
8	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL	79
9	CONCLUSÃO	86
10	FONTES DOS PARÂMETROS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	89
11	BIBLIOGRAFIA.....	92



1 INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Director Municipal do Concelho de Monforte (PDM). O Concelho de Monforte localiza-se no Alto Alentejo, no distrito de Portalegre, tendo como limite os concelhos de Arronches e Elvas, a Este, os concelhos de Portalegre, Crato e Alter-do-Chão, a Norte, os concelhos de Fronteira e Sousel, a Oeste, e os concelhos de Estremoz e Borba, a Sul.

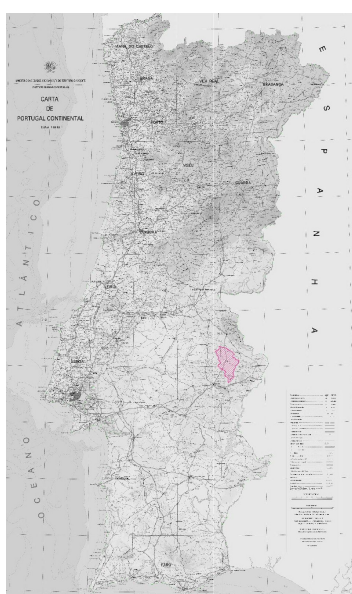


Figura 1 – Mapa de localização do Concelho de Monforte, à escala nacional.

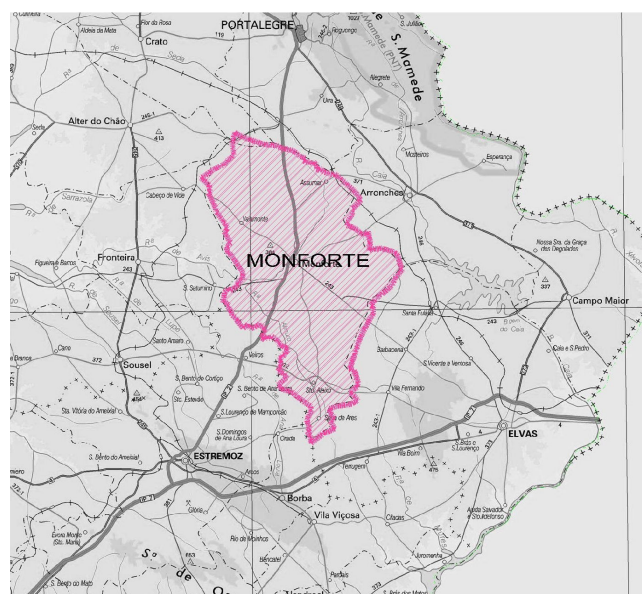


Figura 2 – Mapa de localização do Concelho de Monforte, à escala regional.

A elaboração do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica, surge na sequência da aplicação do Decreto-lei 232/2007 de 15 de Junho tendo como objectivo a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano.

O objectivo da Avaliação Ambiental Estratégica é estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável.

A Avaliação Ambiental Estratégica, enquanto abordagem estratégica, tem três objectivos muito concretos:

- Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de política;
- Detectar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

5/92

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica acompanha a elaboração do Plano Director Municipal e enquadra-se na perspectiva de que a sua realização, ao nível do planeamento, contribua para a adopção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam os efeitos negativos significativos no ambiente, decorrentes da execução do plano.

Este relatório explicita o estudo dos efeitos ambientais que podem advir do Plano e comprova a forma como os factores ambientais foram integrados no processo de tomada de decisão aquando da elaboração do Plano Director Municipal.

2 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

A elaboração do presente relatório surge no âmbito da aplicação do Decreto Lei 232/2007 de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas Comunitárias n.ºs 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Junho e 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio. A primeira Directiva está relacionada com a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, enquanto que a segunda estabelece a participação do público na elaboração desses mesmos planos.

O Decreto Lei 232/2007 de 15 de Junho estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos ou programas no ambiente, preocupação que também se encontra reflectida nas alterações ao Decreto Lei 380/99 de 22 de Setembro pelo Decreto Lei 316/2007 de 19 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. O Decreto Lei 316/2007 de 19 de Setembro, Artigo 86, n.º2 alínea c), refere que o plano deve ser acompanhado por um "relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos."

De acordo com o definido no Decreto Lei 232/2007 de 15 de Junho, Artigo 3.º, n.º1, alínea a), estão sujeitos a avaliação ambiental, "os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das água, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural (...)". Por outro lado, estão da mesma forma sujeitos a avaliação ambiental, "os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de protecção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais (...)", como refere o Artigo 3.º, n.º1, alínea b), do mesmo diploma.

Desta forma, sendo o principal objectivo do Plano Director Municipal a programação do solo urbano e rural de todo o território municipal e uma vez que deste município fazem parte três Zonas de Protecção Especial, impõe-se que seja feita uma avaliação dos efeitos significativos no ambiente, resultantes das medidas preconizadas neste plano.

3 OBJECTO DE AVALIAÇÃO

O objecto de Avaliação Ambiental presente neste relatório é a Revisão do Plano Director Municipal de Monforte e os objectivos subjacentes.

3.1 OBJECTIVOS E FUNDAMENTOS DA REVISÃO

O Plano Director Municipal de Monforte, publicado em 20 de Dezembro de 1995, e conforme o previsto na legislação em vigor e de acordo com o estabelecido no artigo 2º, nº3 do PDM, o mesmo deve ser objecto de processo de revisão, no quadro temporal de 10 anos, tendo assim assumido a Câmara Municipal de Monforte a respectiva decisão formal de proceder à Revisão do Plano Director Municipal.

Desta forma, existe a necessidade de conformar o PDM com a legislação aplicável entretanto aprovada e publicada, em particular com o Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei 53 / 2000, de 7 de Abril e Decreto-Lei 310 /

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

6/92

2003, de 10 de Dezembro, considerando ainda o constante na Portaria nº 138 / 2005, de 2 de Fevereiro e demais legislação em vigor ao introduzir o novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

A existência dos 4 Planos de Urbanização, respectivamente, o Plano de Urbanização de Assumar, Monforte, Santo Aleixo e Vaiamonte, ao abrangerem a quase totalidade das áreas urbanas, implica alterações profundas na estrutura e no conteúdo do PDM, donde resulta uma exigência directa de adequação e de revisão do actual PDM ainda em vigor.

Por outro lado, e ainda como suporte de apoio ao processo de Revisão do PDM, importa sublinhar a existência de um Estudo Preliminar de Avaliação do Estado do Ordenamento do Território, contributo de avaliação crítica sobre a implementação do actual PDM, dos seus constrangimentos e eventuais estrangulamentos, estudo este que integra ainda um conjunto de princípios e critérios orientadores de apoio à estratégia de revisão daquele instrumento de planeamento e gestão territorial.

Por último, de referir que se encontra em fase de execução um Estudo de Desenvolvimento Estratégico para o Concelho de Monforte, instrumento de importância estratégica a considerar, que necessariamente ao identificar as principais vocações e eixos de especialização económica e social, determinará necessidades e exigências de gestão territorial e de uso dos solos, a que o processo de revisão do PDM não deverá ser, de todo, indiferente.

(Fonte: Fundamentos da Revisão do Plano Director Municipal)

3.2 CONTEÚDO E ESTRUTURA DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

O Plano Director Municipal de Monforte encontra-se estruturado em três conjuntos de elementos, sendo que o primeiro conjunto diz respeito aos elementos fundamentais, o Plano propriamente dito, o segundo conjunto aos elementos que acompanham o Plano e o terceiro aos documentos anexos (Carta Educativa, Mapa de Ruído, Risco de Incêndios e Aquífero Monforte – Alter-do-Chão), elaborados por entidades externas, que acompanham igualmente o Plano.

ELEMENTOS QUE CONSTITUEM

DESENHOS		
01.	Carta Ordenamento	1/25000
02.	Carta Ordenamento: Perímetro Urbano de Monforte	1/5000
03.	Carta Ordenamento: Perímetro Urbano de Assumar	1/5000
04.	Carta Ordenamento: Perímetro Urbano de St.º Aleixo	1/5000
05.	Carta Ordenamento: Perímetro Urbano de Vaiamonte	1/5000
06.	Carta Ordenamento: Perímetro Urbano de Prazeres	1/5000
07.	Carta Condicionantes	1/25000
PEÇAS ESCRITAS	Regulamento	



ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM O PLANO

DESENHOS		
08.	Planta de enquadramento regional	esc. várias
09.	Planta de Situação Actual	1/50000
10.	Caracterização do território: Análise fisigráfica – Festos e Talvegues	1/50000
11.	Caracterização do território: Análise fisigráfica – Hipsometria	1/50000
12.	Caracterização do território: Análise fisigráfica – Declives	1/50000
13.	Caracterização do território: Análise fisigráfica – Síntese	1/50000
14.	Caracterização do território: Análise biofísica – Reserva Ecológica Nacional	1/50000
15.	Caracterização do território: Análise biofísica – Reserva Agrícola Nacional	1/50000
16.	Caracterização do território: Solos	1/50000
17.	Caracterização do território: Geologia	1/50000
18.	Caracterização do território: Infra-estruturas – Rodoviárias e Ferroviárias, Abastecimento de Água, Drenagem de águas residuais, Rede Eléctrica, Gás.	1/50000
19.	Caracterização do território: Património. Estudo Toponímico de Ocupação do Território	1/50000
20.	Caracterização do território: Património Natural	1/50000
21.	Unidades e Valores da Paisagem	1/50000
22.	Caracterização do território: Licenciamentos	1/50000
23.	Estrutura Ecológica Municipal	1/50000
PEÇAS ESCRITAS	Relatório	

ELEMENTOS ANEXOS AO PLANO¹

DESENHOS		
	Carta Educativa	
	Mapa de Ruído	
	Risco de Incêndios	
	Aquífero Monforte – Alter-do-Chão	

(Fonte: Revisão do Plano Director Municipal de Monforte)

3.3 SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

3.3.1 DEMOGRAFIA

A densidade populacional de Monforte apresentou uma evolução positiva correspondente a um período de crescimento, situado entre 1864 e 1950.

Desde 1950 até à actualidade, últimos dados censitários, apresenta uma evolução negativa correspondente a um período de decréscimo.

Nestes últimos cinquenta anos, passou-se de 8295 residentes para 3338 residentes, em 2001, ocorrendo uma maior diminuição do número de residentes na década de 60.

Assiste-se a uma pirâmide etária duplamente envelhecida, onde se observa o alargamento do topo da pirâmide (aumento da proporção da população idosa) e a retracção da base da pirâmide (diminuição da proporção da população jovem).

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Director Municipal de Monforte)

¹ Documentos autónomos, elaborados por entidades externas, mas que acompanham igualmente o Plano



3.3.2 PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E ARQUITECTÓNICO

A Paisagem concelhia caracteriza-se por estar inserida na Peneplanície típica do Alto Alentejo, cuja ocupação predominantemente é o Povoamento de Quercineas, sendo a exploração no sistema agro-silvo-pastoril, a intervenção do Homem mais expressiva, constituindo a Paisagem um património que deverá ser fonte geradora de riqueza.

O Património classificado no concelho segundo o Relatório do PDM, processo de revisão, pode ser subdividido em três situações distintas:

- Imóveis classificados, destacando-se o monumento nacional da "Villa" lusitano-romana de Torre de Palma;
- Imóveis em Vias de Classificação;
- Património arqueológico, com ocorrências de vestígios de nove épocas.

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Director Municipal de Monforte)

3.3.3 SISTEMA ECONÓMICO

A estrutura económica local apresenta uma perda relativa da importância dos sectores primário e secundário, constatando-se reforço de influência do sector terciário e dos serviços.

Prevalecem empresas de pequena dimensão e de dinâmicas familiares, revelando deficiências estruturais de qualificação profissional e de recursos técnicos especializados.

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Director Municipal de Monforte)

3.3.4 URBANISMO, EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS

As dinâmicas construtivas têm sido assumidas maioritariamente pelas famílias e pelos interessados, importando referir a recente dinamização de um Loteamento Municipal, em Monforte.

Verificam-se claros sinais de degradação do património construído que aconselham uma pronta intervenção, nomeadamente como forma de apoiar uma estratégia de rejuvenescimento tecido social existente.

A Câmara Municipal equaciona a possibilidade de prosseguir uma forte intervenção no domínio da produção de solo urbanizado, nas freguesias rurais do Concelho.

Esta intervenção prende-se com a inexistência iniciativa privada e com a procura de lotes para construção de habitação por parte dos municípios, principalmente jovens casais, que a Câmara Municipal pretende manter no concelho.

A rede de equipamentos de uso colectivo corresponde globalmente às necessidades e expectativas da população local residente.

A cobertura do concelho ao nível dos sistemas de abastecimento e armazenamento de água pode considerar-se satisfatória. Contudo, importa considerar que Vaiamonte e Assumar devem ter a sua capacidade de armazenamento duplicada.

A situação actual do Concelho é satisfatória ao nível de sistema de drenagem e tratamento de águas residuais, não apresentando lacunas importantes de registo, excepto a situação relativa ao lugar de Prazeres.

Por outro lado, ao nível de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos a situação actual é aceitável, já que tanto a recolha se processa em condições razoáveis, como o destino final dos resíduos está assegurado.

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Director Municipal de Monforte)



3.3.5 VIAS DE COMUNICAÇÃO

O Concelho encontra-se servido pelo IP2, que o atravessa no sentido longitudinal, ficaram assim garantidos os acessos aos principais eixos viários nacionais das redes principal e secundária, nomeadamente aos IP6 e IP7 e aos IC10 e IC13 e, portanto, a todo o território nacional.

A rede viária do Concelho presentemente, cobre todos os aglomerados populacionais, mesmo os de menor importância e encontrando-se pavimentada na sua quase totalidade.

A rede de transportes públicos em funcionamento apresenta-se insuficiente na ligação e comunicação entre os diferentes aglomerados urbanos e freguesias, sendo evidente a actual quase exclusividade da utilização do transporte individual.

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Director Municipal de Monforte)

3.4 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia do Concelho de Monforte não se pode dissociar da estratégia regional e induz necessariamente à construção de uma visão de mudança.

A estratégia municipal passa por:

- Promover o aproveitamento integrado dos recursos do mundo rural;
- Desenvolver e qualificar do tecido empresarial local;
- Melhorar as acessibilidades e incrementar a mobilidade das populações;
- Qualificar urbanística e funcionalmente a sede de concelho.

3.4.1 PROMOVER O APROVEITAMENTO INTEGRADO DOS RECURSOS DO MUNDO RURAL

O sector agrícola apresenta-se pouco competitivo e sustentável devido a mão-de-obra envelhecida e pouco qualificada. Desta forma, é necessário promover as actividades desenvolvidas em espaço rural, aproveitar e explorar o vasto conjunto de recursos paisagísticos, cinegéticos, culturais e patrimoniais, nomeadamente para fins turísticos e de lazer.

3.4.2 DESENVOLVER E QUALIFICAR O TECIDO EMPRESARIAL LOCAL

As iniciativas de apoio ao desenvolvimento empresarial local, como instalação do Ninho de Empresas no Parque Industrial de Monforte e a elaboração de um Guia de Apoio ao Empresário, constituem um dos pilares da estratégia de desenvolvimento do concelho, que apresenta um tecido empresarial pouco expressivo e frágil.

O desenvolvimento turístico, com base no aproveitamento dos valores culturais, naturais, patrimoniais/históricos, é um dos vectores de desenvolvimento local a apostar, uma vez que promove a criação de unidades de restauração e alojamento qualificados para além de gerar postos de trabalho.



3.4.3 MELHORAR AS ACESSIBILIDADES E INCREMENTAR A MOBILIDADE DAS POPULAÇÕES

Apesar de Monforte dispor de boas acessibilidades intra e inter - concelhias a mobilidade das populações é reduzida pela insuficiente rede de transportes. Isto acontece devido ao fracos níveis da procura de transportes, factores que condicionam a viabilidade económica da exploração de serviços de transporte regular de passageiros.

Neste sentido, toma-se necessário procurar novas soluções de transporte que colmatem as limitações actuais dos transportes no concelho e melhorem a mobilidade das populações em todo o concelho, rompendo com o crescente isolamento das populações.

3.4.4 QUALIFICAR URBANÍSTICA E FUNCIONALMENTE A SEDE DE CONCELHO

O despovoamento do concelho de Monforte devido à fraca e pouco qualificada oferta de emprego é uma realidade bem evidenciada.

A inversão deste processo passa pela requalificação funcional e paisagística dos aglomerados urbanos do concelho, factores essenciais à melhoria da qualidade de vida no concelho e consequentemente à fixação das populações.

Quadro 1 – Objectivos estratégicos do Plano Director Municipal

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

OBJ 1 – PROMOVER O MUNDO RURAL	Reforçar o potencial do mundo rural, promovendo actividades a desenvolver em espaço rural em articulação com os inúmeros valores cinegéticos, culturais e patrimoniais
OBJ 2 – QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL	Promover iniciativas que incitem o investimento local através da implementação das condições necessárias, nomeadamente no sector do turismo
OBJ 3 – MOBILIDADE / ACESSIBILIDADE	Favorecer a acessibilidade e mobilidade das populações intra e inter – concelhias por forma a inverter o crescente isolamento das populações
OBJ 4 – QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA	Requalificação funcional e paisagística dos aglomerados urbanos, melhorando a qualidade de vida e favorecendo a fixação das populações

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Director Municipal de Monforte)

4 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

A metodologia adoptada para a elaboração do relatório de Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Director Municipal de Monforte, teve por base não só as indicações presentes no Decreto Lei 232/2007 de 15 de Junho, assim como também, a bibliografia respeitante ao tema, nomeadamente o “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”. Todavia, foram feitas as devidas adaptações em função das especificidades do território e da fase em que se encontra a revisão do Plano Director Municipal.

Tal como é sugerido no “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, esta metodologia assenta sobre três componentes:

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

11/92

- componente técnica,
- componente de processo;
- componente de comunicação.

No que diz respeito à **componente técnica**, esta “destina-se a assegurar a focagem técnica da AAE e determinar o seu alcance, a realizar a discussão de opções estratégicas, a avaliar as oportunidades e os riscos e a enunciar directrizes que constituem recomendações da AAE e são objecto de verificação no seguimento da AAE.” (Partidário, 2007)

Relativamente à **componente de processo**, esta “destina-se a assegurar a articulação entre o processo de AAE e o processo de planeamento ou programação”. (Partidário, 2007)

Por último, com a **componente de comunicação**, pretende-se “assegurar que a AAE é acessível a todos os tipos de público interessado.” (Partidário, 2007)

A componente técnica divide-se em três fases:

- A primeira fase ou a definição do âmbito, onde são definidos os **Factores Ambientais** que irão ser avaliados com base nos objectivos definidos no Plano Director Municipal e, o **Quadro de Referência Estratégico Ambiental**.
- A **Avaliação Ambiental Estratégica** irá constituir a segunda fase desta componente técnica, onde é feita uma avaliação dos Factores Ambientais face aos objectivos propostos no P.D.M., com base na situação de referência do Concelho. Por outro lado, são também indicados os principais impactes resultantes da aplicação do Plano e o cenário na ausência deste, de modo a serem definidas posteriormente medidas de controle.

A análise da **Situação de referência** de todos os critérios correspondentes aos Factores Ambientais é sintetizada numa **Análise SWOT**, onde são identificadas as Forças (Strengths), as Fraquezas (Weaknesses), as Oportunidades (Opportunities) e as Ameaças (Threats).

O ponto seguinte denominou-se de **Identificação de Efeitos** e, consiste na indicação e avaliação do contributo do P.D.M. para a prossecução das metas e objectivos estratégicos definidos pelos planos e programas que constituem o Quadro de Referência Estratégico Ambiental.

Posteriormente são **avaliados os objectivos do plano**, face aos critérios considerados e a forma como estes contribuem para alcançar as metas estratégicas. Esta avaliação é quantitativa e segue uma “bitola” tendo como factor mínimo -3 (Forte conflito com o alcance das metas estratégicas) e como factor máximo 3 (Forte contribuição para o alcance das metas estratégicas).

Nesta fase é ainda apresentada uma síntese das **vantagens e desvantagens** dos objectivos do plano

- A terceira fase representa a fase final, onde é proposto um programa de gestão e monitorização de impactes, identificando-se **Directrizes**, referenciadas no Quadro de Referência Estratégico Ambiental, **Medidas de mitigação de impactes** no sentido de minimizar as desvantagens identificadas na fase anterior e, são indicadas algumas **Medidas de Controle** que têm como objectivo acompanhar o ciclo de planeamento nos anos seguintes.

O cenário ideal, e o que propõe a legislação, seria que a elaboração do relatório ocorresse em simultâneo com a elaboração do plano, o que não acontece exactamente neste caso, uma vez que a elaboração do relatório ocorre numa fase final da elaboração da revisão do Plano Director Municipal de Monforte. Contudo, a avaliação ambiental feita no decorrer deste relatório contribuiu de certa forma para aferir as decisões finais tomadas na elaboração do Plano Director Municipal.

Relativamente à componente de comunicação, esta inclui desde a “consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja susceptível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação” (Decreto Lei 232/2007, de 15 de Junho), até à consulta pública do Relatório Ambiental.



No entanto podemos realçar que apesar de a AAE ocorrer numa fase final do processo de revisão do PDM, o município assumindo a importância que a conservação e valorização do ambiente e do património natural, tem para a estratégia de desenvolvimento do concelho, promoveu a elaboração de estudos paralelos que informaram o Plano, tais como o Plano Verde de Monforte e promoveu encontros e apresentações públicas, nomeadamente no âmbito da Agenda XXI.

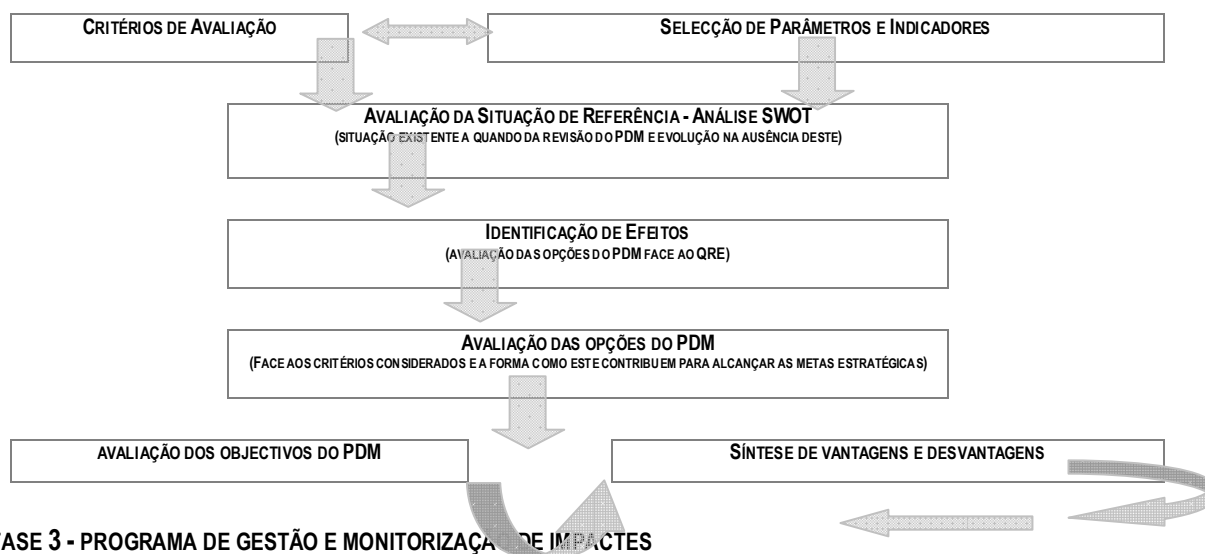
O Plano Verde de Monforte tem como objectivo avaliar as potencialidades ecológicas do território de modo a elaborar uma proposta de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), avaliando as suas implicações na ocupação do território municipal, pelas diversas actividades humanas e, reflectir sobre a forma como esta Estrutura se compatibiliza com estas, como as condiciona e as valoriza.

Quadro 2 – metodologia

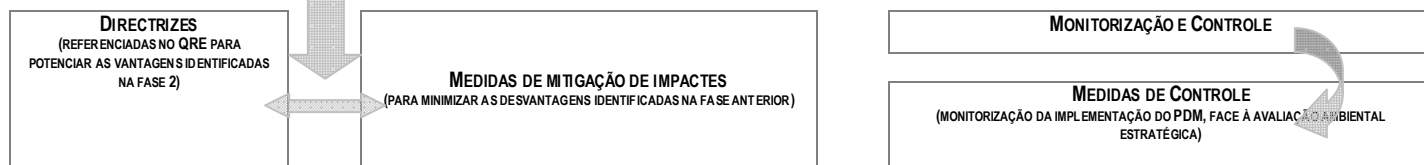
FASE1 - DEFINIÇÃO DE ÂMBITO



FASE2 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL



FASE 3 - PROGRAMA DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE IMPACTES





5 FACTORES PARA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL

5.1 DEFINIÇÃO DOS FACTORES AMBIENTAIS

Os Factores Ambientais utilizados na Avaliação Ambiental foram definidos tendo como base os factores estabelecidos na legislação nacional, adaptados à realidade do Concelho, tendo como resultado final um conjunto de factores representativos das ocorrências de maior significado no território. No quadro seguinte é estabelecida a relação existente entre os factores estabelecidos na legislação (Decreto Lei 232/2007, Artigo 6º, n.º1 e) e os Factores obtidos para a realização da Avaliação Ambiental Estratégica.

Os factores referidos no Decreto Lei 232/2007, tais como “a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna a flora, o solo, a água, a atmosfera, os factores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o arquitectónico e o arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os factores supracitados”.

Quadro 3 – Relação entre os Factores Ambientais estabelecidos na legislação nacional e os Factores Ambientais definidos para a Avaliação Ambiental presente neste relatório.

Factores Ambientais estabelecidos na legislação nacional	Factores Ambientais definidos para a avaliação ambiental
Biodiversidade	Biodiversidade
População	Coesão Social e Desenvolvimento Local
Saúde Humana	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
Fauna	Biodiversidade
Flora	Biodiversidade
	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
Solo	Riscos Naturais e Tecnológicos
	Ocupação e Gestão do Território
	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
Água	Riscos Naturais e Tecnológicos
	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
Atmosfera	Riscos Naturais e Tecnológicos
	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
Factores climáticos	Riscos Naturais e Tecnológicos
	Coesão Social e Desenvolvimento Local
Bens Materiais	Ocupação e Gestão do Território
Património Cultural	Património e Paisagem
	Património e Paisagem
Paisagem	Ocupação e Gestão do Território.

Cada Factor Ambiental proposto na legislação nacional pode integrar mais do que um Factor Ambiental definido para a Avaliação Ambiental. Apresenta-se como exemplo o Factor – Solo que surge integrado em três factores definidos para a Avaliação: Qualidade Ambiental e Recursos Naturais, Riscos Naturais e Tecnológicos e Ocupação e Gestão do Território. No Factor Qualidade Ambiental e Recursos Naturais, o Solo é abordado enquanto recurso natural fundamental para a vida humana, enquanto meio para a produção de

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

14/92

alimentos; no Factor Riscos Naturais e Tecnológicos, o Solo é abordado enquanto sistema natural exposto a riscos, como a erosão; no Factor Ocupação e Gestão do Território, o Solo é abordado enquanto meio de suporte para a actividade humana.

Por outro lado, vários factores ambientais propostos na legislação foram sintetizados num só factor utilizado para a Avaliação Ambiental, como é o caso da Biodiversidade que integra, a Biodiversidade, a Fauna e a Flora.

Identificaram-se assim os seguintes Factores Ambientais:

- **Biodiversidade**

Visa avaliar a capacidade do Plano contribuir para a promoção da biodiversidade ou para a redução desta, através da determinação dos eventuais riscos ou potencialidades, em termos de fauna e flora.

- **Qualidade Ambiental e Recursos Naturais**

Este factor visa avaliar os riscos ou oportunidades originados pelo Plano relativamente à qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade da água, do solo e da atmosfera, bem como o seu contributo para uma utilização sustentável dos recursos existentes.

- **Riscos Naturais e Tecnológicos**

Pretende-se avaliar se o Plano contribui para a minimização dos riscos naturais e tecnológicos, designadamente, erosão, cheias, incêndios, contaminação da água e do solo.

- **Coesão Social e Desenvolvimento Local**

Com este factor propõe-se avaliar a capacidade do plano promover uma evolução demográfica positiva e uma melhoria da qualidade de vida, associada a um desenvolvimento local sustentável e aumento da competitividade do território.

- **Ocupação e Gestão do Território**

Pretende-se avaliar os efeitos do Plano sobre o ordenamento do território, atendendo aos diferentes usos e aptidões do solo, ao tipo de ocupação dominante.

- **Património e Paisagem**

Visa avaliar em que medida o Plano contribui para a preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos, incluindo os culturais, arquitectónicos e arqueológicos.



5.2 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO AMBIENTAL

O relatório ambiental deve incluir, de acordo com o Decreto-lei 232/2007 de 15 de Junho, Artigo 6.º, n.º1, a), “Uma descrição geral do conteúdo, dos objectivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes”.

No sentido de dar cumprimento a esta disposição, foram analisados os objectivos e metas estabelecidos pelos planos de carácter estruturante ou programático considerados relevantes, com incidência no território municipal.

Para cada Factor Ambiental atrás definido, são indicados, no quadro seguinte os planos ou programas pertinentes, a nível nacional. Uma vez que estes instrumentos reflectem já os objectivos e orientações estabelecidos a nível comunitário.

Quadro 4 – Quadro de Referência Estratégico Ambiental.

FACTOR AMBIENTAL	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA
Biodiversidade	ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território PROF AA – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo PSRN 2000 – Plano Sectorial da Rede Natura 2000
Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território PORA - Programa Operacional da Região do Alentejo PROF AA - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo PBH Guadiana - Planos de Bacia Hidrográfica do Guadiana PBH Tejo - Planos de Bacia Hidrográfica do Tejo
Riscos Naturais e Tecnológicos	PROF AA - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo PBH Guadiana - Planos de Bacia Hidrográfica do Guadiana
Coesão Social e Desenvolvimento Local	ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território PNDR - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural PORA - Programa Operacional da Região do Alentejo PROF AA - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo
Ocupação e Gestão do Território	PNDR – Programa Nacional de Desenvolvimento Rural PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território PROF AA - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo PBH Guadiana - Planos de Bacia Hidrográfica do Guadiana PBH Tejo - Planos de Bacia Hidrográfica do Tejo
Património e Paisagem	PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território PROF AA - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo.



5.3 INDICADORES A UTILIZAR NA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Tendo como base as características do Concelho, associou-se a cada Factor Ambiental, critérios de avaliação que orientam a análise dos referidos factores e reflectam os objectivos propostos para os mesmos.

A análise e avaliação dos Factores Ambientais far-se-á com base em parâmetros e indicadores e, que por sua vez serão utilizados na monitorização da implementação do Plano.

Os parâmetros e indicadores expressam ocorrências, realidades e condições relacionadas com diversos factores, nomeadamente com as infra-estruturas, com a ocupação do solo e com a forma de utilização dos recursos do Concelho. Apresenta-se como exemplo, o Factor Ambiental Biodiversidade, que tem como critério de avaliação as Áreas e espécies protegidas presentes no Concelho, tendo como indicadores: Áreas com estatuto de protecção, nomeadamente Zonas de Protecção Especial, Presença de habitats naturais e espécies de fauna e flora com interesse para a conservação, Presença de espécies florestais com estatuto de conservação, nomeadamente povoamentos de sobre e azinho.

Quadro 5 – Parâmetros e indicadores utilizados na Avaliação Ambiental Estratégica.

FACTOR AMBIENTAL	CRITÉRIOS	PARÂMETROS E INDICADORES
Biodiversidade	Áreas e espécies protegidas	<ul style="list-style-type: none"> Áreas com estatuto de protecção, nomeadamente Zonas de Protecção Especial.
	Património Faunístico e Florístico do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> Presença de habitats naturais e espécies de fauna e flora com interesse para a conservação; Presença de espécies florestais com estatuto de conservação, nomeadamente povoamentos de sobre e azinho.
Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	Abastecimento domiciliário de água	<ul style="list-style-type: none"> Grau de cobertura da rede de abastecimento de água; Qualidade da água de consumo doméstico.
	Drenagem e tratamento de águas residuais	<ul style="list-style-type: none"> Grau de cobertura da rede de drenagem de águas residuais e tratamento realizado.
	Recolha e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	<ul style="list-style-type: none"> Grau de cobertura da rede de recolha de RSU.
	Poluição Sonora	<ul style="list-style-type: none"> Áreas sensíveis sujeitas a focos de poluição sonora ou a usos inapropriados; Áreas urbanizáveis localizadas em áreas sensíveis.
	Recursos geológicos	<ul style="list-style-type: none"> Identificação das áreas com potencial geológico.
	Valorização dos recursos edáficos	<ul style="list-style-type: none"> Aptidão do solo para usos e actividades.
	Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e protecção de sistemas fundamentais para o ciclo hidrológico.
Riscos Naturais e Tecnológicos	Risco de incêndio	<ul style="list-style-type: none"> Áreas mais susceptíveis aos incêndios; Incêndios Florestais.
	Risco de erosão	<ul style="list-style-type: none"> Áreas com elevada erodibilidade; Revestimento florestal como redutor de risco de erosão.

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

17/92

FACTOR AMBIENTAL	CRITÉRIOS	PARÂMETROS E INDICADORES
	Risco de contingência	<ul style="list-style-type: none"> Instalações com risco de explosão em áreas urbanas.
Coesão Social e Desenvolvimento Local	Dinâmica populacional	<ul style="list-style-type: none"> População residente; Movimento migratório; Estrutura de povoamento do Concelho de Monforte; Envelhecimento e longevidade; Índice de sustentabilidade.
	Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> Acessibilidades rodoviárias nacionais; Acessibilidade rodoviárias concelhias; Transporte Público.
	Acesso a equipamentos e serviços públicos	<ul style="list-style-type: none"> Identificação de equipamentos de ensino, cultura/lazer, saúde, emprego/negócios, assistencial social; Estratégia de concentração.
	Actividade Industrial	<ul style="list-style-type: none"> Ramos de actividades e evolução; Volumes de negócios de vários ramos; Dimensão média das empresas.
	Mobilização do potencial agrícola e florestal	<ul style="list-style-type: none"> Evolução da actividade agrícola; A paisagem do Concelho; Produção animal.
	Mobilização do potencial turístico	<ul style="list-style-type: none"> Oferta turística do Concelho; Potencialidades turísticas a explorar.
Ocupação e Gestão do Território	Ocupação e uso do solo	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação e uso do solo rural; Dinâmica/Expansão Urbana.
	Ordenamento do espaço rural e urbano	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação/Requalificação do solo rural e urbano; Categorias de Espaço.
	Dinâmicas de urbanização e edificação	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento dos Perímetros Urbanos.
	Protecção dos solos	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de valor ecológico, protegidas por instrumentos legais.
Património e Paisagem	Património Arquitectónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Património classificado; Património em vias de classificação; Património arqueológico; Património urbano.
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Identificação de valores paisagísticos que definem e caracterizam o Concelho.



6 AVALIAÇÃO AMBIENTAL

6.1 BIODIVERSIDADE

6.1.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS

6.1.1.1 ÁREAS E ESPÉCIES PROTEGIDAS

No território do Concelho de Monforte localizam-se áreas classificadas como de interesse para a conservação da natureza, de acordo com o Decreto-lei 140/99 de 24 de Abril, revisto pelo Decreto-lei 49/2005 de 24 de Fevereiro, nomeadamente Zonas de Protecção Especial. As Zonas de Protecção Especial (ZPE), devem a sua classificação ao facto de serem zonas prioritárias para a conservação de aves estepárias, no contexto nacional. O Concelho de Monforte comporta três ZPE's, nomeadamente a ZPE de Monforte, ZPE de Veios e uma pequena parte da ZPE de Vila Fernando.

Apesar do Concelho não possuir muitas áreas classificadas, o território concelhio não deixa de apresentar riqueza a nível ambiental, uma vez que apresenta um conjunto de espécies de fauna e de flora com interesse para a conservação.

6.1.1.1.1 Zona de Protecção Especial de Monforte

A Zona de Protecção Especial de Monforte faz parte de um conjunto de ZPE's que surgem de forma a assegurar a conectividade e a coerência da rede de áreas classificadas para a conservação das aves estepárias. Esta rede contém:

- os núcleos de abetarda (*Otis tarda*) mais viáveis a longo prazo;
- inclui as áreas com maiores densidades de sisão (*Tetrax tetrax*) conhecidas a nível nacional;
- e as primeiras colónias de francelho (*Falco naumanni*);
- Alberga, ainda, outras espécies de aves estepárias, tais como:
 - o alcaravão (*Burhynus oedichnemus*);
 - o cortiçol-de-barriga-preta (*Pterocles orientalis*);
 - a calhandra (*Melanocorypha calandra*);
 - o rolieiro (*Coracias garrulus*);
 - e o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*).

Como factores de ameaça à conservação da ZPE de Monforte, referem-se: Intensificação agrícola; Sobre-pastoreio; Abandono agrícola; Florestação; Abandono da cereicultura; Impacto por colisão e electrocussão em linhas aéreas de distribuição de energia.

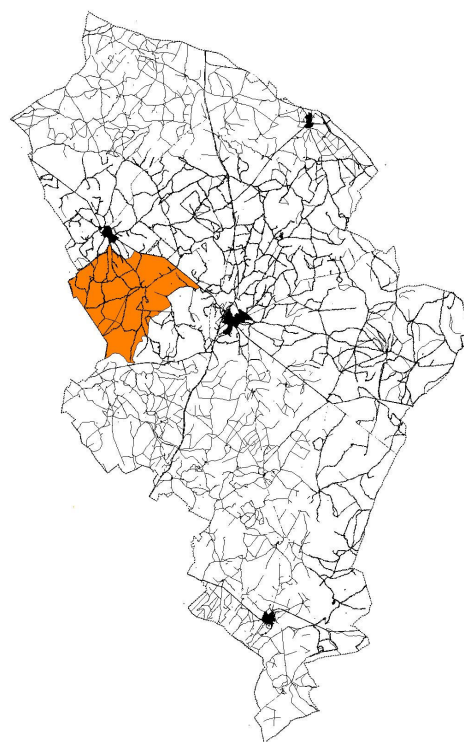


Figura 3 – Zona de Protecção Especial de Monforte

(Fonte: Decreto Regulamentar n.º 6/2008 de 26 de Fevereiro)



6.1.1.1.2 Zona de Protecção Especial de Vila Fernando

A Zona de Protecção Especial de Vila Fernando localiza-se quase na sua totalidade no Concelho de Elvas, contudo uma pequena extremidade pertence ao território do Concelho de Monforte, sendo pertinente a sua referência neste relatório.

A zona prioritária de **Vila Fernando** representa uma forte relevância nacional e internacional para a conservação de aves estepárias na medida em que:

- Apresenta situações de habitat pseudo-estepário bem conservado;
- Partilha com Veiros o segundo local mais importante para a reprodução de Abetarda (*Otis tarda*), depois de Castro Verde;
- Apresenta uma das populações de Sisão (*Tetrax tetrax*) reprodutoras e invernantes mais importantes do país. As densidades excepcionais de machos reprodutores registadas são de relevância nacional e internacional;
- É um dos poucos locais a nível nacional onde ocorre o Cortiçol-de-barriga-negra (*Pterocles orientalis*), durante o período de reprodução;
- Ocorre uma das poucas colónias de Francelho (*Falco naumanni*) conhecidas no Norte Alentejano, com a particularidade de ser a única do país de nidificar em amontoados de pedras;
- É zona de assentamento de Milhafre-real (*Milvus milvus*);
- Tem uma população reprodutora importante de Rolieiro (*Coracias garrulus*) a nível nacional.



Figura 4 – Zona de Protecção Especial de Vila Fernando

Como factores de ameaça à conservação da ZPE de Vila Fernando, referem-se: Intensificação agrícola; Sobre-pastoreio; Abandono agrícola; Florestação; Abandono da cereicultura; Impacto por colisão e electrocussão em linhas aéreas de distribuição de energia.

(Fonte: Decreto Regulamentar n.º 6/2008 de 26 de Fevereiro)



6.1.1.1.3 Zona de Protecção Especial de Veiros

A Zona de Protecção Especial de Veiros localiza-se no quadrante Oeste, compreendendo uma área de 1959 ha, ficando aproximadamente metade localizada no Concelho de Monforte e a outra no Concelho de Estremoz.

A zona prioritária de **Veios** representa uma forte relevância nacional e internacional para a conservação de aves estepárias na medida em que:

- Apresenta situações de habitat pseudo-estepário bem conservado;
- Partilha com Vila Fernando o segundo local mais importante para a reprodução de Abetarda (*Otis tarda*), depois de Castro Verde;
- Apresenta uma das populações de Sisão (*Tetrax tetrax*) reprodutoras e invernantes mais importantes do país. As densidades excepcionais de machos reprodutores registadas são de relevância nacional e internacional;
- É um dos poucos locais a nível nacional onde ocorre o Cortiçol-de-barriga-negra (*Pterocles orientalis*), durante o período de reprodução;
- Alberga várias aves estepárias como Alcaravão (*Burhynus oedichnemus*), Cortiçol -de -barriga -preta (*Pterocles orientalis*), Calhandra (*Melanocorypha calandra*), Rolieiro (*Coracias garrulus*) e o Tartaranhão –caçador (*Circus pygargus*).

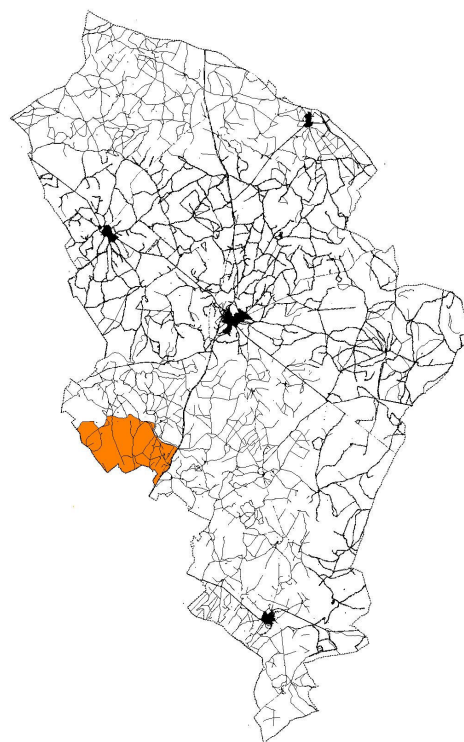


Figura 5 – Zona de Protecção Especial de Veiros

Como factores de ameaça à conservação da ZPE de Veiros, referem-se: Intensificação agrícola; Sobre-pastoreio; Abandono agrícola; Florestação; Abandono da cereicultura; Impacto por colisão e electrocussão em linhas aéreas de distribuição de energia.

(Fonte: Decreto Regulamentar n.º 6/2008 de 26 de Fevereiro)



6.1.1.2 PATRIMÓNIO FAUNÍSTICO E FLORÍSTICO DO CONCELHO

6.1.1.2.1 Fauna

A caracterização da fauna do Concelho de Monforte tem como base a descrição presente no relatório do Plano Director Municipal de Monforte. Dada a inexistência de estudos e inventários sobre a região, a descrição faunística do Concelho baseia-se no atlas das Aves que Nidificam em Portugal Continental, no “Manual de Los Mamíferos de España y Portugal”, no “Atlas de Distribuição dos Anfíbios e Répteis de Portugal Continental” e no conhecimento da população da região.

Algumas das espécies poderão não estar já presentes, mas poderão vir a estar se a preservação ou recuperação ambiental vierem a fazer parte de uma estratégia global de desenvolvimento do Concelho. Como exemplo temos caso a reintrodução do peneireiro-das-torres *Falco naumanni*, neste concelho

A importância ecológica da região manifesta-se assim, quer através das diferentes espécies de animais que aqui subsistem quer através das diversidades e quantidades, de espécies migratórias, especialmente de aves, que sazonalmente por aqui passam, ou aqui ficam nas suas rotas paleárticas entre a Europa e a África.



Figura 6 – *Falco naumanni* (Peneireiro-das-torres)

Se os factores de natureza climática, geomorfológica e pedológica têm contribuídos ao longo dos anos nesta região para a manutenção de uma flora muito peculiar, que apresenta adaptações à secura, à intensa luminosidade e à forte radiação acompanhada logicamente, de uma fauna que sofreu também um pouco a necessidade desta adaptação e que se divide contorne os estratos e os habitats que povoa.

A riqueza faunística de que falámos resulta da abundância de recursos alimentares, da própria existência de um meio extenso constituído por elementos naturais autóctones, da baixa densidade humana e também da variedade de habitats em presença.

Os habitats naturais característicos do concelho, que aqui consideramos são, no entanto, os:

▪ Sistemas Húmidos – Linhas de Água

Nas linhas de água do Concelho estão presentes algumas espécies piscícolas (carpa, barbo, boga, pimpão, lúcio, enguia, perca, achegã e saramugo) e os dois únicos cágados da herpetofauna portuguesa, o cágado comum e o cágado de carapaça estriada *Emys orbicularis*.

Junto às árvores encontramos o picanço-barreteiro, a trepadeira-azul, a toutinegra real, o estorninho-preto, a cotovia pequena e a águia de asa redonda, entre outras espécies. Nas margens dos cursos de água observam-se vestígios da presença do toirão.



Figura 7 – *Mauremys leprosa* (Cágado mediterrânico)



▪ Sistemas secos – Vegetação Mediterrânica

Povoamentos de quercineas

No que diz respeito às espécies vegetais existentes no Concelho, destaca-se a presença dos povoamentos de sobre e azinho, espécies protegidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio. O Concelho de Monforte apresenta uma área considerável ocupada por povoamentos de sobre e azinho, que pela sua importância ambiental e económica, possuem um regime de protecção especial.

Estes povoamentos têm a si associados uma flora que vai depender da forma de exploração deste sistema, ilustrando assim quer o grau de intervenção humana quer a diferença na sua densidade. Nos povoamentos com uma maior densidade arbórea e sem exploração agrícola ou pecuária no seu sub-coberto, o extracto herbáceo e arbustivo desenvolve-se mais intensamente. Em contra partida, os povoamentos menos densos, com maior número de clareiras, onde geralmente se explora a componente agrícola e/ou florestal, apresentam menos substracto arbustivo.

Como factores de ameaça aos povoamentos de sobre e azinho, surge o sobrepastoreio onde a sobrecarga animal compacta os solos e danificam as raízes das árvores.



Figura 8 – Povoamentos de Sobre /Azinho

Estevais

A esteva é a espécie característica deste habitat, tendo geralmente a si associadas outras cistáceas e rosmaninhos. A densidade destas manchas é variável dependendo do seu porte e das espécies que as constituem.

Estas áreas constituem abrigo para diversas espécies de fauna, nomeadamente o sapo-parteiro-ibérico, a cobra-de-pernas pentadáctila, a sardanisca-argelina, a toutinegracarrasqueira, a *silvia cantillans*, os tordos e os piscos-de-peito-ruivo. O coelho-bravo encontra aqui abrigo, onde a vegetação é mais densa e o solo mais espesso, o seu predador é, por excelência nestes meios, o saca-rabo.

O javali é também uma espécie presente neste habitat, procurando abrigo do calor excessivo entre a massa arbustiva.



Figura 9 – Esteva



Estepes cerealíferas

A estepe cerealífera tem a si associada uma série de espécies, assim como o coelho e a lebre, a abetarda comum e o tartaranhão caçador, a fuinha dos juncos, diversas espécies de cotovias, a codomiz, entre outras.

É de referir também a presença de outras espécies nomeadamente, o sapo comum - *Bufo bufo*, o cágado de carapaça estriada - *Emys orbiculiis*, o falcão peregrino - *Falco peregrinus*, a raposa - *Vulpes vulpes*, a osga comum - *Tarentola mauritânica*, a cobra de ferradura - *Coluber hippocrepis*, o tritão mamorado - *Triturus marmoratus*, o sapo de unha negra - *Pelobates cultripes*, a águia imperial - *Aquila heliaca* e o rato do campo *Microtus cabreræ*.



Figura 10 – *Otis tarda* (Abetarda)

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Director Municipal de Monforte)

6.1.1.2 Flora

No Concelho de Monforte, à semelhança do que acontece na maioria dos concelhos, a vegetação primitiva é praticamente inexistente. A actividade humana tem sido responsável, ao longo dos anos, pela perda de vegetação primitiva, não só pela intensificação da agricultura, pelo pastoreio assim como pela reflorestação por espécies exóticas. Assim, das florestas originais restam apenas os povoamentos de sobre e azinho, embora com vestígios prenunciados da intervenção humana.

No território Concelhio estão também presentes algumas espécies típicas da flora mediterrânica, assim como, Alnus, Arbutus, Pinus e Quercus.

Nas zonas mais planas predominam as culturas arvenses de sequeiro, com ou sem arvores dispersas. O Olival ocupa as áreas envolventes aos núcleos urbanos de Monforte, Vaimonte e Santo Aleixo, associado a pequena propriedade e a culturas hortícolas de subsistência.

O povoamento de sobre e principalmente, o povoamento de azinho, têm uma presença significativa no território ocupando extensas áreas, distribuídas por todo o Concelho. Os sobreirais possuem estratos arbustivos e herbáceos bastante variados onde surge o medronheiro, a esteva, o rosmaninho e várias espécies de urze. No extracto herbáceo surge um conjunto de numerosas plantas bolbosas no qual se incluem várias espécies de orquídeas e de líliáceas.

6.1.1.3 CONCLUSÕES

A análise da biodiversidade do Concelho foi elaborada com base nos dados presentes no relatório do PDM de Monforte. Desta forma, e apesar da pouca informação disponível, conclui-se que o Concelho de Monforte apresenta um elenco florístico e faunístico característico da região em que se insere, não apresentando uma grande riqueza em termos de áreas e espécies protegidas, sendo excepção as ZPE de Monforte, Veiros e de Vila Fernando e a presença de sobre e azinho.

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

24/92

Contudo, é de destacar a manutenção dos sistemas culturais típicos da região e a preservação das espécies a estes associadas. Por outro lado, aponta-se também, como factor positivo o facto da estratégia do Concelho ir no sentido de preservar os sistemas culturais existentes, assim como apostar em todas as suas valências económicas e ecológicas, rentabilizando não só os elementos arbóreos como também o extracto arbustivo, com plantas medicinais, aromáticas, melíferas, etc.

Da mesma forma, a estratégia do Concelho pretende valorizar e salvaguardar as espécies animais presentes através da reintrodução de espécies que se encontram ameaçadas ou com uma presença pouco significativa no território.

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Director Municipal de Monforte)

6.1.2 ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do Factor Biodiversidade, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças.

Quadro 6 – Análise SWOT do Factor Ambiental Biodiversidade

S (Forças)	W (Fraquezas)	O (oportunidades)	T (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> • Presença da ZPE's de Monforte, Veiros e de Vila Fernando, importante para a conservação de aves estepárias; • Existência de povoamentos de espécies autóctones (Sobreiros e Azinheiras). 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação da exploração dos povoamentos. Sobre pastoreio; • Alteração das práticas agrícolas; • Intervenções nas margens das linhas de água; • Práticas agrícolas intensivas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de espaço natural valioso de elevado valor ecológico e com potencial para a prática de actividades lúdicas; • Presença de áreas com forte interesse para actividades relacionadas com a educação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de biodiversidade devido a: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pressão sobre habitats naturais devido a actividade agrícola intensiva.



6.1.3 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS

Neste ponto é feita uma relação do Quadro de Referencia Estratégico (QRE) com o Plano Director Municipal, identificando no âmbito do Factor Biodiversidade, de que forma os objectivos do Plano pretendem colocar em prática as orientações do QRE.

Quadro 7 – Contributo do PDM para o alcance dos objectivos e metas estratégicas no âmbito da Biodiversidade

Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
ENDS	<ul style="list-style-type: none"> Actividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a conservação da natureza e a valorização da paisagem: <ul style="list-style-type: none"> Protecção e conservação dos solos com maior potencialidade agrícola; Gestão sustentável dos recursos florestais e sua protecção adequada. Conservação da natureza e da biodiversidade articulada com as políticas sectoriais e de combate à desertificação: <ul style="list-style-type: none"> Conservação e Valorização de áreas protegidas (...); Conservação de espécies florísticas e faunísticas ameaçadas ou particularmente características, (...); Integração da conservação da natureza nas outras políticas, nomeadamente de desenvolvimento urbano, de obras públicas e de desenvolvimento rural. Suster até 2010 o declínio da biodiversidade: assegurar a compensação das espécies e dos habitats afectados; Desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa na perspectiva do uso múltiplo, privilegiando as actividades com maior valor acrescentado, tendo em atenção a conservação da natureza e da biodiversidade e a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> Integração da Reserva Agrícola Nacional (RAN) nos estudos do PDM, de forma a que sejam protegidos e conservados os solos de maior potencialidade agrícola; Elaboração da Carta Unidades e Valores da Paisagem onde se pretende estabelecer uma relação entre solo, relevo e ocupação, identificando características paisagísticas que atribuem ao território um carácter próprio; Com vista à protecção e valorização, foram identificados e incluídos na Estrutura Ecológica Municipal (EEM) os povoamentos de espécies autóctones (Sobreiro e Azinheira). Por outro lado, os povoamentos de sobreiro e azinheira, foram também identificados na planta de condicionantes e transposto para o regulamento do PDM, o articulado correspondente; O plano contribui para a manutenção da biodiversidade, através da identificação dos valores naturais classificados e também dos valores naturais que apesar de não possuírem protecção jurídica não deixa de ser importante a sua identificação para uma posterior preservação; Para promover a requalificação e recuperação dos ecossistemas aquáticos, o plano salvaguarda uma faixa de protecção na grande maioria das linhas de água e linhas de drenagem presentes nos perímetros urbanos, tendo sido estas áreas classificadas de "Espaços verdes de protecção". Esta classe de espaço está integrada na Estrutura Ecológica Urbana sendo assim interditas acções que possam afectar áreas de valor ecológico e paisagístico; Identificação das áreas classificadas na Planta de Condicionantes, nomeadamente zonas de protecção a aves.
PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> Salvaguardar e valorizar os recursos naturais e promover a sua utilização sustentável, bem como garantir a protecção dos valores ambientais e do património natural, paisagístico, rural e cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> Todos os recursos naturais e paisagísticos (assim como os culturais) se encontram devidamente identificados e integrados nos estudos do Plano, o que é um contributo fundamental para a sua salvaguarda e valorização.
PSRN 2000	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE; 	<ul style="list-style-type: none"> Tal como a legislação sugere, a informação presente no PSRN 2000 é integrada, cruzada e devidamente ponderada, com a informação de caracterização biofísica e informação de

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

26/92

Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território; • Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação; • Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger; • Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores. 	<p>carácter social e económico relevante para a aferição das aptidões, vocações e condicionamentos aos usos e ocupação do solo, na procura das melhores opções de ordenamento, aquando a elaboração do PDM;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As ZPE's de Monforte, Vila Fernando e Veiros encontram-se devidamente identificadas na carta de Condicionantes.
<p>PROF AA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e garantir um desenvolvimento dos espaços florestais; • Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Planear as novas arborizações tendo em conta o potencial aumento do risco de incêndio; ▪ Diversificar as espécies e as actividades florestais numa óptica multifuncional integrando os aproveitamentos turísticos e enquadrá-los nos elementos característicos da paisagem. • Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Privilegiar nos apoios para o desenvolvimento florestal a regeneração nos povoamentos de sobreiro e azinheira. • Na sub-região Povoamentos do Alentejo Central visa-se a incrementação das funções de silvopastorícia, de caça (...) de produção e de protecção; • Na sub-região Peneplanície do Alto Alentejo visa-se incrementação das funções de silvopastorícia, caça (...), enquadramento e estética de paisagem; • A implementação passa pela concretização dos seguintes objectivos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver a actividade silvopastoril; ▪ Aumentar a actividade associada à caça; ▪ Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o mel, os cogumelos, pinhão, plantas aromáticas, condimentares e medicinais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Com vista à protecção e valorização, foram identificados e incluídos na EEM os povoamentos de espécies autóctones (Sobreiro e Azinheira). Por outro lado, os povoamentos de sobreiro e azinho, foram também identificados na planta de Condicionantes e transposto para o regulamento do PDM, o articulado correspondente, de forma a acautelar o seu corte ou derrube; • A Atribuição das classes de espaço da planta de Ordenamento, está directamente relacionada com a aptidão do solo, sendo os Espaços Florestais de Protecção correspondente a solos com aptidão florestal/protecção, devendo destinar-se preferencialmente a povoamentos de espécies autóctones de Sobreiro e Azinheira. Estes espaços destinam-se à protecção e recuperação de solos associados normalmente a zonas declivosas, contribuindo para a preservação do equilíbrio dos recursos, designadamente dos recursos hídricos, da fauna e flora.



6.1.4 AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO

Tendo em conta os quatro objectivos estratégicos definidos no PDM, será efectuada uma avaliação de cada um desses objectivos, em função dos critérios identificados para o factor ambiental Biodiversidade. O quadro seguinte sintetiza a forma como os diferentes objectivos se interrelacionam com os critérios identificados.

Quadro 8 – Avaliação das opções estratégicas do plano no âmbito da Biodiversidade

Critérios	OBJ 1 Promover o Mundo Rural	OBJ 2 Qualificação Empresarial	OBJ 3 Mobilidade/Acessi- bilidade	OBJ. 4 Qualificação Urbanística
Áreas e espécies protegidas	3	0	0	0
Fauna e Flora	3	0	-1	0

LEGENDA:

Intensidade da contribuição/ conflito para o alcance das metas estratégicas:

- 3 - Forte contribuição
- 2 - Média contribuição
- 1 - Fraca contribuição
- 0 - Contribuição nula ou insignificante
- 1 - Fraco conflito
- 2 - Médio conflito
- 3 - Forte conflito

Áreas e espécies protegidas

- 1º Objectivo - Tem uma forte contribuição para o aumento da biodiversidade na medida em que a promoção do Mundo Rural passa por valorizar e salvaguardar as ocorrências ambientais e desta forma salvaguardar todas as áreas e espécies protegidas. Todas estas ocorrências de elevado interesse ambiental foram identificadas e integradas na planta de condicionantes, de forma a acautelar a sua conservação. A promoção do Mundo Rural assenta nos recursos do concelho, nomeadamente nos recursos naturais, promovendo actividades a desenvolver em espaço rural em articulação com os valores presentes.

Fauna e Flora do Concelho

- 1º Objectivo – Contribui de forma positiva para a preservação da biodiversidade. Com a implementação deste objectivo, pretende-se promover o Mundo Rural tirando partido dos recursos presentes no Concelho, assim como, recursos paisagísticos, cinérgicos e culturais, sendo estabelecida uma articulação com a componente turística e lúdica. O reforço da componente do meio rural, passa pela promoção de actividades que permitam oferecer o que o Concelho tem de mais característico, neste caso, o seu património natural, o que constitui um factor importante para a sua conservação.
- 3º Objectivo – O Objectivo “Mobilidade/Acessibilidade” pode ter um contributo negativo para a preservação da biodiversidade, na medida em que a concretização deste objectivo passa pela construção e/ou melhoria de algumas vias, de forma a colmatar limitações actuais. A construção de novas vias pode vir a contribuir para a perda da biodiversidade, na medida em que, para além de constituir uma barreira física para a fauna, poderá representar também a perda de uma área significativa de espécies de flora com interesse para a conservação. Contudo, a implementação de novas vias, deverá ter em conta a preservação de ocorrências naturais e paisagísticas de interesse presentes no território.



6.1.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO

No quadro seguinte identificam-se as principais vantagens e desvantagens dos objectivos do PDM no âmbito do factor ambiental **Biodiversidade**.

Quadro 9 – Vantagens e Desvantagens dos objectivos do P.D.M. relativamente ao factor ambiental Biodiversidade

	Vantagens	Desvantagens
OBJ 1 Promover o Mundo Rural	Valorização e protecção de áreas e espécies protegidas através da sua integração na Estrutura Ecológica Municipal e na Carta de Condicionantes.	
OBJ 2 Qualificação Empresarial		
OBJ 3 Mobilidade / Acessibilidade		A melhoria da mobilidade e das acessibilidades no Concelho pode de certa forma pôr em causa a preservação da biodiversidade.
OBJ 4 Qualificação Urbanística		

6.1.6 DIRETRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS

Com base na avaliação feita, pode concluir-se que o Factor Biodiversidade não sofre grande influência com os objectivos propostos no Plano Director Municipal. Os objectivos propostos têm como finalidade a qualificação concelhia e a valorização dos seus recursos.

6.1.6.1 DIRETRIZES

O Quadro de Referência Estratégico enuncia algumas diretrizes que pretendem colocar em prática acções, sugestões e/ou indicações de forma a contribuir para a preservação e valorização da Biodiversidade e às quais os objectivos do PDM tenta integrar nas estratégias definidas e, contribuir para a valorização e salvaguarda de efeitos positivos, nomeadamente:

- Salvaguardar a qualidade dos recursos naturais e patrimoniais, em especial os hídricos. - Integrado no PDM no âmbito da Estrutura Ecológica Municipal e na proposta de Espaços Verdes de Protecção as Linhas de Água.
- Protecção e conservação dos solos com maior potencialidade agrícola; através da RAN.
- Conservação de espécies florísticas e faunísticas ameaçadas ou particularmente características; Integrado no PDM no âmbito da Estrutura Ecológica Municipal.
- Promover e garantir um desenvolvimento dos espaços florestais; Associado à aptidão do solo, como forma de promover a sua protecção e como estratégia de desenvolvimento do mundo Rural.
- Promoção do uso múltiplo da floresta com incremento progressivo da percentagem das folhosas autóctones, nomeadamente sobreiro e azinheira; Integrando usos compatíveis, nomeadamente o turístico como meio de complementar o rendimento do agricultor/silvicultor.

O objectivo do PDM que possui uma **influência positiva** mais directa com o Factor Biodiversidade é o Objectivo 1- Promover o Mundo Rural - Promover o aproveitamento integrado dos recursos do mundo rural.



6.1.6.2 MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS

A avaliação efectuada permitiu identificar também os **efeitos negativos ou as desvantagens**, relativamente ao Objectivo 3 - Mobilidade/Acessibilidade – Melhorar as acessibilidades e incrementar a mobilidades das populações.

Neste sentido e de forma a mitigar os efeitos negativos associadas a estes objectivos, retomando as directrizes atrás enunciadas, propõem-se as seguintes medidas:

ESPECÍFICAS:

- Realização de estudos para a **avaliação dos impactes ambientais** em áreas onde ocorram habitats naturais ou ecossistemas, resultantes da construção ou beneficiação de infra-estruturas viárias, ou outras incluindo empreendimentos turísticos;
- A edificação, impermeabilização do solo ou alteração ao uso existente em áreas protegidas, dever-se-á fazer só na inexistência de alternativa;
- Deverão ser consideradas áreas e/ou corredores ecológicos de compensação correspondentes aos ocupados com edificações ou infra-estruturas;
- Conservação dos povoamentos de sobro e azinho no Perímetro Urbano.

GERAIS:

- Integração e incentivo de manutenção de agricultura urbana e/ou de espaços agrícolas extensivos dentro do perímetro urbano;
- Preservar e monitorizar os habitats mais sensíveis através da criação de corredores e áreas ecológicas;
- Conservar, recuperar e promover as sebes de compartimentação e galerias ripícolas;
- Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água.



6.2 QUALIDADE AMBIENTAL E RECURSOS NATURAIS

6.2.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS

6.2.1.1 ABASTECIMENTO DOMICILIAR DE ÁGUA

A rede de distribuição domiciliária de água no Concelho de Monforte serve actualmente um elevado índice de população. Contudo embora a quase totalidade do Concelho disponha de abastecimento domiciliário de água e os cinco sistemas actualmente existentes funcionem na generalidade em condições aceitáveis, todos eles se apoiam em origens subterrâneas constituídas por furos e minas, o tipo de origem mais susceptível de apresentar variações sazonais de produção

A situação actual do Concelho de Monforte pode considerar-se satisfatória ao nível da cobertura do Concelho e capacidade de armazenamento existente, apesar de que Vaiamonte e Assumar necessitam que a capacidade de armazenamento duplicada.

Por forma a colmatar as deficiências do sistema de abastecimento de água a revisão do Plano Director contempla alternativas ao nível das origens, através da adução de água ao Concelho a partir da Albufeira do Caia, que se encontra em construção. Por outro lado, a renovação da parte mais antiga da rede de distribuição da sede do concelho.

A qualidade da água para consumo doméstico é analisada através de controlos de rotina, mensais e trimestrais, e um controlo de inspecção anual, para cada um dos pontos de captação Assumar, Monforte, Prazeres, Sto. Aleixo e Vaiamonte.

De acordo com informação fornecida pela Câmara Municipal de Monforte, os resultados das análises efectuadas à água da rede pública, estão em conformidade com os valores paramétricos indicados no Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto. No entanto, é de referir que os valores dos nitratos na captação dos Prazeres encontram-se constantemente acima dos valores de paramétricos, constituindo um problema para a qualidade da água para consumo humano.

6.2.1.2 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Relativamente à drenagem e tratamento de águas residuais a situação actual do Concelho de Monforte é satisfatória, apresentando estações de tratamento de esgotos por lagunagem. No entanto, o lugar de Prazeres apresenta ainda fossa séptica colectiva.

Os cinco sistemas em funcionamento cobrem uma percentagem importante da população total do Concelho, abrangendo as localidades de todas as sedes de freguesia e ainda o aglomerado rural de Prazeres, onde se concentra mais de 92% da população total existente.

Para além destes cinco sistemas principais, existem ainda alguns sistemas individuais ou de pequeno âmbito espacial do tipo fossa séptica – poço absorvente.

Relativamente ao tratamento dos efluentes domésticos das redes em funcionamento, a situação actual também pouco poderá evoluir, já que o tratamento por lagunagem é susceptível de conferir boas características ao efluente tratado. Será, contudo, necessário proceder a obras de conservação e/ou remodelação.



6.2.1.3 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)

A recolha de resíduos sólidos urbanos cobre todos os aglomerados urbanos com expressão demográfica mais significativa, e serve a quase a totalidade da população do Concelho, através de contentores, papaleiras, ecopontos, varredores e três viaturas especializadas.

Os lixos industriais não têm expressão significativa e os resíduos sólidos, cuja produção é da ordem das 33 toneladas semanais, são presentemente encaminhados para a Estação de Transferência de Portalegre, sendo posteriormente reenviados para o Aterro Sanitário de Avis.

6.2.1.4 POLUIÇÃO SONORA

No que diz respeito à qualidade do ambiente sonoro, o Concelho de Monforte possui um estudo efectuado em 2005, solicitado pela Associação de Municípios do Norte Alentejo. O Mapa de Ruído elaborado para o Concelho de Monforte é assim uma ferramenta fundamental para a gestão e controlo da poluição sonora. Este estudo, identifica como principais fontes de ruído o tráfego rodoviário e ferroviário e as indústrias.

Em termos de extensão de área, são apontadas as vias rodoviárias como principais fontes de ruído, tal como: IP2, a Estrada Nacional 243, Estrada Nacional 372 e a Estrada Nacional 369. No centro de Monforte, verifica-se que as vias com maior influência sonora são a Rua Visc. Da Luz, Rua de Elvas, Rua José Mário Romão Nobre Cartaxo, Rua Dr. Arsénio Joaquim Teixeira Jardim e Rua Prof. Dr. João Rossado Correia.

De acordo com o Mapa de Ruído, é notável uma diferença significativa entre o período diurno e o período nocturno, cerca de 10db. No período diurno apenas os troços relativos às principais vias apresentam valores acima dos regulamentares. No período nocturno verifica-se que todas as vias apresentam valores acima dos permitidos por lei.

Desta forma, podem indicar-se como áreas urbanas sensíveis, as áreas que se localizam perto destes focos de ruído, principalmente as localizadas dentro dos perímetros urbanos.

6.2.1.5 RECURSOS GEOLÓGICOS

De acordo com os dados da Direcção Geral de Energia e Geologia, verificam-se para o Concelho vários direitos mineiros concedidos ou requeridos. Nomeadamente, um pedido de prospecção e pesquisa afecta à área central do Concelho, mais concretamente de noroeste para sudeste passando por Monforte, por parte da empresa AGC – Minas de Portugal Unipessoal. Na parte Norte um contrato e um pedido de prorrogação de prospecção e pesquisa por parte da empresa Iberian Resources Portugal.

Relativamente a recursos minerais metálicos existem algumas áreas de exploração potencial, de Chumbo (Galena) e Cobre (Calcopirite), junto de Monforte, apesar de nenhuma se revestir de interesse económico.

Quanto ao recurso mineral indicado do Campo Mineiro de Santa Eulália (SnTi) que se desenvolve sobretudo em Elvas, produziu concentrados de ilmenite e cassiterite (com 70% de estanho) a partir do tratamento de cascalhos existentes nos aluviões. Estas quantidades são muito reduzidas o que não justifica a demarcação de área para indústria extractiva.



Ao nível dos recursos minerais não metálicos encontra-se o sector Oeste do maciço granítico de Santa Eulália, com interesse económico para produção de pedra ornamental, onde afloram os granitos róseos conhecidos por Forte Rosa ou Rosa Monforte.

De acordo com os dados existentes na Direcção Geral de Geologia e Minas, estiveram em actividade no ano de 1987 quatro pedreiras licenciadas deste tipo que registaram uma produção global de 6 348 toneladas. Estas pedreiras situam-se a norte, e a pequena distância de Monforte, encontrando-se actualmente inactivas. Existindo uma lacuna ao nível de estudos geológicos específicos para a viabilidade económica e minimização de impactos ambientais.

De referir que todos os direitos mineiros concedidos ou requeridos deverão ser compatibilizados com a infra-estrutura "gasoduto", em termos de segurança e restrições de utilidade pública, de acordo com a legislação aplicável.

6.2.1.6 VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS EDÁFICOS

O solo do Concelho de Monforte apresenta como uso dominante o povoamento de azinho ou sobro com maior ou menor densidade, nomeadamente na parte norte e centro do concelho, associado à produção animal que têm uma forte presença no território.

As culturas arvenses ou pastagens associadas à rotação, com povoamento disperso de azinho/sobro aparecem em manchas distribuídas por todo o concelho.

O Olival ocupa as áreas envolventes próximas dos núcleos urbanos. Enquanto que pontualmente e sem expressão ocorrem pequenas áreas de Eucalipto e resinosas.

Verifica-se um aumento das áreas de vinha e olival com conseqüente aumento da rega, devido à produção intensiva.

Relativamente à aptidão dos solos verifica-se que no Concelho dominam duas aptidões, agrícola e florestal, equiparadas em termos de áreas, e algumas áreas pontuais de solos com aptidão florestal de protecção / recuperação.

Na parte Norte, Sul e Oeste do Concelho os solos apresentam aptidão agrícola, enquanto que, no Centro e Este a aptidão é florestal.

6.2.1.7 RECURSOS HÍDRICOS

O Concelho de Monforte encontra-se integrado na bacia hidrográfica do Rio Tejo e do Rio Guadiana, estando a quase totalidade do território localizado na bacia hidrográfica do Rio Tejo. Destaca-se como principal linha de água a Ribeira Grande (ou Ribeira de Aviz), pertencente à bacia hidrográfica do Rio Tejo, encontrando-se ainda, na zona Este do concelho, o troço inicial da Ribeira de Argalé pertence à bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

O território concelhio apresenta ainda algumas albufeiras particulares sem grande expressão.

No que se refere a sistemas de águas subterrâneas o Concelho pertence à Unidade Hidrogeológica do Maciço Antigo (Maciço Hespérico ou Ibérico), mais concretamente, a grande subunidade Zona Centro-Ibérica e Sistema Aquífero Monforte – Alter do chão.

O aquífero de Monforte – Alter do chão constitui o único suporte de abastecimento de água para Monforte, até ao momento. A recarga é efectuada através de nascentes e precipitação, desta forma é extremamente importante a defesa das áreas de infiltração da contaminação das águas por nitratos de origem agrícola.



No que diz respeito à protecção destes sistemas, no Concelho encontra-se salvaguardada a descarga de efluentes, uma vez que a rede de ETAR's (Estações de Tratamento Águas Residuais), existente serve a maioria da população.

Em Solo Rural, para novas edificações no âmbito de agro-indústrias e empreendimentos turísticos o PDM, define em regulamento que "o abastecimento de água e a rede de esgotos são da responsabilidade do interessado, devendo ser respeitada a legislação em vigor em matéria de qualidade ambiental."

6.2.2 ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do Factor Qualidade Ambiental e Recursos Naturais, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças.

S (Forças)	W (Fraquezas)	O (Oportunidades)	T (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> Boa cobertura de população servida com sistemas de abastecimento público e de drenagem de águas residuais; A qualidade da água de consumo doméstico é analisada regularmente; A água da rede pública obedece aos valores paramétricos indicados no D.L., na maioria dos aglomerados; Boa cobertura de Estação de tratamento de águas residuais, tratamento por lagunagem; Boa cobertura do Concelho com redes de recolha de RSU, cobrindo os aglomerados urbanos com maior expressão demográfica; Área considerável do Concelho ocupada por solos com aptidão agrícola e florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> Os sistemas de captação de água para abastecimento público têm origem subterrânea, sendo mais susceptíveis a variações sazonais de reposição; Capacidade de armazenamento de água insuficiente para os aglomerados de Vaiamonte e Assumar; Na captação do lugar de Prazeres, verifica-se constantemente os valores de nitratos acima dos valores paramétricos; No que diz respeito à drenagem e tratamento de águas residuais, o lugar de Prazeres ainda apresenta fossa séptica colectiva; Aumento da deposição de resíduos sólidos urbanos em aterro; Algumas zonas residuais localizadas próximo de focos de ruído. 	<ul style="list-style-type: none"> O PDM contempla alternativas na captação de água para o abastecimento público, tendo como origem a barragem do Caia (ainda em construção). Por outro lado, pretende-se renovar a parte mais antiga da rede de distribuição da sede de concelho; Proporção significativa de materiais susceptíveis de aproveitamento e reciclagem nos RSU (papel, cartão, plásticos e materiais fermentáveis); Aproveitamento do potencial geológico. 	<ul style="list-style-type: none"> Deposição em aterro de materiais recicláveis com diminuição do tempo de vida útil dessa infra-estrutura; O abastecimento público de água tem origem subterrânea, o que em caso de contaminação pode constituir uma ameaça para saúde pública.



6.2.3 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS

Seguidamente irá ser feita uma relação do Quadro de Referencia Estratégico (QRE) com o Plano Director Municipal, identificando no âmbito do Factor Qualidade Ambiental e Recursos Naturais, de que forma os objectivos do Plano pretendem colocar em prática as orientações do QRE.

Quadro 11 – Contributo do PDM para o alcance dos objectivos e metas estratégicas no âmbito da Qualidade Ambiental e Recursos Naturais

Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
ENDS	<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade e acessíveis à generalidade da população; Promover a gestão integrada da água para alcançar um bom estado das massas de água e um uso eficiente da água; Limitar as emissões de poluentes para a atmosfera de forma a garantir que a qualidade do ar, de acordo com os parâmetros regulamentados; Protecção e conservação dos solos com maior potencial agrícola, incentivos à agricultura competitiva em termos sustentáveis e uma gestão sustentável dos recursos florestais e sua protecção adequada. 	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional definindo cabeceiras das linhas de água, áreas de máxima infiltração, leitos e margens dos cursos de água e áreas com risco de erosão; Para promover a requalificação e recuperação dos ecossistemas aquáticos, PDM salvaguarda uma faixa de protecção nas linhas de água com maior expressão, presentes nos perímetros urbanos, tendo sido estas áreas classificadas de "Espaços verdes de protecção"; A proposta de ordenamento do espaço rural baseia-se na aptidão do solo, promovendo uma sustentável utilização dos recursos edáficos; O plano define com base no domínio Público hídrico faixas de protecção nas linhas de água principais e nas linhas de drenagem natural dentro do perímetro urbano; O plano define um quadro de realizações a implementar no futuro que contribuem para a melhoria dos níveis de cobertura e eficiência no abastecimento de água e no tratamento de águas residuais; Proposta de delimitação das áreas classificadas de RAN defendendo os solos com maiores potencialidades agrícolas.
PBH Guadiana e Tejo	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação e prevenção da água das albufeiras para produção de água potável; Protecção da qualidade da água de rega (...) nas áreas de RAN; Experimentação e divulgação de novas tecnologias de rega e de práticas agrícolas; Colecção e tratamento de águas residuais urbanas; Abastecimento de água às populações e actividades económicas; Protecção dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados; Prevenção e minimização dos efeitos das cheias, secas e dos acidentes de poluição; Valorização dos recursos hídricos e Ordenamento e 	<ul style="list-style-type: none"> O plano define um quadro de realizações a implementar no futuro que contribuem para a melhoria dos níveis de cobertura e eficiência no abastecimento de água e no tratamento de águas residuais; O plano contribui para a protecção dos sistemas aquáticos e terrestres ao integrar os leitos e margens dos cursos de água principais em figuras de protecção ambiental como a Reserva Ecológica Nacional, o Domínio Hídrico e a Estrutura Ecológica Municipal;

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

35/92

Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
	gestão do domínio hídrico.	
PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> Promover o ordenamento e a gestão sustentável da silvicultura e dos espaços florestais; Executar a política de gestão integrada da água; Definir e executar uma política de gestão integrada dos recursos geológicos; Desenvolver os serviços de abastecimento público de água, e de recolha, tratamento e reutilização de águas residuais e resíduos urbanos, estruturando a gestão na óptica da co-responsabilidade social e melhorando os níveis e a qualidade de atendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> A proposta de ordenamento baseia-se na aptidão do solo para usos tradicionais, agricultura, silvicultura e pecuária; O plano define um quadro de realizações a implementar no futuro que contribuem para a melhoria dos níveis de cobertura e eficiência no abastecimento de água e no tratamento de águas residuais; O plano contribui para a protecção dos sistemas aquáticos e terrestres ao integrar os leitos e margens dos cursos de água principais em figuras de protecção ambiental como a Reserva Ecológica Nacional, o Domínio Hídrico e a Estrutura Ecológica Municipal.
PROF AA	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão florestal sustentável e a certificação tanto da gestão florestal como dos produtos florestais, designadamente da cortiça; Aproveitamento de matos e resíduos florestais para energia com consequente redução dos custos de exploração e manutenção; Adequar a distribuição da floresta de produção às zonas com maior potencial produtivo. 	<ul style="list-style-type: none"> Na categoria de solo rural surgem os espaços florestais divididos em espaços Silvo-Pastoris e espaços Florestais de Protecção, para os quais o plano aplica medidas de uso que visam salvaguardar os recursos naturais presentes; A proposta de ordenamento do espaço rural baseia-se na aptidão do solo, promovendo uma sustentável utilização dos recursos edáficos.
PORA	<ul style="list-style-type: none"> Construir ou remodelar infra-estruturas e equipamentos que garantam a origem e distribuição de água para abastecimento público em quantidade e qualidade; Construir ou remodelar infra-estruturas ou equipamentos que assegurem a drenagem e tratamento de águas residuais; Criar infra-estruturas ou equipamentos que assegurem a recolha, o tratamento e destino final de resíduos sólidos; Implementar acções de recuperação ambiental de áreas degradadas. 	<ul style="list-style-type: none"> O plano define um quadro de realizações a implementar no futuro que contribuem para a melhoria dos níveis de cobertura e eficiência no abastecimento de água e no tratamento de águas residuais; Para promover a requalificação e recuperação dos ecossistemas aquáticos, o plano salvaguarda uma faixa de protecção na grande maioria das linhas de água presentes nos perímetros urbanos, tendo sido estas áreas classificadas de "Espaços verdes de protecção".



6.2.4 AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO

Tendo em conta os quatro objectivos estratégicos definidos no PDM, será efectuada uma avaliação de cada um desses objectivos, em função dos critérios identificados para o factor Qualidade Ambiental e Recursos Naturais. O quadro seguinte sintetiza a forma como os diferentes objectivos se interrelacionam com os critérios identificados.

Quadro 12 – Avaliação dos objectivos do plano no âmbito da Qualidade Ambiental e Recursos Naturais

Crítérios	OBJ 1 Promover o Mundo Rural	OBJ 2 Qualificação Empresarial	OBJ 3 Mobilidade /Acessibilidade	OBJ 4 Qualificação Urbanística
Abastecimento domiciliário de água	2	-1	-2	2
Drenagem e tratamento de águas residuais	2	0	0	2
Recolha e tratamento de RSU	0	0	2	2
Poluição sonora	0	-2	-1	1
Recursos geológicos	1	2	1	0
Valorização dos recursos edáficos	2	0	0	2
Recursos hídricos	2	0	0	2

LEGENDA:

Intensidade da contribuição/conflicto para o alcance das metas estratégicas:

3 - Forte contribuição

2 - Média contribuição

1 - Fraca contribuição

0 - Contribuição nula ou insignificante

-1 - Fraco conflito

-2 - Médio conflito

-3 - Forte conflito

6.2.4.1 ABASTECIMENTO DOMICILIAR DE ÁGUA

- 1º Objectivo - Com este objectivo pretende-se explorar os recursos do concelho, neste caso, os recursos paisagísticos, ambientais e culturais de uma forma integrada, com o sector turístico por exemplo. Contudo, e uma vez que a “matéria-prima” é os recursos, nomeadamente os recursos ambientais, esta exploração terá em conta a sua valorização e salvaguarda logo será garantida a qualidade da água para consumo doméstico.
- 2º Objectivo – A concretização deste objectivo passa pela dinamização económica do Concelho e pela instalação de novas actividades industriais, o que pode levar a uma possível contaminação das reservas subterrâneas de água. Todavia este risco é diminuto, uma vez que as indústrias necessitam de ETAR's próprias, para o tratamento dos seus efluentes.
- 4º Objectivo – Com a qualificação urbanística e requalificação funcional e paisagística dos aglomerados pretende-se melhorar a qualidade de vida das populações e a conseqüente fixação das populações. A qualidade da água é um factor fundamental para a vida humana, logo a concretização deste objectivo contribui de forma positiva para que os habitantes do Concelho possam usufruir de um abastecimento domiciliário de qualidade.



6.2.4.2 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

- 1º Objectivo – Com este objectivo pretende-se promover o aproveitamento integrado dos recursos do mundo rural, desta forma contribui positivamente para o incentivo a um eficaz tratamento das águas residuais.
- 4º Objectivo – A requalificação funcional dos aglomerados urbanos, de forma a oferecer uma melhor qualidade de vida às populações, passa também pela melhoria das infraestruturas de saneamento básico, logo pela melhoria da rede de ETAR's existente.

6.2.4.3 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS(RSU)

- 3º Objectivo – O facto de existir uma melhoria nas acessibilidades no Concelho pode contribuir de certa forma para uma maior eficácia na recolha dos RSU, principalmente nos lugares mais isolados e distantes.
- 4º Objectivo – Da mesma forma que acontece no critério anterior, a requalificação funcional dos aglomerados urbanos, prende-se também com uma recolha mais eficaz dos RSU.

6.2.4.4 POLUIÇÃO SONORA

- 2º Objectivo – Este objectivo pode contribuir para o aumento da poluição sonora, uma vez que o aparecimento de novas indústrias, aumenta o tráfego de pessoas e viaturas. Contudo a zona industrial localiza-se numa zona periférica da cidade de Monforte, relativamente distante das áreas de maior intensidade urbanística.
- 3º Objectivo – A melhoria da mobilidade com a introdução de transportes públicos pode contribuir para a diminuição da poluição sonora, uma vez que promove uma menor intensidade de tráfego.
- 4º Objectivo – A requalificação funcional e a consequente melhoria da qualidade de vida das populações pode contribuir de forma positiva para uma redução da poluição sonora, uma vez que com a concretização deste objectivo pretende-se oferecer aos habitantes as melhores condições para viver.

6.2.4.5 RECURSOS GEOLÓGICOS

- 1º Objectivo – Este objectivo pode contribuir de forma positiva para a exploração dos recursos geológicos. A promoção do Mundo Rural passa pela promoção dos seus recursos, podendo os recursos geológicos, nomeadamente a extracção de granito, ser um recurso a explorar no território concelhio. Por outro lado, este também pode ter um contributo negativo, no que diz respeito ao recurso – Paisagem, uma vez que a actividade extractiva tem um impacto muito grande na paisagem. Contudo, se for respeitada a legislação correspondente, após a exploração, a zona deverá ser requalificada.
- 2º Objectivo – A Qualificação Empresarial tem um contributo positivo ao nível dos recursos geológicos, na medida em que a qualificação empresarial passa pelo incentivo ao desenvolvimento do tecido empresarial local, sendo os recursos geológicos um possível recurso a explorar, logo uma actividade que pode incentivar à criação de novas empresas e consequentemente a criação de novos postos de trabalho.



- 3º Objectivo – A melhoria das acessibilidades tem da mesma forma um contributo positivo, pois a construção e/ou melhoria de vias representa um incentivo à instalação de novas empresas, neste caso um incentivo à exploração mineira, sendo as acessibilidades um factor a ter em conta no transporte da matéria prima.

6.2.4.6 VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS EDÁFICOS

- 1º Objectivo – Este objectivo contribui de forma positiva para a valorização dos recursos edáficos na medida em que a promoção do Mundo rural e o aproveitamento integrado dos seus recursos tem como base um correcto aproveitamento das aptidões naturais do solo, logo a preservação e valorização dos recursos edáficos. Por outro lado, o facto da proposta de ordenamento ter como base a aptidão do solo, é uma mais valia para a sua protecção e valorização.
- 4º Objectivo – A concretização deste objectivo passa pela requalificação funcional e paisagística dos aglomerados urbanos, logo pelo correcto ordenamento do território, sendo este feito com base nas aptidões do solo, o que representa um contributo fundamental para a sua valorização e salvaguarda.

6.2.4.7 RECURSOS HÍDRICOS

- 1º Objectivo – Tal como acontece com o recurso solo, da mesma forma este objectivo contribui de forma positiva para a salvaguarda dos recursos hídricos, recurso essencial ao equilíbrio dos ecossistemas e do bem estar das populações. Os recursos hídricos encontram-se devidamente identificados e salvaguardados nos estudos do plano, nomeadamente nos perímetros urbanos, onde integram a Estrutura Ecológica Urbana, como “Espaços Verdes de Protecção”, sendo esta integração fundamental para a implementação de acções de qualificação e recuperação de zonas ribeirinhas degradadas.
- 4º Objectivo – A qualificação urbanística e funcional dos aglomerados urbanos, passa pela qualificação de todos os espaços fundamentais para a qualidade de vida dos habitantes do Concelho, nomeadamente as linhas de água e os espaços contíguos.

6.2.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO

No quadro seguinte identificam-se as principais vantagens e desvantagens no âmbito do factor Qualidade Ambiental e Recursos Naturais.

Quadro 13 – Vantagens e Desvantagens dos objectivos do Plano Director Municipal relativamente ao factor Qualidade Ambiental e Recursos Naturais.

	Vantagens	Desvantagens
OBJ 1 Promover o Mundo Rural	Exploração dos recursos do Concelho, de forma integrada com os diversos sectores, o que contribui para a sua valorização e salvaguarda.	
OBJ 2 Qualificação Empresarial	Dinamização das actividades económicas do Concelho, com base no aproveitamento dos valores do território.	Incentivo à instalação de novas actividades indústrias, o que pode levar a uma possível contaminação das reservas subterrâneas de água. O aparecimento de novas indústrias, e o tráfego de pessoas e viaturas a estas associadas, pode contribuir para o aumento da poluição sonora.



	Vantagens	Desvantagens
OBJ 3 Mobilidade/ Acessibilidade	Maior eficácia na recolha dos RSU.	A melhoria das acessibilidades pode contribuir de forma negativa para a qualidade da água e do solo.
OBJ 4 Qualificação Urbanística	Qualificação urbanística e funcional dos aglomerados urbanos, tendo em conta a melhoria de vida da população.	

6.2.6 DIRECTRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS

6.2.6.1 DIRECTRIZES

O Factor Qualidade Ambiental e Recursos Naturais é de certa forma influenciado por todos os objectivos do Plano, embora com intensidades diferentes.

Os Objectivos 3 (Mobilidade/Acessibilidade – Melhorar as acessibilidades e incrementar a mobilidade das populações) e Objectivo 4 (Qualificação Urbanística – Qualificar urbanística e funcionalmente a sede de Concelho), são os que apresentam maior relação.

6.2.6.2 MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS

De uma forma geral, pode considerar-se que os objectivos propostos na revisão do Plano pretendem acautelar a qualidade ambiental e proteger os recursos naturais presentes no Concelho. Todavia, alguns desses objectivos passam, também pela concretização de acções que podem de certa forma pôr em causa a qualidade ambiental, assim como a Qualificação Empresarial. Desta forma, tendo por base os objectivos e estratégias do PDM e a sua correcta implementação no território, são sugeridas algumas **medidas de mitigação**:

- Aumento do número de ETAR's de forma a que a rede possa servir toda a população do Concelho;
- Reforço da colocação de contentores de recolha selectiva de resíduos;
- Minimização dos efeitos do ruído nas vias de circulação rodoviária, nomeadamente na proximidade das zonas urbanas, através de planos de plantação de cortinas arbóreas, ao longo das vias com maior densidade de tráfego ou através de outras medidas, como por exemplo de controle de velocidade;
- Evitar sempre que possível a construção de edifícios que comportem actividades sensíveis ao ruído, como por exemplo, escolas, hospitais, locais de culto e habitações, em zonas mais ruidosas;
- Promover boas práticas agrícolas em zonas susceptíveis de contaminação difusa;
- Monitorizar a actividade pecuária de forma a que não seja excedido o encabeçamento licenciado, para evitar o sobre-pastoreio e a excessiva compactação dos solos;
- Implementação e monitorização das medidas de mitigação associadas à construção de novas vias, para que os recursos, nomeadamente os recursos edáficos e hídricos sejam o menos possível afectados;
- As novas indústrias que poderão surgir devem acautelar o tratamento dos efluentes de forma a preservar a qualidade dos recursos edáficos e hídricos, através de ETAR's próprias;



6.3 RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

6.3.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS

6.3.1.1 RISCO DE INCÊNDIO

O mapa de incêndio elaborado para o Concelho de Monforte, classifica o território com várias classes, risco de incêndio muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. A análise a este estudo permite concluir que grande parte do território se encontra classificado com as classes médias, alto e muito alto, predominando entre estas a classe alta.

Tendo em conta que as práticas culturais dominantes, nomeadamente culturas arvenses de sequeiro ou pastagens com azinheiras e sobreiros dispersos e culturas arvenses de sequeiro, o risco de incêndio apresenta-se de médio e muito alto.

Por outro lado, as áreas com risco de incêndio muito baixo a médio correspondem a áreas com culturas menos susceptíveis, como é o caso de Povoamento de Sobro e Azinho, Olival e Regadio.

A envolvente dos aglomerados urbanos apresenta essencialmente Olival e Regadio, que apresentam um risco de incêndio muito baixo a médio.

6.3.1.2 RISCO DE EROSÃO

O risco de erosão de um solo depende de vários factores, tal como do tipo de solo, o coberto vegetal, as práticas agrícolas, o declive e outros factores associados ao próprio solo ou exteriores a este.

O Ecossistema Áreas com Risco de Erosão apresenta uma presença significativa no território, ocorrendo em manchas únicas ou associado a outros ecossistemas, assim como, Áreas de Máxima Infiltração e Cabeceiras de Linhas de Água. Na generalidade correspondem a áreas de encosta com declive mais acentuado envolventes das principais linhas de água.

O revestimento florestal é um factor bastante importante na prevenção da erosão do solo. Um solo sem revestimento encontra-se mais exposto e logo mais susceptível aos factores exteriores, assim como às chuvas e aos ventos. Por outro lado, as práticas agrícolas desadequadas representam também um factor que contribui para o aumento da erosão do solo.

De uma forma geral, grande percentagem da área com riscos de erosão, encontra-se ocupada por povoamentos de sobro e/ou azinho, o que é um factor bastante positivo, uma vez que este revestimento do solo actua como redutor do risco de erosão. O povoamento mais ou menos denso, o coberto sub-arbustivo e as práticas agrícolas extensivas são factores que contribuem para a infiltração das águas e como barreiras para os ventos.

6.3.1.3 RISCO DE CONTINGÊNCIA

Relativamente ao risco de explosão, este é pouco significativo, uma vez que não existem no Concelho actividades de alto risco, de que são exemplo as oficinas de pirotecnia ou indústrias que utilizem matérias primas inflamáveis, resumindo-se praticamente aos depósitos de combustíveis de dimensão considerável, nomeadamente os existentes nos postos de abastecimento, que se localizam no interior dos aglomerados urbanos.

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

41/92

No que respeita à ocorrência de acidentes naturais, o território apresenta uma susceptibilidade baixa relativamente a este tipo de risco, uma vez que se encontra numa zona de baixa sismicidade, onde não se encontram acidentes tectónicos, e não existem registos de cheias significativas.

6.3.2 ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do Factor Riscos Naturais e Tecnológicos, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças.

Quadro 14 – Análise SWOT do Factor Riscos Naturais e Tecnológicos

S (Forças)	W (Fraquezas)	O (oportunidades)	T (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> Identificadas as áreas com maior risco de incêndio; Coberto florestal constituído por povoamento de azinho ou sobre com boa resistência ao fogo; O território apresenta baixo risco sísmico e não existem registos de cheias; Grande percentagem de área com risco de erosão ocupada com povoamento de sobre e/ou azinho. 	<ul style="list-style-type: none"> Grande percentagem do território apresenta risco de incêndio médio, alto e muito alto; Área com risco de erosão com uma presença significativa no território. 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção do coberto vegetal com áreas de povoamento diminuindo riscos de erosão e incêndio. 	<ul style="list-style-type: none"> Território com elevada probabilidade ocorrência de risco de incêndio.



6.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS

O quadro seguinte estabelece a relação entre o Quadro de Referencia Estratégico e o Plano Director Municipal, identificando no âmbito do Factor Riscos Naturais e Tecnológicos, de que forma os objectivos do Plano pretendem colocar em prática as orientações do QRF.

Quadro 15 – Contributo do PDM para o alcance dos objectivos e metas estratégicas no âmbito dos Riscos Naturais e Tecnológicos.

Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
PBH Guadiana	<ul style="list-style-type: none"> • Usos e utilizações de água e aspectos principais condicionantes existentes e medidas a tomar para a plena satisfação da procura de água - situações hidrológicas extremas, com destaque para as cheias e as secas e medidas a tomar; • Análise do quadro normativo e institucional e das medidas a tomar para coordenar e agilizar os procedimentos e actividades envolvendo a gestão dos recursos hídricos da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano integra nos seus estudos de caracterização, os recursos hídricos presentes no Concelho para que estes se encontrem salvaguardados e integrados nas propostas de ordenamento; • O ordenamento urbano integra na Estrutura Ecológica Urbana, a classe de Espaço “Espaço Verdes de Protecção”, que pretende salvaguardar e integrar no meio urbano, as linhas de água de maior importância; • No regulamento do Plano, no artigo das servidões e restrições de utilidade pública são também contempladas as servidões referentes aos recursos hídricos de superfície, nomeadamente o Domínio Público Hídrico.
PROF AA	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos a manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade; • Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas; • Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano contribui para a salvaguarda dos espaços florestais, contribuindo para a sua protecção e integração. A planta de Condicionantes integra os Povoamentos de Sobreiro e Azinheira; • Por outro lado e com base na aptidão do solo, o Ordenamento Rural define a classe de espaço, “Espaço Florestal de Protecção”. Esta classe de espaço, de acordo com o Regulamento do Plano, “corresponde a solos com aptidão florestal/protecção, destinando-se à protecção e recuperação de solos associados normalmente a zonas declivosas, contribuindo para a preservação do equilíbrio dos recursos, designadamente dos recursos hídricos, da fauna e flora.”

6.3.4 AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO

De acordo com os critérios identificados para o factor Riscos Naturais e Tecnológicos e tendo presentes os objectivos definidos no plano, apresenta-se de seguida uma avaliação de cada uma delas. No quadro seguinte mostra a forma como os diferentes objectivos contribuem positivamente ou negativamente com os critérios identificados.



Quadro 16 – Avaliação dos objectivos do plano no âmbito dos Riscos Naturais e Tecnológicos.

Critérios	Obj. 1 Promover o Mundo Rural	Obj. 2 Qualificação Empresarial	Obj. 3 Mobilidade/ Acessibilidade	Obj. 4 Qualificação Urbanística
Risco de incêndio	3	0	2	2
Risco de erosão	3	0	0	0
Risco de contingência	1	-1	1	1

LEGENDA:

Intensidade da contribuição/confito para o alcance das metas estratégicas:

3 - Forte contribuição

2 - Média contribuição

1 - Fraca contribuição

0 - Contribuição nula ou insignificante

-1 - Fraco conflito

-2 - Médio conflito

-3 - Forte conflito

6.3.4.1 RISCO DE INCÊNDIO

- 1º Objectivo – Com este objectivo é pretendido promover o Mundo Rural e o aproveitamento integrado dos seus recursos, desta forma, tem um contributo positivo para a prevenção do risco de incêndio, uma vez que para promover o meio rural e os seus recursos é necessário existir um correcto ordenamento do espaço rural, o que representa o primeiro passo para a prevenção da ocorrência de incêndios.
- 3º Objectivo – A melhoria das acessibilidades contribui de forma positiva para a prevenção do risco de incêndio e ainda mais para o combate, uma vez que torna possível o acesso a locais mais desfavorecidos até então.
- 4º Objectivo – A qualificação urbanística e funcional contribui de certa forma para a prevenção do risco de incêndio e da mesma forma para o combate, uma vez que se os aglomerados urbanos possuírem uma estrutura funcional mais organizada e com um correcto ordenamento do espaço mais facilitado é o combate ao fogo e a prevenção também.

6.3.4.2 RISCO DE EROSÃO

- 1º Objectivo – Este objectivo contribui de forma positiva para a prevenção do risco de erosão, uma vez que a promoção do Mundo Rural e o aproveitamento integrado dos recursos passa também pela valorização e preservação das áreas com maior fragilidade ecológica. As áreas com risco de erosão são consideradas áreas frágeis do ponto de vista ecológico, logo acções como a reflorestação e o controle das práticas agrícolas adequadas leva à sua preservação enquanto sistema ecológico.



6.3.4.3 RISCO DE CONTINGÊNCIA

- 1º Objectivo – A promoção do Mundo Rural e o aproveitamento dos seus recursos passa pela qualificação das componentes ambientais, passando pela criação de medidas de prevenção, nomeadamente prevenção contra acidentes naturais. A qualificação ambiental, das linhas de água e dos solos, por exemplo, é importante no que diz respeito à prevenção da ocorrência de cheias.
- 2º Objectivo – A qualificação empresarial passa pela instalação de novas empresas. De certa forma, pode considerar-se que a instalação de determinadas actividades industriais pode contribuir para o risco de contingência sobretudo no que diz respeito ao risco de explosão. Por outro lado, considera-se um fraco conflito uma vez que as empresas que se propõem instalar têm como base o desenvolvimento turístico e os valores culturais, naturais, patrimoniais e históricos do Concelho, logo actividades com baixa probabilidade de ocorrência de riscos de contingência.
- 3º Objectivo – A melhoria das acessibilidades contribui, nem que seja de uma forma indirecta, para a prevenção do risco de contingência, uma vez que permite a existência de um maior controlo, ao mesmo tempo que interfere a nível do combate por permitir o acesso a locais antes inacessíveis.
- 4º Objectivo – A requalificação funcional dos aglomerados urbanos contribui da mesma forma para a prevenção e para o combate do risco de contingência.

6.3.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO

No quadro seguinte apresenta-se o resumo das principais vantagens e desvantagens decorrentes da aplicação dos objectivos do plano, relativamente ao factor Riscos Naturais e Tecnológicos com base na avaliação anterior.

Quadro 17– Vantagens e Desvantagens dos objectivos do Plano relativamente ao factor Riscos Naturais e Tecnológicos.

	Vantagens	Desvantagens
OBJ 1 Promover o Mundo Rural	Promoção do Mundo Rural e dos seus recursos, tendo em conta a sua valorização e preservação o que contribui para a prevenção de Riscos Naturais e Tecnológicos.	
OBJ 2 Qualificação Empresarial		A instalação de novas indústrias pode constituir uma ameaça no que diz respeito ao aumento dos Riscos Naturais e Tecnológicos, nomeadamente, aos Riscos de Contingência.
OBJ 3 Mobilidade/ Acessibilidade	O aumento/melhoria da mobilidade e acessibilidade representam uma vantagem na prevenção e combate a eventuais acidentes naturais e tecnológicos, tornando acessíveis locais, antes de difícil acesso.	
OBJ 4 Qualificação Urbanística	A qualificação urbanística e funcional representa uma vantagem no que diz respeito à prevenção e ao combate de Riscos Naturais e Tecnológicos.	



6.3.6 DIRETRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS

A concretização dos objectivos que estão na base da revisão do Plano representa, na generalidade, um contributo positivo para prevenir a ocorrência de Riscos Naturais e Tecnológicos. A qualificação do Concelho em todas as suas componentes leva à preservação e valorização de todos os sistemas quer naturais, quer culturais, quer funcionais o que representa o primeiro passo para a prevenção da ocorrência de Riscos assim como para o seu combate caso estes se venham a tornar uma realidade.

6.3.6.1 DIRETRIZES

Com contributo positivo surgem os Objectivos 1 (Promover o Mundo Rural – Promover o aproveitamento integrado dos recursos do mundo rural), 3 (Mobilidade/Acessibilidade – Melhoras as acessibilidades e incrementar a mobilidade das populações) e 4 (Qualificação Urbanística – Qualificar urbanística e funcionalmente a sede de Concelho).

6.3.6.2 MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS

O Objectivo 2 – Qualidade Empresarial – Desenvolver e qualificar o tecido empresarial local, uma influência negativa na medida em que a instalação de novas empresas e novas actividades industriais pode contribuir de certa forma para a ocorrência de Riscos, quer Naturais, quer Tecnológicos.

Desta forma e tendo por base a avaliação deste factor assim como os objectivos do plano, são enunciadas medidas mitigadoras de forma a colmatar efeitos negativos, assim como serão referidas medidas que possam contribuir para o ênfase dos efeitos positivos.

- Implementação do Plano Municipal de Emergência;
- Implementação de medidas de prevenção e combate aos incêndios, principalmente nas áreas mais susceptíveis, nomeadamente, limpeza e desobstrução dos acessos, controle das queimadas, vigia, criação de rede de corta fogos, plantação de barreiras arbóreas e arbustivas (de espécies resistentes aos fogos) que sirvam como obstáculo à propagação dos fogos. No que diz respeito a áreas urbanas, a população deve ser alertada para medidas que devam tomar para prevenir e combater um possível incêndio;
- Criação de medidas minimizadoras da erosão dos solos, principalmente nas áreas mais susceptíveis a este fenómeno, assim como: incentivo ao revestimento do solo para que este não fique desprotegido e mais susceptível à erosão e incentivo a práticas agrícolas mais adequadas. Por exemplo;
- Infomar a população dos procedimentos que devem seguir em caso de ocorrência de sismos. Nas zonas mais vulneráveis, aconselha-se a que se realize um simulacro de forma a que a população saiba como agir em caso de ocorrência de sismo;
- Monitorização dos sistemas de recolha de águas pluviais, assim como sumidouros, valetas e outros canais de drenagem para que se encontrem sempre limpos e desobstruídos para que em época de chuvas se previna a ocorrência de cheias. Assim como se deve acautelar a desobstrução das linhas de água, principalmente junto a estrangulamentos do escoamento;
- Monitorização das práticas agrícolas utilizadas, de forma a prevenir a contaminação dos recursos edáficos e dos recursos hídricos;
- Acautelar que a instalação de novas indústrias obedeça a todas as regras de segurança de forma a evitar a ocorrência de acidentes tecnológicos. Por outro lado, e apostando na prevenção, apostar na implementação de programas de acção que possam ser activados no caso da ocorrência deste tipo de acidentes.



6.4 COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

6.4.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS

6.4.1.1 DINÂMICA POPULACIONAL

O Concelho de Monforte, segundo os Censos de 2001 do INE (Instituto Nacional de Estatística), apresentou entre 1991 e 2001 uma diminuição do seu efectivo populacional de cerca de 9,6% (superior à média sub-regional), apresentando neste último ano uma população residente de 3.338 habitantes, distribuídos por 4 freguesias, numa superfície de aproximadamente 420,10km², com uma densidade demográfica de 7,9 habitantes/km², muito abaixo da média sub-regional de 20,0 habitantes/km².

Verifica-se que a dinâmica natural da população residente é negativa e tem vindo a agravar-se. Esta situação é característica da região em que o Concelho de Monforte está inserido que se apresenta globalmente como uma região repulsiva. Nos últimos cinquenta anos houve um decréscimo populacional na ordem dos 5000 habitantes, que corresponde a aproximadamente 60% da população. Enquanto que entre os recenseamentos de 1991 e 2001, houve um decréscimo populacional de 360 habitantes.

A estrutura do povoamento do Concelho de Monforte caracteriza-se por uma concentração da população residente no aglomerado de maior dimensão, designadamente a vila de Monforte. Apenas com excepção da freguesia de Assumar que nos últimos Censos, registou um ligeiro aumento de cerca de 1.03%, todas as freguesias que compõem o Concelho têm vindo sucessivamente a perder população.

A percentagem de população emigrante, relativamente à população total, é a mais baixa a nível sub-regional pelo facto da fraca capacidade de atracção de mão-de-obra imigrante.

Existe um agravamento do índice de envelhecimento da população do Concelho de Monforte, segundo os resultados dos últimos Censos da População, com uma substancial diferença entre a percentagem de jovens e idosos, 13.40% para 24.84%.

O índice de longevidade, que representa o peso relativo dos idosos com 75 e mais anos sobre o total de idosos, sofreu um ligeiro agravamento no Concelho de Monforte, embora inferior aos valores registados a nível regional, querendo dizer que a população idosa vive cada vez mais anos, com reflexos evidentes na estruturação da vida económica e social.

Por último é de referir que o índice de sustentabilidade potencial da população (relação entre a população em idade activa e a população idosa) apresentou uma evolução negativa entre 1991 e 2001 quer para o Concelho de Monforte, quer para o Alto Alentejo.

6.4.1.2 MOBILIDADE

O sistema de acessibilidades do Concelho apresenta-se satisfatório, em que a rede viária existente cobre a totalidade dos aglomerados urbanos. Apresenta uma estrutura radial centrada na sua sede – a vila de Monforte – que, enquanto ponto de passagem das estradas nacionais, constitui o pólo mais significativo da rede urbana destacando-se dos restantes aglomerados populacionais.

Das acessibilidades rodoviárias do Concelho de Monforte destaca-se o IP2, que passa pela vila de Monforte e atravessa o Concelho no sentido longitudinal, e garante o acesso aos principais eixos viários nacionais das redes principal e secundária e, portanto, a todo o território nacional, quer à rede viária espanhola e, conseqüentemente, a toda a Europa.



A rede viária evidencia necessidades de manutenção em alguns dos seus troços, nomeadamente as ligações das sedes de freguesias ao IP2, cujos projectos se encontram em fase de elaboração.

No plano local no Concelho de Monforte encontramos as ex - EN 369 e ex - EN 371, ligam Monforte às freguesias de Vaiamonte e Assumar, respectivamente, a ER 243 que constitui a ligação mais curta a Elvas e Espanha, e a EM 515 que se apresenta com interesse na ligação alternativa a Arronches.

O IP2 liga a sede do Concelho às cidades de Portalegre e Estremoz com as quais as relações de dependência ou complementaridade são maiores.

Relativamente ao IP2 de 1990 a 2005 a intensidade do tráfego de Monforte para Portalegre quintuplicou, enquanto que de Monforte para Estremoz duplicou, revelando a importância daquele Itinerário Principal no desenvolvimento e na vida quotidiana de Monforte.

No que diz respeito ao transporte público rodoviário, considera-se preocupante a insuficiente ligação e comunicação entre os diferentes aglomerados urbanos e freguesias, em particular, a rede de transportes públicos em funcionamento, que constitui um factor de dificuldade na estruturação da mobilidade urbana.

A circulação e estacionamento na área antiga da vila de Monforte (Centro Histórico) apresenta constrangimentos e alguma conflituosidade, pelo que se torna necessário o reforço de bolsas de estacionamento de modo a reduzir a circulação automóvel, a criação de um sistema principal de distribuição, o ordenamento adequado dos sentidos de circulação e o incremento da circulação pedonal com a indispensável requalificação do espaço público.

6.4.1.3 ACESSO A EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

De uma forma geral todo o Concelho, está bem dotados de equipamentos colectivos, sendo de destacar:

- Ao nível do Ensino: quatro estabelecimentos com ensino pré-escolar e ensino básico; uma escola com o 2º e 3º ciclos; não existe nenhuma Escola Secundária; uma instituição de Educação Especial na freguesia de Assumar;
- Ao nível da Saúde: um Centro de Saúde; três extensões de saúde; uma farmácia na sede de Concelho; três postos de fornecimento de medicamentos; existem ainda com fraca expressão alguns Consultórios / Gabinetes Médicos de natureza privada;
- Ao nível do Emprego / Negócios: Ninho de Empresas de Monforte gerido pelo Centro de Apoio à Criação de Empresas (CACE) do Alto Alentejo; Zona Industrial de Monforte com 11 lotes para unidades empresariais, estando em funcionamento até ao momento 2 unidades; Unidade de Inserção na Vida Activa com a finalidade apoiar a inserção dos indivíduos do Concelho no mercado de trabalho;
- Ao nível da Cultura e Lazer: quatro Centros de Actividades de Tempos Livres; quatro Parques Infantis; um Campo de Futebol com bancadas; um Pavilhão Gimnodesportivo Coberto; uma Piscina Municipal Coberta; uma Piscina Municipal Descoberta; um Court de Ténis com dois campos; um Campo de Tiro; dois Polidesportivos Descobertos; três Campos de Futebol; uma Biblioteca; uma Galeria de Exposições; um Museu; três Praças de Touros; três Centros Culturais; uma Sala de Espectáculos;
- Ao nível de Prevenção e Segurança: uma corporação de Bombeiros Voluntários e um posto da GNR localizado na freguesia de Monforte;
- Ao nível da Assistência Social: uma creche na sede de Concelho; Centro Comunitário de Convívio; Gabinete de Apoio ao Cidadão; duas Instituições de Solidariedade Social; seis equipamentos de apoio à 3ª idade.

Os equipamentos associados à Cultura e ao Lazer têm assumido um significado muito particular nas estratégias empreendidas nos últimos anos pela Câmara Municipal de Monforte, para o desenvolvimento do Concelho – não só pela oportunidade de investimento

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

48/92

que oferecem, nomeadamente, em alguns segmentos relacionados com o desporto e animação da actividade turística, mas também, e principalmente, pela capacidade de criar um ambiente propiciado à fixação da população jovem.

De forma a combater a concentração de equipamentos na cidade sede de concelho existem vários investimentos nos vários aglomerados populacionais, nomeadamente Polidesportivos, Tanques de Natação, etc.

6.4.1.4 ACTIVIDADE INDUSTRIAL

Em termos evolutivos, no período de 1995 a 2001, assiste-se a um crescimento do sector terciário pois, das vinte novas empresas sedeadas, no concelho de Monforte, neste período, 13 desenvolvem a sua actividade no sector terciário.

O Sector terciário ou serviços representa, agora 52%, o sector primário ou agrícola 28% e o sector secundário ou industrial 20%, do total das empresas sedeadas no concelho.

O sector primário apresenta-se como um sector predominantemente agrícola de regime extensivo, com produção de cereais e a existência de olivais, no entanto pouco mecanizado e virado em grande escala para a produção animal. A indústria extractiva tem registado um decréscimo, pois, em 1995, existiam três empresas sedeadas, no concelho, quando, em 2001, existe apenas uma.

No sector secundário, no concelho, a indústria transformadora representa 46% do total de empresas e a construção civil 54%. A indústria transformadora resume-se quase exclusivamente à indústria alimentar em que a presença de indústrias agro-alimentares começa a ser notória, representando 58% das empresas do sector.

O sector terciário ao nível de comércio caracteriza-se pela predominância de pequenos estabelecimentos, de empresários em nome individual (89%), com fraca capacidade empregadora. Em termos de serviços a autarquia local e todos os outros serviços públicos são os principais responsáveis pela criação e dinamização do emprego.

Ao nível do volume total de vendas o sector primário representa 9%, o sector secundário 19%, onde o sub-sector construção civil e obras públicas representam 16%, e o sector terciário 72%.

Em relação aos recursos humanos existe uma tendência para diminuição da população activa, que se caracteriza por baixos níveis de qualificação profissional e de instrução. Existe fraco empreendedorismo que se revela por quatro quintos da população total activa empregue sejam trabalhadores por conta de Outrem.

Em termos de recursos humanos são as sociedades do ramo agrícola que empregam cerca de 50%, a indústria transformadora cerca de 20% e as sociedades comerciais cerca de 18%.

Há ainda que salientar que o Turismo constitui um importante domínio do desenvolvimento económico da região e, em particular, do concelho de Monforte.

6.4.1.5 MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL AGRÍCOLA E FLORESTAL

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Alentejo do INE de 1999 existiam no Concelho de Monforte 252 explorações agrícolas, que ocupam a Superfície Agrícola Útil (SAU) de cerca de 38.818 ha, maioritariamente efectuada por conta própria.

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

49/92

Observa-se uma predominância da grande propriedade, com área igual ou superior a 100 hectares, sendo Monforte é dos concelhos que apresenta maior valor de hectare por exploração, comparativamente com a Região do Alentejo e até mesmo com Portugal.

No que diz respeito à percentagem de utilização da SAU, e fazendo uma comparação com a realidade nacional, constatamos que os valores registados, no concelho de Monforte, são ligeiramente mais baixos. Onde a superfície agrícola é fortemente utilizada para prados e pastagens permanentes e pousio, fortemente ligado à pastorícia, notando-se também considerável a área destinada à produção de cereais, Olivais, prados e forragens.

Entre 1997 e 2001 a produção de vinho em Monforte registou um aumento bastante significativo, cerca de seis vezes mais, associado ao marketing territorial, mais concretamente a “marca” “os Vinhos produzidos no Concelho de Monforte”.

Encontra-se, no Concelho, uma menor percentagem de explorações agrícolas equipadas com sistema de rega (22%), comparativamente à média do Alto Alentejo (47,5%), pelo facto de se tratar de uma zona de culturas de sequeiro. No entanto, as explorações equipadas com tractor (42,1%) são claramente superiores à média do Alto Alentejo (27,8%).

Relativamente à média das idades dos trabalhadores, constatamos que o concelho de Monforte (53,6%) segue a tendência registada no Alentejo (53,5%) ao apresentar valores mais elevados.

Como cobertura agrícola e florestal do Concelho de Monforte as unidades de ocupação dominantes são, por ordem decrescente de cobertura: Povoamento de Azinho/Sobro, Cultura Arvenses de Sequeiro ou pastagem, Cultura Arvenses de Regadio, Vinha, Olival, Eucaliptal e Resinosas. O Olival ocupa as áreas envolventes próximas dos núcleos urbanos, verificando-se um aumento das áreas de vinha.

A paisagem do Concelho de Monforte integra-se, sob o ponto de vista morfológico, na peneplanície Alentejana constituída por um mosaico onde predominam os povoamentos e o seu uso silvo-pastoril, não homogéneo mas com variações de densidade e textura. Estes povoamentos embora constituídos por agrupamentos de plantas tipicamente mediterrânicas, já pouco ou nada têm a ver com a floresta primitiva, apesar da maior parte das suas espécies provirem dela. No entanto os povoamentos de azinho ou matos subsistem onde os declives atingem valores consideráveis.

No geral os povoamentos deste concelho, que ocupam grandes extensões, estão envelhecidos e a regeneração natural é reduzida, devido ao facto da vertente agrícola dos povoamentos tem sido abandonada, dando lugar à excessiva exploração pecuária que impede a regeneração natural. O povoamento é interrompido por olivais existentes na proximidade dos aglomerados, sistemas arvenses e de pastagens, algumas vinhas e galerias rícolas, que se apresentam em corredores descontínuos muito degradados e alterados.

Nas zonas em que o relevo se apresenta suave surgem campos abertos e extensos com arvoredos dispersos em densidades variáveis, onde a grande luminosidade está sempre presente.

Relativamente à produção animal, constata-se que predominam no concelho de Monforte as explorações de ovinos (62%) e de bovinos. O Concelho tem uma representatividade de 14%, no total de bovinos existentes, no Alto Alentejo, sendo o segundo concelho do Alto Alentejo com maior número de efectivos bovinos.



6.4.1.6 MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO

A categoria de Espaço Turístico foi considerada como compatível com o solo rural e solo urbano, reconhecendo-lhes um carácter transversal relativamente aos usos que permitem.

Embora o Espaço Turístico seja definido como uma categoria de espaço, propõe-se que a actividade turística seja permitida noutras categorias de espaços, devendo para isso respeitar os índices urbanísticos definidos e constituir um investimento sustentável e estratégico.

Neste sentido são assinaladas, em planta, três zonas preferenciais, ("T"), tendo por base pretensões suportadas por propostas de intervenção viáveis e, que retratam os valores naturais e paisagísticos do concelho.

A oferta turística no Concelho de Monforte na actualidade é composta por 4 estabelecimentos, o Hotel Palma (27 quartos), o aldeamento turístico do Monte dos Amarelos (11 "montes" independentes), a Casa das Malvas (turismo de habitação) e a Casa de Assumar (Turismo Rural).

A criação de uma imagem que contrarie a ideia de zona de "passagem" e se centre sobre a variedade, explorando em particular, o património, a paisagem, e as excelentes condições para acolhimento, fora de estação, do turismo desportivo e de terceira idade, poderá constituir um factor chave de desenvolvimento.

Os recursos do mundo rural não se resumem aos directamente afectos à prática da actividade agrícola e sua exploração. O espaço rural dispõe de um vasto conjunto de recursos culturais e patrimoniais, paisagísticos e cinegéticos, nomeadamente a gastronomia e a promoção da raça do cão Rafeiro do Alentejo, que deverão ser aproveitados e explorados de forma integrada, nomeadamente para fins turísticos e de lazer.

6.4.2 ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do Factor Coesão Social e Desenvolvimento Local, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças.

Quadro 18 – Análise SWOT do Factor Coesão Social e Desenvolvimento Local

S (Forças)	W (Fraquezas)	O (Oportunidades)	T (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> Em termos de mobilidade, o sistema de acessibilidades do Concelho apresenta-se satisfatório, uma vez que a rede viária existente cobre a totalidade dos aglomerados urbanos; Concelho atravessado por um eixo viário (IP2) com bastante importância, uma 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição do efectivo populacional nos últimos anos; A grande maioria das freguesias tem vindo a perder população; Agravamento do índice de envelhecimento da população do Concelho; Existência de uma diferença 	<ul style="list-style-type: none"> Equipamentos associados à Cultura e ao Lazer constituem um factor importante para as estratégias do Concelho e para a fixação de população jovem; O Turismo, constitui um importante domínio do desenvolvimento económico do concelho de Monforte; 	<ul style="list-style-type: none"> Baixa competitividade das empresas devido à sua dimensão reduzida; Diminuição do efectivo populacional, agravamento do índice de envelhecimento e diminuição do índice de sustentabilidade (redução da população activa relativamente à idade reformada).

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

51/92

S (Forças)	W (Fraquezas)	O (Oportunidades)	T (Ameaças)
<p>vez que garante o acesso aos principais eixos viários nacionais das redes principal e secundária e, portanto, a todo o território nacional, quer à rede viária espanhola e, conseqüentemente, a toda a Europa;</p> <ul style="list-style-type: none"> Concelho bem dotado de equipamentos colectivos. 	<p>substancial entre a percentagem de jovens e idosos;</p> <ul style="list-style-type: none"> População envelhecida, o que se reflecte na estrutura da vida económica e social; No que diz respeito ao transporte público rodoviário, a rede existente entre os aglomerados e as freguesias considera-se insuficiente; No Centro Histórico de Monforte a circulação e o estacionamento apresentam constrangimentos; Existência de um fraco empreendedorismo; População envelhecida, com baixa qualificação, o que leva a um número reduzido de população com espírito empreendedor, que contribua para a diversificação de actividades económicas para a dinamização do Concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Potencial turístico associado ao recurso paisagem; Criação de rotas turísticas ligadas aos recursos naturais, arqueológicos e patrimoniais; Exploração do potencial agrícola e florestal; Oferta de espaços naturais para a prática de desportos ao ar livre. 	



6.4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS

Este ponto pretende estabelecer uma relação entre o Quadro de Referencia Estratégico e o Plano Director Municipal, identificando no âmbito do Factor Coesão Social e Desenvolvimento Local, de que forma os objectivos do Plano pretendem colocar em prática as orientações do QRF.

Quadro 19 – Contributo do PDM para o alcance dos objectivos e metas estratégicas no âmbito da Coesão Social e Desenvolvimento Local.

Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global; Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social. 	<ul style="list-style-type: none"> O PDM contribui para o reforço da competitividade territorial de Portugal, na medida em que contribui para o reforço da competitividade do Concelho de Monforte, estabelecendo objectivos estratégicos que pretendem promover os recursos do Concelho. Cada concelho, e neste caso, o Concelho de Monforte, através do PDM, pretende colaborar para a competitividade territorial do país, realçando as suas características mais particulares de forma a que Portugal prima pela originalidade; No Concelho existe a pretensão de se combater a concentração de equipamentos na cidade de Monforte, uma vez que se propõem para equipamentos para os vários aglomerados populacionais.
PNDR	<ul style="list-style-type: none"> O aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal; O ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais; O reforço da coesão territorial e social. 	<ul style="list-style-type: none"> O PDM não interfere directamente na competitividade dos sectores agrícolas e florestais embora o facto de salvaguardar os espaços com potencial agrícola e florestal contribua para que estes sectores possam ser mais competitivos; O ordenamento do espaço rural tem como base o potencial do solo, o que é um contributo importante para a gestão sustentável dos recursos naturais, na medida em que se pode tirar partido dos recursos existentes (solos) para as culturas em que estes se encontram mais aptos.
ENDS	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética; Melhor ambiente e valorização do património natural; Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social; Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território. 	<ul style="list-style-type: none"> A Carta de Unidades e Valores da Paisagem identifica o património natural presente no Concelho, o que contribui para a sua valorização e conservação; O Plano pretende contribuir para uma maior equidade, igualdade de oportunidades e coesão social, dentro do território concelhio, sendo este um dos princípios que estão na base dos objectivos do PDM. A melhoria da mobilidade e das acessibilidades, por exemplo, contribui para a unificação dos espaços urbanos presentes no Concelho e para a aproximação das populações, assim como permite a existência de igualdade entre os habitantes, principalmente os dos aglomerados mais isolados; O facto do Concelho de Monforte ser atravessado por um eixo viário bastante importante (IP2), atribui-lhe uma posição favorável, comparativamente com outros concelhos com as mesmas características. Este factor contribui para a



Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
		conectividade nacional e internacional do Concelho e do país.
PORA	<ul style="list-style-type: none"> Promover a integração do território no âmbito da posição geoeconómica do país; Melhorar a organização, a funcionalidade e a coesão intra-regional; Criar emprego e qualificar os recursos humanos; Reforçar a identidade regional num contexto de mudança; Desenvolver e afirmar o potencial económico regional. 	<ul style="list-style-type: none"> O Plano não possui uma relação directa com a oferta de emprego, contudo, o facto de contemplar áreas classificadas de "Espaço Industrial e de Comercio e Serviços programado" e "Espaços de Equipamento Programado", contribui para a fixação de novas empresas, logo à promoção de novos postos de trabalho; A contribuição do Plano no desenvolvimento e afirmação do potencial económico regional passa por um ordenamento sustentável das actividades, o que potencia à fixação de empresas e indústrias, nomeadamente empresas e indústrias relacionadas com produtos regionais. Este factor pode contribuir para reforçar a identidade regional promovendo o Concelho num contexto nacional e ibérico; Melhoria da comunicabilidade e mobilidade intra e inter-regional.

6.4.4 AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO

Em função dos critérios identificados para o factor Coesão Social de Desenvolvimento Local e tendo presentes os objectivos definidos no plano, foi efectuada uma avaliação de cada um deles. No quadro seguinte está sistematizada a forma como os diferentes objectivos contribuem ou não com os critérios identificados.

Quadro 20 – Avaliação dos objectivos do plano no âmbito da Coesão Social e Desenvolvimento Local.

Critérios	OBJ 1 Promover o Mundo Rural	OBJ 2 Qualificação Empresarial	OBJ 3 Mobilidade/ Acessibilidade	OBJ 4 Qualificação Urbanística
Dinâmica populacional	1	3	2	3
Mobilidade	0	1	3	2
Acesso a equipamentos e serviços públicos	0	0	2	2
Actividade Industrial	0	3	2	0
Mobilização do potencial agrícola e florestal	3	2	0	0
Mobilização do potencial turístico	2	0	2	2

LEGENDA:

Intensidade da contribuição/conflicto para o alcance das metas estratégicas:

3 - Forte contribuição

2 - Média contribuição

1 - Fraca contribuição

0 - Contribuição nula ou insignificante

-1 - Fraco conflito

-2 - Médio conflito

-3 - Forte conflito

LEGE
NDA:
Intens
i

LEGE
NDA:
Intens
idade
da
contri
buiçã
o/
conflit
o para



6.4.4.1 DINÂMICA POPULACIONAL

- 1º Objectivo – A promoção do Mundo Rural pode de certa forma contribuir para a dinâmica populacional, uma vez que esta promoção pretende ser feita com base na promoção e integração dos recursos, logo leva a que a população seja incentivada a ser parte integrante deste processo, o que pode constituir um estímulo para a fixação da população.
- 2º Objectivo – A qualificação empresarial e a instalação de novas actividades no Concelho tem um contributo bastante positivo para a dinâmica populacional, na medida em que leva à oferta de novos postos de trabalho, e à fixação de população, principalmente população jovem e em idade activa.
- 3º Objectivo – A melhoria das acessibilidades e da mobilidade representa da mesma forma um factor fundamental para a fixação de população, pois o facto de tornar mais fácil e mais rápida a comunicação entre a população e os diferentes aglomerados, assim como a comunicação do Concelho com os concelhos vizinhos, leva a que as pessoas encontrem maior oferta de qualidade de vida e logo mais condições para se fixarem.
- 4º Objectivo – Este objectivo contribui de forma positiva para a dinâmica populacional, tendo este como base a inversão do processo de desertificação, passando pela requalificação funcional e paisagística dos aglomerados urbanos do Concelho, factores essenciais à melhoria da qualidade de vida no Concelho e consequentemente à fixação das populações.

6.4.4.2 MOBILIDADE

- 2º Objectivo – A qualificação empresarial do Concelho pode contribuir para a mobilidade deste pois a implementação de novas empresas leva à existência de uma maior dinâmica, logo uma maior mobilidade.
- 3º Objectivo – De todos os objectivos do plano este é o que tem um maior contributo para este critério, na verdade os dois possuem a mesma base.
- 4º Objectivo – A qualificação urbanística influencia da mesma forma a mobilidade do Concelho, tendo esta qualificação sempre presente, uma componente funcional e se os aglomerados urbanos forem funcionais propiciam a uma maior mobilidade.

6.4.4.3 ACESSO A EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- 3º Objectivo – O aumento/melhoria da mobilidade e acessibilidade tem um contributo positivo no que diz respeito ao acesso a equipamentos e serviços públicos, pretendendo-se com este objectivo procurar novas soluções de transporte que colmatem as limitações actuais de transportes no Concelho e melhorem a mobilidade das populações logo permitindo que estas tenham um maior e melhor acesso a equipamentos e serviços públicos.
- 4º Objectivo – A qualificação urbanística e a consequente melhoria da qualidade de vida das populações passa por vários factores, factores que facilitem o quotidiano dos habitantes, inclusive um melhor acesso aos diversos tipos de equipamentos e serviços públicos.

6.4.4.4 ACTIVIDADE INDUSTRIAL

- 2º Objectivo – Este objectivo contribui fortemente para o desenvolvimento da actividade industrial, uma vez que assenta na criação de condições para o acolhimento de novas indústrias e actividades económicas radicadas na valorização dos recursos do concelho.



- 3º Objectivo – A melhorias das acessibilidades e da mobilidade do Concelho, pode ter um contributo positivo para o desenvolvimento da actividade industrial, uma vez que a actividade industrial implica a existência de boas infraestruturas que facilitem as ligações intra-concelhias assim como a ligação do Concelho com os concelhos vizinhos.

6.4.4.5 MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL AGRÍCOLA E FLORESTAL

- 1º Objectivo – Este primeiro objectivo do Plano, tem como base a promoção do Mundo Rural e o aproveitamento integrado dos seus recursos, sendo o potencial agrícola e florestal um dos recursos do Concelho. Desta forma, este apresenta um contributo positivo pois a promoção da actividade agrícola, da actividade industrial e de todas as actividades associadas a estas contribui positivamente para a sua mobilização.
- 2º Objectivo – A qualificação empresarial e a dinamização das actividades económicas do Concelho, contribui positivamente para a mobilização do potencial agrícola na medida em que esta qualificação empresarial se pretende com base nos recursos.

6.4.4.6 MOBILIZAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO

- 1º Objectivo – Para além do potencial agrícola e florestal, também a paisagem, a cultura e o património representam recursos do Mundo Rural tendo directa ou indirectamente a si associados, o potencial turístico contribuindo a sua promoção positivamente para a sua mobilização.
- 3º Objectivo – A melhoria da mobilidade e das acessibilidades do Concelho tem um contributo positivo para a mobilização do potencial turístico, podendo o facto de existirem melhores ligações entre os diversos aglomerados e mais oferta de transportes públicos, incentivar a visita e a estadia de turistas no Concelho.
- 4º Objectivo – A requalificação funcional e paisagística dos aglomerados urbanos do Concelho, é um factor positivo, uma vez que atribui uma melhor qualidade de vida aos habitantes desses aglomerados mas por outro lado, pode também constituir um atractivo para os turistas da região.

6.4.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO

No quadro seguinte apresenta-se o resumo das principais vantagens e desvantagens da aplicação dos objectivos do plano, relativamente ao factor Coesão Social e Desenvolvimento Local.

Quadro 21 – Vantagens e Desvantagens dos objectivos do Plano relativamente ao factor Coesão Social e Desenvolvimento Local.

	Vantagens	Desvantagens
OBJ 1 Promover o Mundo Rural	Promover o Mundo Rural e os recursos a si associados, contribuindo para a dinâmica populacional e para o potencial turístico do Concelho.	
OBJ 2 Qualificação Empresarial	Qualificação Empresarial, tendo como base os recursos do Concelho, contribuindo para a dinâmica populacional, para a criação de postos de trabalho e fixação de população jovem e em idade activa.	
OBJ 3 Mobilidade/ Acessibilidade	A melhoria das acessibilidades e da mobilidade da população torna o Concelho mais dinâmico, o que pode contribuir para a qualidade de vida da população, assim como pode constituir um factor atractivo para a fixação no Concelho.	
OBJ 4	Com a qualificação urbanística e funcional dos aglomerados	



Qualificação Urbanística	urbanos pretende-se inverter o processo de desertificação assim como o incentivo a uma maior procura por parte de turistas.	
--------------------------	---	--

6.4.6 DIRECTRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS

Neste ponto, conclui-se que o factor Coesão Social e Desenvolvimento Local pode vir a sofrer influências com as propostas e objectivos do Plano. Estas influências, de um modo geral apresentam-se de uma forma positiva, uma vez que todos os objectivos do plano surgem no sentido de tornar o território concelhio, num território mais desenvolvido e com uma maior coesão social e funcional.

Por outro lado, a concretização dos objectivos que estão na base da revisão do Plano, vão ao encontro dos objectivos definidos no Quadro de Referência Estratégica, onde se visa promover a qualidade de vida da população através da melhoria do acesso a equipamentos, serviços e infra-estruturas básicas fundamentais para a fixação da população, melhorar a acessibilidade, mobilidade interna e externa, aproveitamento dos recursos naturais e do potencial turístico

6.4.6.1 DIRECTRIZES

Todos os objectivos do Plano apresentam relação com este factor. As directrizes associadas aos objectivos são as seguintes:

- Criar incentivos para o envolvimento da população local, na qualificação da cidade e do Concelho, nomeadamente na requalificação e reconstrução do património edificado no Centro Histórico;
- Promover uma maior e mais eficaz relação entre o meio rural e o meio urbano, nomeadamente a nível da rede de transportes e acessibilidades;
- Criar incentivos para a criação de empresas, actividades e/ou serviços associados à actividade turística, que tenham como "matéria-prima" os recursos do Concelho, assim como, artesanato local, produtos típicos da região, divulgação do património arqueológico e arquitectónico, criação de roteiros turísticos que associem as várias ofertas da região.

6.5 OCUPAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

6.5.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS

6.5.1.1 OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

No Concelho de Monforte, a ocupação do solo divide-se entre áreas agrícolas, áreas florestais e áreas urbanas. Na cobertura agrícola e florestal do Concelho dominam as seguintes unidades de ocupação: Povoamento de Azinho/Sobro, Cultura Arvenses de Sequeiro ou pastagem, Cultura Arvenses de Regadio, Vinha, Olival, Eucaliptal e Resinosas. Contudo merece um maior destaque, não só pela área que ocupam mas também por representarem culturas que contribuem para a caracterização do território, os povoamentos de Azinho/Sobro e as Culturas Arvenses de Sequeiro ou pastagem. A ocupação do solo não sofreu alterações significativas entre o período de entrada em vigor do PDM e a presente revisão, todavia nos últimos tempos tem se verificado um acréscimo nas áreas ocupadas por olival e vinha, com produção intensiva associada a um aumento da rega.

O povoamento de quercineas e as pastagens fortemente ligadas à produção de gado Ovino e Bovino assumem um papel importante na economia local. Assim como, a produção de vinho que aumentou notoriamente nos últimos anos devido à criação da "marca" "os



Vinhos produzidos no Concelho de Monforte”, que constituem um cartão de visita divulgado em diversos certames, nomeadamente a Monforfeira - Festa do Toiro.

As áreas urbanas restringem-se aos cinco perímetros urbanos, Monforte, Santo Aleixo, Vaiamonte, Assumar e Prazeres. O solo urbano respeitante aos perímetros envolve uma área total de 148 hectares, dos quais cerca de 47% correspondem à área do perímetro urbano de Monforte.

A dinâmica urbanística da vila de Monforte tem sido pouco expressiva assumida maioritariamente pelo município.

Relativamente aos restantes perímetros urbanos equaciona-se a possibilidade de prosseguir uma forte intervenção no domínio da produção de solo urbanizado, para fins habitacionais e equipamentos de uso colectivo.

De referir ainda a assinatura de um Protocolo de Construção de Habitação Social, com o Instituto Nacional de Habitação, constituindo uma resposta às necessidades de habitação para as famílias mais carenciadas do Concelho de Monforte, protocolo de abrangência concelhia, que se encontra em fase de execução.

6.5.1.2 ORDENAMENTO DO ESPAÇO RURAL E URBANO

A proposta de ordenamento urbano teve por base os Planos de Urbanização recentemente rectificadas. Enquanto que, o ordenamento rural o PDM pretende definir um modelo de organização municipal do território, estabelecendo os sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal.

O Solo Urbano qualificou-se em três categorias de espaço, os Espaços Urbanizados, Espaços cuja Urbanização seja possível Programar e Espaços Verdes Urbanos. Por outro lado, o Solo Rural, segundo as aptidões do solo, qualificou-se em espaços agrícolas, espaços florestais, espaços de exploração mineira, espaços turísticos e estrutura ecológica.

Solo Urbano

O ordenamento do espaço urbano partiu dos perímetros em vigor, analisando-se os critérios da sua definição, evolução das iniciativas urbanísticas e dinamismo populacional do período de vigência, sugestões dos municípios e, as estratégias de desenvolvimento dos autarcas, definidas e aprovadas em assembleia municipal.

Assim, a proposta de ordenamento dos espaços urbanos teve como objectivos orientadores para elaboração do Plano, os seguintes:

- Preservar a identidade urbanística e os valores ambientais e paisagísticos, valorizando o património e espaços públicos;
- Manter a unidade e contenção do tecido construído;
- Assegurar a satisfação de necessidades de habitação, actividades económicas e equipamentos;
- Enquadrar a acção urbanística municipal.

O Solo urbano, foi classificado com as seguintes categorias de espaço:

- Espaço urbanizado;
- Espaço de urbanização programada;
- Espaço urbanizado de industria, de comércio e serviços;



- Espaço industrial, de comércio e serviços programado;
- Espaço urbanizado de equipamentos;
- Espaço de equipamento programado;
- Centro Histórico de Monforte.

O Espaço urbanizado inclui áreas com estrutura edificada consolidada, com uso essencialmente urbano, habitacional de comércio e serviços.

O Espaço de urbanização programada inclui áreas sem estrutura edificada consolidada, para os quais se programa um uso essencialmente urbano, habitacional de comércio e serviços compatíveis.

O Espaço urbanizado de indústria, de comércio e serviços integra áreas com estrutura edificada consolidada e com uso essencialmente industrial, de comércio e serviços associados.

O Espaço industrial, de comércio e serviços programado integra áreas sem estrutura edificada consolidada, para os quais se programa um uso essencialmente industrial, de comércio e serviços associados. Surge na intenção de consolidação da política autárquica em conformidade com o mercado e a nova estruturação viária.

O Espaço urbanizado de equipamentos inclui áreas com estrutura edificada consolidada e com uso público de recreio, desportivo ou social.

O Espaço de Equipamento Programado inclui áreas sem estrutura edificada consolidada para os quais se programa um uso público de recreio, desportivo ou social.

O Centro Histórico de Monforte, regido pelo Plano de Salvaguarda, visa valorizar Monforte no contexto regional, equilibrar a rede urbana ao nível de serviços e comércio e qualificar o centro melhorando a articulação entre as diversas zonas do tecido urbano.

As áreas em que se pretende proteger e valorizar recursos naturais, potencialidades biofísicas e valores paisagísticos foram integradas na Estrutura Verde Urbana, que inclui:

- Espaços verdes urbanos existentes;
- Espaços verdes urbanos programados;
- Espaços verdes de protecção.

Os Espaços verdes urbanos programados correspondem a espaços de articulação, importantes para a consolidação da unidade dos aglomerados, e pequenos espaços verdes em todas as classes de espaços, particularmente na área de expansão habitacional.

Os Espaços verdes de protecção respeitam faixas de protecção a ribeiras, Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, aquando da eventual urbanização desses terrenos.

Solo Rural

“O ordenamento do espaço rural assenta numa matriz em que diferentes descritores resultantes da ponderação da caracterização do território, são integrados:



- Aptidão do solo para usos tradicionais, agricultura, silvicultura e pecuária, definida na planta de associação de unidades pedológicas. A proposta de ordenamento baseia-se na aptidão do solo e não do uso actual por se considerar que este pode estar desadequado e o ordenamento deve promover uma sustentável utilização dos recursos;
- Identificação de “constantes”, resultantes de valores, características ou condicionantes ao uso do território.

A subtracção ou sobreposição destas “constantes” definirão a categoria de espaço e a intensidade do uso a estabelecer. As constantes definidas são:

- Estrutura Ecológica, incluindo valores naturais ou paisagísticos;
- Condicionantes Ecológicas (REN, Povoamento de Sobro e/ou Azinho) e agrícolas (RAN).

Relativamente à Reserva Ecológica Nacional, optou-se por efectuar a integração por sistema e não como um todo uniforme. A análise de cada sistema permite distinguir aptidões e usos.” (Relatório Revisão do PDM Monforte)

O Solo Rural foi classificado nas seguintes categorias, Espaços agrícolas, Espaços Florestais e Espaços de indústria extractiva.

Os Espaços Agrícolas subdividem-se em:

- Espaços agrícolas preferenciais, que abrange solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional;
- Espaços agrícolas, que abrange solos não incluídos na Reserva Agrícola Nacional mas com aptidão agrícola e tradicionalmente usados para a agricultura.

Os Espaços Florestais subdividem-se em:

- Espaços Agro-Silvo-Pastoris que incluem solos com aptidão florestal dominante, devendo destinar-se preferencialmente a usos silvícolas ou agrícolas extensivos;
- Espaços Florestais de Protecção / Recuperação que abrangem áreas de Reserva Ecológica Nacional, nomeadamente áreas com riscos de erosão e manchas de solo associadas.

Os Espaços de indústria extractiva incluem os espaços já existentes, constituídos na sua quase totalidade por pedreiras de granito.

6.5.1.3 DINÂMICAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

No que se refere à procura de solo para edificação, o ritmo construtivo verificado nos últimos dez anos é pouco intenso, tendo sido construídos 76 novos fogos. As pretensões de edificação no espaço urbano destinam-se sobretudo à construção de habitação e pontualmente pequenas indústrias e infra-estruturas associadas.

No que diz respeito ao crescimento dos Perímetros Urbanos verifica-se que, nos últimos dez anos, o dinamismo construtivo foi mais intenso em Assumar, com 31 novos fogos. Em Monforte e Vaimonte o dinamismo construtivo originou mais 20 novos fogos. Enquanto que, em Santo Aleixo o dinamismo construtivo dos últimos dez anos foi o menos intenso de todo o concelho, com 8 novos fogos.

Existe um grande desequilíbrio entre o número de famílias e o número de fogos, existindo uma grande proporção de fogos desabitados, que se verifica mais nos tecidos antigos. A percentagem de fogos desabitados é de 43% em Monforte, 34% em Santo Aleixo, 52% em Vaimonte e 51% em Assumar.



6.5.1.4 PROTECÇÃO DOS SOLOS

Os solos identificados como sensíveis do ponto de vista ecológico são protegidos por instrumentos legais, assim como Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional.

A Reserva Ecológica Nacional (REN) consiste num instrumento que tem como intuito proteger e valorizar áreas sensíveis do ponto de vista ecológico, fundamentais para o equilíbrio de muitos ecossistemas.

A REN do Concelho de Monforte ocupa uma área inferior a 30% da totalidade do território concelhio e inclui os Leitões dos Cursos de Água, Cabeceiras das Linhas de Água, Zonas Ameaçadas pelas Cheias, Áreas de Máxima Infiltração e Áreas com Riscos de Erosão.

Destes ecossistemas, têm maior destaque as Cabeceiras das Linhas de Água e Áreas de máxima infiltração, ocorrendo também com bastante expressão as Áreas com Riscos de Erosão e Zonas Ameaçadas pelas Cheias.

A Reserva Agrícola Nacional, é da mesma forma um instrumento de protecção do solo, embora tenha como intuito a protecção de solos de maior aptidão agrícola. Os solos classificados como Reserva Agrícola Nacional, estão presentes numa área que corresponde a cerca de 20% do Concelho, com manchas muito estreitas e pouco uniformes. Verifica-se que se concentram ao longo de duas estradas, nomeadamente, a ex-EN 369 que liga Monforte com Vaimonte e a EM 506 que liga Monforte a Sto. Aleixo.

Ainda no âmbito da protecção do solo, mas fundamentalmente do ambiente, a Estrutura Ecológica Municipal acompanha a elaboração do PDM e visa identificar, salvaguardar e valorizar os recursos naturais, ecológicos e paisagísticos do Concelho tendo como principal objectivo salvaguardar o equilíbrio dos ecossistemas e melhorar a qualidade de vida das populações.

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) do Concelho de Monforte assenta sobre o conceito de continuidade formalizado pela relação entre o Contínuo Natural e o Contínuo Cultural, procurando definir uma estrutura global da paisagem, através da qual se pretende promover a ligação ecológica, funcional, cultural e formal dos espaços urbano e rural, base essencial para o desenvolvimento sustentável.

Esta formaliza um todo, embora tenha uma maior expressão no meio rural impõe-se também no meio urbano contra as pressões urbanísticas que tendem a desprezar as características biofísicas do território. Desta forma, pode fazer-se referência às linhas de água no espaço urbano, não só por todo o valor ecológico que representam mas também por formarem uma rede, a estrutura de suporte ecológico do território e estabelecerem a relação entre espaço rural e urbano.

Os elementos que compõem a Estrutura Ecológica Municipal, na sua componente biofísica, são:

- Linhas de água;
- Cabeços e zonas de festo ou cumeeada;
- Zonas de encosta;
- Zonas de vale;
- Solo arável;
- Área de máxima infiltração;
- Albufeiras;

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

61/92

- Galerias ripícolas;
- Espaços de floresta de protecção;
- Povoamento de Sobro e/ou Azinho;
- Maciços arbóreos e/ou arbustivos;
- Espaços verdes urbanos;
- Espaços de valor paisagístico (quintas);
- Zonas ameaçadas pelas cheias;
- Áreas com risco de erosão;
- Zonas de Protecção Especial – áreas de interesse ornitológico.

Na componente cultural surge:

- Património classificado;
- Património em vias de classificação;
- Património de interesse municipal (classificado e proposto a classificação);
- Espaço cultural.

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

62/92

6.5.2 ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do Factor Ocupação e Gestão do Território, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças.

Quadro 22 – Análise SWOT do Factor Ocupação e Gestão do Território

S (Forças)	W (Fraquezas)	O (oportunidades)	T (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> • Presença de um mosaico cultural diversificado, caracterizador do Concelho e da Região; • Aumento da produção de vinho; • Os princípios orientadores da proposta de ordenamento dos espaços urbanos tem por base a preservação da identidade urbanística assim como os valores ambientais e paisagísticos; • Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Monforte; • As áreas de valor ecológico e paisagísticos, que se pretendem proteger e valorizar, foram integrados na Estrutura Verde Urbana; • Áreas Urbanas restringidas aos perímetros urbanos existentes, não se verificando a existência de construções difusas; • Identificação das áreas abrangidas pelos diferentes instrumentos legais, RAN, REN e EEM; • Estrutura Ecológica Municipal assente no princípio do Contínuo Cultural e Natural; • Proposta de ordenamento baseada na aptidão do solo, de forma a promover uma sustentável utilização dos recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> • A dinâmica urbanística da Vila de Monforte tem sido pouco expressiva; • A procura de solo para edificação e o ritmo construtivo verificou-se nos últimos dez anos pouco intenso; • Existe um grande número de fogos desabitados, constituindo um desequilíbrio grande com o número de famílias do Concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nos aglomerados de Santo Aleixo, Vaiamonte e Assumar equaciona-se a possibilidade de prosseguir intervenção no domínio da produção de solo urbanizado, para fins habitacionais e equipamentos de uso colectivo; • Os solos identificados como sensíveis do ponto de vista ecológico são protegidos por instrumentos legais, assim como Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e Estrutura Ecológica Municipal; • Presença de áreas naturais e de sistemas ecológicos de elevado interesse ambiental e paisagístico; • Manutenção do mosaico cultural diversificado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão dos perímetros urbanos para áreas classificadas com RAN e/ou REN e/ou EEM.



6.5.3 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS

O quadro seguinte pretende estabelecer uma relação entre o Quadro de Referencia Estratégico e o Plano Director Municipal, identificando no âmbito do Factor Ocupação e Gestão do Território, de que forma os objectivos do Plano pretendem colocar em prática as orientações do QRF.

Quadro 23 – Contributo do PDM para o alcance dos objectivos e metas estratégicas no âmbito da Ocupação e Gestão do Território.

Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
PNDR	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal; Ordenamento do espaço rural e Gestão sustentável dos recursos naturais; Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais; Reforço da coesão territorial e social. 	<ul style="list-style-type: none"> O regulamento do PDM condiciona fortemente a construção em Espaço Rural, tendo um índice reduzido e restringindo-se basicamente a edificações de apoio às actividades agrícolas. As edificações de apoio às actividades agrícolas englobam estruturas de apoio à melhoria do armazenamento, comercialização, processamento e transformação dos produtos agrícolas ou frutícolas, o que de certa forma é um contributo para o aumento da competitividade do sector agrícola e florestal, assim como para a diversificação da economia nas zonas rurais; Na classificação do solo rural foram definidas classes de espaços agrícolas e florestais, de acordo com a aptidão do solo onde são propostas ocupações preferenciais. Em simultâneo surgem também classes de espaço compatíveis com o Espaço Agrícola e Espaço Florestal que podem valorizar e complementar de certa forma estes sectores; De certa forma, o PDM contribui para a diversificação das actividades económicas complementares à agricultura, exemplo disso é a possibilidade da criação de espaços turísticos em Espaço Agrícola e Espaço Florestal; Na EEM foram incluídos os valores, recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico. Esta Estrutura estabelece regras de uso e transformação do solo que contribuem para a conservação desses sistemas de importância ecológica, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e ecológica do solo rural e urbano.
PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar o território Nacional de acordo com o modelo e a estratégia de desenvolvimento económico-social sustentável do País, promovendo uma maior coesão territorial e social, bem como a adequada integração em espaços mais vastos, considerando as questões fronteiriças, ibéricas, europeias e transatlânticas; Estimular o desenvolvimento local e regional, garantindo a equidade no acesso a infra-estruturas, equipamentos colectivos e serviços de interesse geral essenciais para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a competitividade das empresas; Definir princípios, orientações e critérios que promovam formas de ocupação e transformação do solo pelas actividades humanas(...). 	<ul style="list-style-type: none"> As estratégias do PDM contribuem para uma maior coesão territorial e social; O Objectivo “Qualificação Empresarial – Desenvolver e qualificar o tecido empresarial local”, vem ao encontro dos objectivos do PNPOT, uma vez que este serve de estímulo ao desenvolvimento local e regional; A atribuição e localização das Classes de Espaço presentes no Plano, têm como base princípios, orientações e critérios que promovem a ocupação e transformação do solo pelas actividades humanas, não colocando em causa os valores presentes no território.

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

64/92

Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
<p>PROF Alentejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspectos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais; Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições. 	<ul style="list-style-type: none"> A atribuição das classes de espaço tem por base a aptidão dos solos, de acordo com as suas potencialidades e restrições; Nas áreas classificadas de Espaços Florestais são compatíveis actividades recreativas, científicas e culturais. Estas actividades poderão de certa forma contribuir para a preservação do equilíbrio ecológico e valorização paisagística destas áreas.
<p>PBH Guadiana e Tejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover o estabelecimento de condicionantes aos usos do solo, às actividades nas albufeiras e nos troços em que o uso não seja compatível com os objectivos de protecção e valorização ambiental dos recursos; Promover a definição de directrizes de ordenamento, visando a protecção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens. 	<ul style="list-style-type: none"> De acordo com a legislação em vigor, o PDM respeita os objectivos e as disposições dos Planos da Bacia Hidrográfica do Guadiana e do Tejo; Os valores e recursos naturais e os ecossistemas mais sensíveis do território foram integrados em figuras de protecção como a REN, a RAN e a EEM. Destes valores destacam-se neste ponto, as linhas de água e de drenagem natural, as albufeiras e faixas de protecção, tal como a vegetação a estas associadas. A integração destes valores nestas figuras de protecção tem como intuito a sua protecção e promoção da sua conservação de forma a garantir o funcionamento ecológico fundamental para a sustentabilidade e equilíbrio do território.



6.5.4 AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO

Tendo em conta os quatro objectivos definidos no PDM, será efectuada uma avaliação de cada um desses objectivos, em função dos critérios identificados para o factor Ocupação e Gestão do Território. O quadro seguinte sintetiza a forma como os diferentes objectivos se interrelacionam com os critérios identificados.

Quadro 24 – Avaliação das opções estratégicas do plano no âmbito da Ocupação e Gestão do Território

Critérios	OBJ 1 Promover o Mundo Rural	OBJ 2 Qualificação Empresarial	OBJ 3 Mobilidade/Acessibilidade	OBJ. 4 Qualificação Urbanística
Ocupação e uso do solo	3	1	0	3
Ordenamento do Espaço Rural e Urbano	3	2	2	3
Dinâmicas de urbanização e edificação	0	2	1	3
Protecção dos Solos	3	0	0	2

LEGENDA:

Intensidade da contribuição/confito para o alcance das metas estratégicas:

3 - Forte contribuição

2 - Média contribuição

1 - Fraca contribuição

0 - Contribuição nula ou insignificante

-1 - Fraco conflito

-2 - Médio conflito

-3 - Forte conflito

6.5.4.1 OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

- 1º Objectivo – Tem uma forte contribuição para a ocupação e uso do solo, pelo facto desta qualificação passar pela manutenção e valorização do recurso Paisagem, tendo este recurso como um dos principais caracterizadores o seu mosaico cultural diversificado, que se pretende desta forma preservar.
- 2º Objectivo – O facto de a Qualificação Empresarial ser um dos objectivos do PDM e se pretender que esta qualificação passe pela instalação de novas empresas no Parque Industrial de Monforte, contribui de certa forma para uma correcta ocupação e uso do solo, uma vez que existindo áreas com vocação para a instalação de novas empresas não irão ser ocupadas outras áreas com outro tipo de potencial.
- 4º Objectivo – A qualificação urbanística passa pela requalificação funcional e paisagística dos aglomerados, de forma a melhorar a qualidade de vida da população do Concelho. Essa qualificação e o correcto ordenamento do espaço é determinada de acordo com as aptidões do solo, logo contribui positivamente para uma correcta ocupação e uso do solo.



6.5.4.2 ORDENAMENTO DO ESPAÇO RURAL E URBANO

- 1º Objectivo – Este objectivo contribui positivamente para o ordenamento do Espaço Rural e Urbano, uma vez que a promoção do Mundo Rural passa por um planeamento correcto dos espaços, para que se possa tirar partido das potencialidades do solo.
- 2º Objectivo - Contribui de forma positiva para o correcto ordenamento do território uma vez que o facto de se criarem condições para o acolhimento de novas indústrias está intimamente relacionado com o ordenamento do espaço e a classe – Espaço Industrial e de Comercio e serviços programado surge de forma a integrar, no tecido urbano, as novas industrias que poderão surgir.
- 3º Objectivo – Este objectivo passa pela criação de soluções de transporte, de forma a ser melhorada a mobilidade da população, assim como a relação entre o meio rural e o meio urbano. Desta forma, acaba por influenciar positivamente o ordenamento do espaço rural e urbano, na medida em que a melhoria das acessibilidades contribui para que o território funcione como um todo, diminuindo o isolamento das zonas mais rurais.
- 4º Objectivo - A qualificação urbanística tem também um contributo positivo para o Ordenamento do Espaço Urbano, pois a requalificação funcional e paisagística dos aglomerados urbanos tem como base o correcto ordenamento do espaço, de forma a que as zonas urbanas se tomem mais atractivas e com uma melhor oferta de qualidade de vida para as populações.

6.5.4.3 DINÂMICAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

- 2º Objectivo – A qualificação empresarial contribui de forma positiva para as dinâmicas de urbanização e edificação, na medida em que a qualificação empresarial passa pela implementação de novas empresas, o que poderá aumentar significativamente a construção de edifícios, embora de carácter empresarial. Por outro lado, o dinamismo empresarial pode levar a um maior dinamismo de edificação para habitação.
- 3º Objectivo – A melhoria das acessibilidades do Concelho, assim como a melhoria da mobilidade das populações pode contribuir de forma positiva para uma maior dinâmica de edificação e principalmente da urbanização. O facto de se tomarem acessíveis locais mais distantes pode contribuir para a fixação de população nesses locais.
- 4º Objectivo – Este objectivo contribui de forma positiva para a dinâmica de urbanização e edificação, uma vez que se pretende que com a Qualificação Urbanística se inverta o processo de despovoamento através de uma qualificação funcional e paisagística dos aglomerados urbanos. Com este objectivo pretende-se assim, uma melhoria da qualidade de vida das populações, logo uma maior dinâmica ao nível da urbanização e da edificação.

6.5.4.4 PROTECÇÃO DOS SOLOS

- 1º Objectivo – A promoção do Mundo Rural contribui positivamente para a protecção do solo, na medida em que a qualificação passa pela preservação e valorização dos seus valores naturais e ecológicos (incluindo os solos), logo passa também pela sua protecção.
- 4º Objectivo – A Qualificação Urbanística contribui de forma positiva para a protecção dos solos. A requalificação funcional e paisagística dos aglomerados urbanos passa por uma correcta ocupação dos solos, logo passa também pela protecção dos solos



que se pretendem salvaguardar. O facto de serem cartografados os elementos presentes nos instrumentos de gestão territorial, RAN, REN e EEM contribui para a tomada de decisões, em termos de ordenamento do espaço.

6.5.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO

No quadro seguinte identificam-se as principais vantagens e desvantagens no âmbito do factor Ocupação e Gestão do Território.

Quadro 25 – Vantagens e Desvantagens das opções estratégicas relativamente ao factor Ocupação e Gestão do Território.

	Vantagens	Desvantagens
OBJ 1 Promover o Mundo Rural	O plano visa qualificar o Concelho passando por um correcto planeamento, preservando os recursos existentes e atribuindo correctos usos e funções ao solo rural, minimizando conflitos e pensando o Concelho como um todo. A promoção do Mundo Rural passa pela protecção e valorização dos recursos presentes no Concelho, nomeadamente, o recurso – Solo.	
OBJ 2 Qualificação Empresarial	A Qualificação Empresarial passa pela criação de condições para que o Concelho acolha novas empresas, contribuindo para uma maior dinâmica no Concelho.	
OBJ 3 Mobilidade / Acessibilidade	A melhoria das acessibilidades e da mobilidade dos habitantes do Concelho representa uma vantagem em termos funcionais, uma vez que aproxima a população, principalmente a população das zonas mais rurais.	
OBJ 4 Qualificação Urbanística	A qualificação urbanística dos aglomerados urbanos e da sua componente funcional e paisagística de forma a dar uma melhor qualidade de vida aos habitantes do Concelho, invertendo o processo de desertificação.	

6.5.6 DIRECTRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS

6.5.6.1 DIRECTRIZES

Após a avaliação de todos os objectivos do PDM e estabelecida a relação entre estes objectivos e o factor Ocupação e Gestão do Território, conclui-se que todos os objectivos têm um contributo positivo, com excepção do Objectivo 3 (Mobilidade/Acessibilidade – Melhorar as acessibilidades e incrementar a mobilidade das populações).

Para que os objectivos do Plano possam ser implementados da melhor forma no território, sem colocar em causa a correcta ocupação e gestão do território são enunciadas algumas directrizes e medidas mitigadoras:

- Criação de incentivos aos agricultores para que seja mantido o mosaico cultural do Concelho, assim como as práticas culturais características como é exemplo, os povoamentos de sobro e azinho;
- Criação de incentivos para a produção dos produtos típicos do Concelho e da Região. Da mesma forma apostar na divulgação destes produtos noutras regiões e fazer deles “cartão de visita” do Concelho;



- Promoção das relações entre Monforte e os concelhos vizinhos, assim como da relação intra-concelhia, de forma a estabelecer uma relação estreita entre Espaço Urbano e Espaço Rural, através do melhoramento das vias existentes e da criação de itinerários rodoviários, por exemplo;
- Criação de incentivos à fixação de população jovem no Centro Histórico, nomeadamente apoio financeiro para o restauro dos edifícios. Criação de incentivos que incentivem à ocupação de fogos desabitados em detrimento de novas construções;
- Criação de incentivos à fixação de população jovem nas freguesias rurais;
- Maior controle e operacionalização das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas para as várias categorias de Solo Rural;
- Controlo à edificação, direccionando-a para os perímetros urbanos, nomeadamente para os solos aos quais foi atribuída a classe de Espaço Urbanizado ou de Urbanização programada;
- Evitar a desafectação / desanexação de áreas pertencentes à RAN, REN, EEM.

6.6 PATRIMÓNIO E PAISAGEM

6.6.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ACTUAL E TENDÊNCIAS

6.6.1.1 PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

As características biofísicas do Concelho de Monforte foram um factor de atractividade para a ocupação humana do território ao longo dos tempos, remontando para o período neolítico, que se verifica pela presença de Antas. Destaca-se também a presença de inúmeros elementos construídos que nos remetem para a época romana, derivados de uma ocupação bastante prenunciada.

O PDM cartografa todos os elementos de interesse patrimonial do Concelho de Monforte, com base em informação disponibilizada pelo IGESPAR. A carta de Património arqueológico e arquitectónico contém todos os elementos considerados.

O património arquitectónico e arqueológico com interesse no Concelho de Monforte é muito vasto, estando alguns destes elementos já classificados e outros ainda em vias de classificação.

Para além do Património classificado e em vias de classificação, o concelho apresenta uma vasta riqueza patrimonial em Património religioso, Património Rural, Património Arquitectónico Popular e Civil e Património Militar, entre outros. Para além deste património inventariado existem ainda alguns elementos patrimoniais de destaque, que se propõem valorizar.

Na freguesia de Monforte propõe-se destacar:

- Mercearias antigas (sr.º Meira; ...);
- Casa onde nasceu António Sardinha;
- Casa dos Quartéis (rua Visconde da Luz);
- Cruzeiro (junto ao cemitério);
- Fontes: Fonte da Vila; Fonte de Aramenha; Fonte do Chão; Fonte Praça da República; Bebedouro junto à Santa Casa da Misericórdia;
- Património construído associado à Ribeira Grande: Forno de cal; Ponte Velha – Ponte Ribeira do Cubo – Ponte da Leca – Ponte do Almuro; Moinho das Lages – Moinho do Inferno – Azenha Velha (azinha junto à ponte do cubo); Calçadinha.



Na freguesia de Assumar propõe-se destacar e valorizar a Paisagem cultural constituída pela Fonte da vila (séc. XIX).

O Património enunciado distribui-se praticamente por todo o território concelhio, embora exista uma clara predominância do património arqueológico, comparativamente com o arquitectónico. Verificando-se uma maior concentração de elementos patrimoniais no quadrante Noroeste do concelho, respeitante à envolvente de Monforte e Vaiamonte.

De uma forma geral pode considerar-se que o Concelho de Monforte tem uma riqueza patrimonial considerável, o que constitui uma mais valia no sentido de desenvolver actividades turísticas, lúdicas e até pedagógicas.

Da mesma forma são apontados os pontos negativos, que se prendem basicamente com o abandono generalizados dos elementos patrimoniais (quer arquitectónicos, quer arqueológicos); com a falta de planos de gestão e monitorização; com a falta de apoio por parte das entidades competentes e por último, com a carência de consciencialização e divulgação. Embora a Câmara Municipal de Monforte tenha investido pontualmente em situações mais críticas numa política de recuperação e reutilização.

6.6.1.2 PAISAGEM

A Paisagem surge como um resultado final da sobreposição de vários “camadas”, tendo como “camada base” a fisiografia do terreno que determina a sua morfologia e as suas linhas fundamentais, sobre o qual se desenvolve tudo o resto, assim como a ocupação do solo e o revestimento vegetal, a ocupação humana e urbanística. Desta forma, a sua caracterização não se resume apenas ao “resultado final” mas à caracterização de todos os elementos que a constituem.

O relevo do Concelho de Monforte corresponde à peneplanície Alentejana, não se encontrando diferenças altimétricas significativas. As vistas privilegiadas sobre o horizonte ocorrem no alto das pequenas elevações existentes e que não possuam muita vegetação, sendo aí possível observar a baixa diversidade da paisagem que no seu conjunto se mostra homogénea e dando a ideia de continuidade.

As linhas de água apresentam traçados irregulares e de carácter torrencial, apesar de existir um curso de água importante que pertence à bacia hidrográfica do Tejo, a Ribeira Grande. Esta linha de água atravessa grande parte do concelho, a sua presença na paisagem torna-se mais expressiva nas proximidades de Monforte.

A paisagem do concelho de Monforte é caracterizada por povoamento de azinho, geralmente aberto e com diferentes densidades, com uso silvo-pastoril. Outra grande parte do território do concelho apresenta campos abertos e extensos com arvoredos dispersos, de sistemas arvenses e pastagens, onde a grande luminosidade está sempre presente. Surgem ainda na envolvente dos aglomerados urbanos mosaicos de policulturas, olival e vinha.

O tipo de solo, em parceria com o relevo dita tanto a ocupação pelo revestimento vegetal como a ocupação humana.

Relativamente ao revestimento vegetal, este baseia-se nos Povoamentos de Sobro e Azinho, culturas arvenses de sequeiro, no geral, Policulturas e Olival na envolvente dos aglomerados urbanos. Os povoamentos de Sobro e Azinho do concelho estão envelhecidos e a regeneração natural é reduzida, devido à vertente agrícola ter sido abandonada, dando lugar à exploração pecuária muito intensiva.

Em contraste com as culturas referidas anteriormente, surgem algumas áreas ocupadas por regadio, que resultam em paisagens relativamente artificializadas e que se destacam de todas as culturas envolventes pelos seus tons cromáticos. As culturas são especialmente exigentes em fertilizantes químicos e fitofármacos.



A forma como o homem ocupou o território ao longo dos tempos, e as alterações por ele realizadas resultam nas paisagens de hoje, paisagens humanizadas. Contudo essa "adaptação" da paisagem às necessidades do homem não é estática, é feita gradualmente quer pela implantação de novos núcleos urbanos (ou pela expansão dos já existentes) quer pelas práticas agrícolas realizadas.

A caracterização da Paisagem do Concelho de Monforte teve como base as unidades de paisagem presentes do estudo "Contributos para a identificação e Caracterização das Paisagens em Portugal Continental", realizado por Alexandre Cancela D'Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira. Contudo as unidades deste estudo foram ajustadas à escala do Concelho de onde resultou a Carta de Unidades e Valores da Paisagem. Nesta Carta estão identificados todos os valores presentes na paisagem, tanto os valores resultantes da sobreposição de factores naturais, tal como os elementos patrimoniais, uma vez que o somatório de todos eles resulta na paisagem deste território.

Para melhor compreensão da paisagem presente no concelho, é necessária a descrição por diferentes sectores. Esta caracterização específica contemplou o sector Norte, Nordeste, Nascente, Central, Sudeste, Sul, Sudoeste, Poente e Noroeste.

Sector Norte – Com o relevo suavemente ondulado, todo este sector apresenta povoamento de Azinho e Sobro com diferentes densidades, onde o uso silvo-pastoril é evidente.

Sector Nordeste – Caracterizado pelo fecho principal que faz a separação das águas pertencentes às bacias hidrográficas do Tejo e Guadiana, onde existem vestígios de uma antiga via romana. A paisagem é mais heterogénea sendo constituída por povoamentos de azinho e sobro, campos agrícolas onde praticam culturas de arvenses de sequeiro e olivais na proximidade da vila de Assumar.

Sector Nascente – Neste sector sobressaem as vinhas da Herdade do Perdigão, algumas recentemente plantadas, que se inserem num relevo suave rodeado por pastagens e campos destinados à searas com algumas árvores dispersas. As linhas de cumeeada do fecho principal que separa as bacias hidrográficas do Tejo e Guadiana, embora não muito perceptível no terreno, encontram-se protegidas por povoamento misto ou de sobro e azinho.

Sector Central – A paisagem apresenta a sede de concelho e vila de Monforte, que se localiza numa elevação, envolta por olivais e pequenas parcelas policulturais. Num anel mais exterior ganha importância o povoamento aberto de azinho. De referir a forte presença das pedreiras existentes e o negativo impacto visual causado, e por outro lado, a Ribeira Grande com duas pontes romanas e uma vegetação marginal que forma um corredor contínuo e bem conservado.

Sector Sudeste – Neste sector a monotonia dos campos com pastagens naturais ou culturas cerealíferas com árvores dispersas apenas é quebrado pela vegetação existente junto às poucas linhas de drenagem natural.

Sector Sul – Todo este sector, onde se encontram as povoações de Prazeres e Santo Aleixo, é bastante heterogéneo a nível de relevo e das suas ocupações. As zonas de relevo mais regular apresenta campos agrícolas de sequeiro, enquanto que, o relevo mais irregular é coberto por olivais e povoamento de azinho, mais aberto nas zonas planas e mais denso nos locais de terreno mais acidentado.

Sector Sudoeste – Este sector apresenta um relevo que varia entre vales encaixados e grandes extensões aplanadas. Nos vales encaixados encontramos a Ribeira do Almuro acompanhada por uma contínua mancha de vegetação rípica. O relevo irregular, é ocupado por povoamento aberto de azinho, por outro lado, o relevo suave apresenta pastagens naturais com algumas azinheiras dispersas.

Sector Poente – Sector onde se assiste ao encontro entre as Ribeiras Grande e Almuro apresentando uma exuberante vegetação ribeirinha, com grande biodiversidade, e um caudal assinalável. A norte da Ribeira Grande estende-se um povoamento denso de azinho com afloramentos rochosos. Nos terrenos mais suaves, onde se consegue observar grande extensão do território, o solo é ocupado com culturas agrícolas de sequeiro e olival.

Sector Noroeste – Encontramos pastagens nos terrenos mais suaves. A envolvente de Vaimonte que se situa no sopé sul de uma península apresenta olivais, enquanto que, nas colinas com relevo mais acentuado a vegetação existente é composta por estrados arbóreos (azinheiras e sobreiros), arbustivos (giestas, carrascos e outros arbustos) e herbáceo.



Linhas de água e Albufeiras

A presença de água no território é um valor a ser considerado, uma vez que a água é fundamental para a vida do homem e indispensável ao funcionamento de todos os tipos de actividade humana, tal como ao funcionamento dos ecossistemas. A presença de água no território contribui de forma importante para a biodiversidade do território mas também para a caracterização da paisagem.

Os recursos hídricos superficiais da zona Sul do Concelho, são constituídos principalmente por afluentes da Ribeira Grande, que de uma maneira geral se desenrolam no sentido Sudeste - Noroeste, sendo os mais importantes a Ribeira do Freixo, Ribeira do Almuro, Ribeira da Leca e Ribeira da Samarra. Existe ainda na zona Este do concelho, o troço inicial da Ribeira de Algalé, pertence à bacia hidrográfica do Rio Guadiana.

As albufeiras presentes no território são de pequena e fraca expressão, embora com reconhecida importância para o uso agro-pastoril, surgem as charcas e pequenas barragens distribuídas por todo o território. Associados a estes sistemas de armazenamento de água não se constata a existência de vegetação ripícola, estando desta forma as margens dos planos de água desprotegidas.

Maçços Arbóreos e Arbustivos

Os Maçços Arbóreos e Arbustivos surgem nas zonas mais declivosas, onde a acção humana ainda é muito reduzida, embora em pequenas áreas e surgindo muito pontualmente, a ocorrência de maçços arbóreos e arbustivos conferem heterogeneidade à paisagem, para além da biodiversidade adjacente à vegetação silvestre.

Estes ocorrem por todo o território, embora não formalizem manchas de dimensão considerável, à excepção da zona sul do Concelho, onde ocorrem manchas com dimensões um pouco maiores, nomeadamente na envolvente da ribeira de Almuro.

Sebes de compartimentação fundiária e Galerias Ripícolas

A existência de algumas sebes de compartimentação fundiária atribui ao território um carácter ordenado e contribui para uma paisagem equilibrada, uma vez que estes "corredores ecológicos" são importantes para a continuidade ecológica e paisagística. A presença destes corredores é um pouco mais notória em zonas ocupadas por policulturas situadas na proximidade dos perímetros urbanos, não se notando a sua presença na restante área do território. Como ponto negativo, aponta-se o facto destes serem quase inexistentes no Concelho.

As galerias ripícolas constituem situações de interface, entre o meio terrestre e o meio aquático, e embora estas não apresentem grande expressão no território, não deixam de ter importância por constituírem ecossistemas bastante ricos. A Ribeira Grande e alguns dos seus afluentes (Ribeira do Freixo, Ribeira do Almuro, Ribeira da Leca e Ribeira da Samarra) apresentam vegetação ribeirinha por vezes bastante frondosa, no entanto em manchas descontínuas.

A vegetação que acompanha as linhas de água é fundamentalmente constituída por choupos (*Populus spp.*), freixos (*Fraxinus spp.*), ulmeiros (*Ulmus spp.*) e salgueiros (*Salix spp.*), não esquecendo os grandes silvados (*Rhus spp.*) que também marcam presença.

As linhas de água de carácter mais torrencial também possuem vegetação ripícola, muito dispersa. Realça-se que durante o estio, as linhas de drenagem natural, mesmo com ausência de água conseguem manter faixas verdes que contrastam com a cor seca da envolvente.

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

72/92

Contudo, podemos afirmar que a grande maioria das linhas de água do Concelho não apresentam galerias ripícolas consideráveis, sendo exceção no sector central, a Ribeira Grande, e Sudoeste, a Ribeira de Almuro, referidos anteriormente. A principal causa de destruição da vegetação ribeirinha é a pressão da Política Agrícola Comum, onde os campos são lavrados até aos limite, não respeitando a faixa de domínio público hídrico, destruindo a vegetação e deixando a linha de água exposta e sem protecção.

6.6.2 ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta uma análise SWOT do Factor Património e Paisagem, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças.

Quadro 29 – Análise SWOT do Factor Ambiental Património e Paisagem

S (Forças)	W (Fraquezas)	O (Oportunidades)	T (Ameaças)
<ul style="list-style-type: none"> • Concelho com vasto e rico património arquitectónico e arqueológico; • Relevo muito característico correspondente à Peneplanície Alentejana; • Presença de extensas manchas cobertas por povoamento com diferentes densidades, que ocupam o relevo mais irregular; • Grande luminosidade dos campos com pastagens naturais ou culturas cerealíferas; • Dualidade luz/sombra no território conferida pelas culturas extensivas e povoamento que se adequa à morfologia do relevo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fenómeno de abandono do património arquitectónico e arqueológico; • Áreas ocupadas por culturas intensivas que atribuem à Paisagem um carácter artificial; • Problemas de erosão associados às práticas agrícolas inadequadas ao relevo; • Ausência de sistemas de compensação do artificialismo dos sistemas agrícolas; • Sebes e galerias ripícolas com pouca expressão no território. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de rede de percursos da paisagem para valorização e divulgação do património natural, arqueológico e arquitectónico, podendo associar actividades lúdicas e actividades de foro educativo; • Reabilitação do património arquitectónico para a criação de unidades de alojamento turístico; • Possibilidade de criação de sítios de exploração arqueológica; • Manutenção da dualidade luz/sombra conferida pelas culturas extensivas e povoamento, respectivamente; • Identificação e consciencialização da Paisagem como recurso; • Dadas as características de secura da Região Alentejo, a existência de duas linhas de água (Ribeira Grande e Ribeira de Almuro) constituem uma mais valia para o Concelho, no que diz respeito à caracterização do local assim como elementos de oferta turística. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de apoio para a reabilitação do património; • Impacto negativo das pedreiras existentes próximas da vila de Monforte; • O envelhecimento e a falta de regeneração natural dos povoamentos de quercineas do concelho devido à exploração pecuária muito intensiva.



6.6.3 IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS

O quadro seguinte pretende estabelecer uma relação entre o Quadro de Referencia Estratégico e o Plano Director Municipal, identificando no âmbito do Factor Património e Paisagem, de que forma os objectivos do Plano pretendem colocar em prática as orientações do QRF.

Quadro 30 – Contributo do PDM para o alcance dos objectivos e metas estratégicas no âmbito da Património e Paisagem

Estratégia ou Plano	Desafios, metas ou objectivos	Efeitos da aplicação do PDM
PNPOT	<ul style="list-style-type: none"> Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural; Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> As propostas de ordenamento baseiam-se na caracterização do território, nomeadamente na carta de unidades e valores da paisagem, que integra o património do concelho; Foi elaborada uma inventariação do património classificado onde se propõem alguns elementos com valor patrimonial, nomeadamente os considerados de interesse pela sua relação com a paisagem; O plano prevê na estrutura verde urbana a protecção e valorização do património através das áreas de protecção a imóveis classificados ou não e das áreas com vocação para a salvaguarda de valores patrimoniais. Por outro lado, o Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Monforte que abrange à área da vila intra-muros e à envolvente próxima das muralhas; Prevê-se que ocorram incentivos às actividades turísticas através da requalificação e valorização do património arqueológico e arquitectónico.
PROF Alentejo	<ul style="list-style-type: none"> Promover e garantir acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspectos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais; Implementação e incrementação das funções de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores, de produção e de recreio, enquadramento e estética da paisagem. 	<ul style="list-style-type: none"> O plano classifica no solo rural espaços florestais de protecção e recuperação e espaços agro-silvo-pastoris optimizando a aptidão dos solos, propondo a ocupação preferencial de povoamentos com espécies autóctones.

6.6.4 AVALIAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO PLANO

Tendo em conta os quatro objectivos definidos no PDM, será efectuada uma avaliação de cada um deles, em função dos critérios identificados para o factor ambiental da Património e Paisagem. O quadro seguinte sintetiza a forma como os diferentes objectivos se interrelacionam com os critérios identificados.



Quadro 31 – Avaliação dos objectivos do plano no âmbito do Património e Paisagem

Crítérios	OBJ 1 Promover o Mundo Rural	OBJ 2 Qualificação Empresarial	OBJ 3 Mobilidade/Acessibil idade	OBJ 4 Qualificação Urbanística
Património Arquitectónico e Arqueológico	3	1	0	2
Paisagem	3	2	0	2

LEGENDA:

Intensidade da contribuição/confito para o alcance das metas estratégicas:

- 3 - Forte contribuição
- 2 - Média contribuição
- 1 - Fraca contribuição
- 0 - Contribuição nula ou insignificante
- 1 - Fraco conflito
- 2 - Médio conflito
- 3 - Forte conflito

6.6.4.1 PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

- 1º Objectivo – Tem uma forte contribuição para a preservação e valorização do Património Arquitectónico e Arqueológico, pelo facto destes recursos culturais poderem ser aproveitados e explorados de forma integrada, nomeadamente para fins turísticos e de lazer. Todo o elenco patrimonial arquitectónico e arqueológico encontra-se referenciado na Carta de Caracterização do território: Património e Relatório
- 2º Objectivo – Contribui em parte para a preservação e valorização do Património Arquitectónico e Arqueológico. A qualificação do tecido empresarial passa pelo sector do comércio e serviços, mais concretamente, pelo desenvolvimento turístico com base nos valores patrimoniais/históricos, entre outros.
- 4º Objectivo – Tem um considerável contributo para a preservação e valorização do Património Arquitectónico e Arqueológico. A forma a inverter o processo de despovoamento na sede de concelho passa pela requalificação funcional e urbana, logo pelo património arquitectónico. Por conseguinte, o PDM apresenta um Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do centro Histórico de Monforte cujos objectivos de intervenção valorizam e promovem o património arquitectónico.

6.6.4.2 PAISAGEM

- 1º Objectivo – A promoção do mundo rural através do aproveitamento dos recursos paisagísticos, cinegéticos e culturais, para fins turísticos e de lazer, encontra-se fortemente associada à valorização e qualificação da paisagem. O Plano procurou evidenciar os valores presentes na paisagem através da elaboração de uma Carta de Unidades e Valores da Paisagem, apoiada no estudo das unidades de paisagem (“Contributos para a identificação e Caracterização das Paisagens em Portugal Continental”, realizado por Alexandre Cancela D’Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira), que se ajustou à escala do Concelho.
- 2º Objectivo – Os produtos e actividades resultantes dos elementos que constituem a paisagem apresentam novas alternativas para a dinamização das actividades económicas. Nomeadamente, a actividade silvopastoril, as actividades cinergéticas, a promoção e produção de produtos não-lenhosos (mel, cogumelos, etc.), produção de cortiça, entre outros. Sendo assim, este objectivo tem um considerável contributo para a valorização e conservação da paisagem.
- 4º Objectivo – Tem bastante contributo na medida em que a requalificação funcional e paisagística dos aglomerados urbanos do concelho, factores essenciais à melhoria da qualidade de vida, implica a incrementação e conservação da estrutura ecológica



urbana, que se articula com a paisagem. O Plano promove os espaços verdes urbanos, onde se protege e valoriza os recursos naturais, as potencialidades biofísicas e valores paisagísticos, através de Estrutura Ecológica Urbana presente na Carta de Ordenamento dos Perímetros Urbanos. Por sua vez, a paisagem é protegida e valorizada na Carta de Estrutura Ecológica Municipal.

6.6.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS OBJECTIVOS DO PLANO

No quadro seguinte identificam-se as principais vantagens e desvantagens no âmbito do factor ambiental Património e Paisagem.

Quadro 32 – Vantagens e Desvantagens dos objectivos do Plano relativamente ao factor ambiental Património e Paisagem.

	Vantagens	Desvantagens
OBJ 1 Promover o Mundo Rural	Presença, na Carta de Caracterização do território: Património, de todo o elenco patrimonial arquitectónico e arqueológico, que visa valorizar todos os recursos culturais existentes de forma a poderem ser aproveitados e explorados de forma integrada. Elaboração da Carta de Unidades e Valores da Paisagem, contribuindo para valorização e qualificação da paisagem concelhia.	
OBJ 2 Qualificação Empresarial	A qualificação do tecido empresarial pressupõe em parte o desenvolvimento turístico com base nos valores patrimoniais/históricos, e por outro lado, em produtos associados à conservação da paisagem.	
OBJ 3 Mobilidade/Acessibilidade		
OBJ 4 Qualificação Urbanística	Promoção e valorização do património arquitectónico, da sede de concelho, através do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do centro Histórico de Monforte, que constitui um contributo muito importante para inverter o processo de desertificação. Definição da Estrutura Ecológica Urbana presente na Carta de Ordenamento dos Perímetros Urbanos, que valoriza os espaços verdes urbanos, articulada com a Estrutura Ecológica Municipal que permite uma análise global das potencialidades biofísicas e valores paisagísticos do Concelho.	



6.6.6 DIRETRIZES E MEDIDAS MITIGADORAS DE EVENTUAIS EFEITOS NEGATIVOS

6.6.6.1 DIRETRIZES

A grande base dos objectivos propostos na revisão do PDM é a qualificação do Concelho, promovendo a sua coesão, tendo em conta a valorização dos recursos. O Património e a Paisagem representam dois dos principais recursos do território, sendo a influência dos objectivos do Plano sobre este factor, regra geral, bastante positiva.

De forma a implementar os objectivos do PDM e a promover o desenvolvimento sustentável, salvaguardando os recursos Património e Paisagem, são propostas algumas directrizes, medidas de mitigação para eventuais efeitos negativos assim como medidas que contribuem para a valorização e salvaguarda de efeitos positivos.

- Conservação e valorização do Património classificado e em vias de classificação que inclui o património inventariado, arqueológico e urbano. Sensibilização e consciencialização da população para que seja parte integrante neste processo;
- Criação de mecanismos de incentivo (ex.: redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;
- Criação de incentivos (ex.: redução das taxas municipais) para que os jovens optem por viver no Centro histórico, de forma a combater o envelhecimento deste e o abandono de muitas moradias;
- Criação de medidas no sentido de alterar os hábitos e horários de instituições/actividades relacionadas com o património e cultura (museus, mostras de artesanato, etc.), de forma a que os horários se tomem compatíveis com o horário pós laboral e assim incentivar à visita por parte dos turistas e dos residentes do Concelho;
- Criação de mecanismos de incentivo para os proprietários de Quintas com valor patrimonial para que estas sejam recuperadas e integradas em roteiros turísticos ou noutras actividades, como por exemplo em actividades pedagógicas, de recreio e lazer;
- Manutenção do mosaico cultural existente assente em formas tradicionais de uso e transformação do solo (como é o caso do povoamento, culturas arvenses de sequeiro e do olival), sendo estes factores fundamentais para o carácter do lugar, nomeadamente o relevo característico da peneplanície Alentejana;
- Promover a regeneração natural do povoamento através de medidas que reduzam os efeitos da exploração pecuária intensiva;
- Assegurar a implantação de planos de monitorização e controle de descargas para as linhas de água;
- Preservação e requalificação das galerias ripícolas associadas aos ecossistemas aquáticos;
- Criação de incentivos para a recuperação e dinamização de edifícios que se encontram fechados ou pouco visitados pelo público, como por exemplo, algumas igrejas ou os Fortes da Graça e de Santa Luzia. Estes edifícios podem ser revertidos para outras actividades diferentes das habituais, como concertos (apropriados ao local), exposições, mostras de artesanato, etc;
- Criação de Redes de percursos que possam aliar a componente Patrimonial à componente Paisagística de forma a promover estes dois recursos e contribuir para a sua valorização e salvaguarda.



7 MONITORIZAÇÃO E CONTROLO

No sentido da minimização dos efeitos decorrentes da aplicação e execução dos objectivos do plano, será feita uma descrição das medidas de controlo, segundo o Decreto Lei 232/2007 de 15 de Junho, Artigo 11º, n.º1. *“As entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução, verificando a adopção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”*

Assim, a monitorização dos objectivos do plano será desenvolvida tendo em conta os seguintes objectivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos negativos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do plano;
- Avaliar se a aplicação dos objectivos do plano contribui eficazmente para alcançar os objectivos e metas estratégicas definidos;
- Avaliar a eficácia das directrizes propostas, com vista a minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

De acordo com as directrizes de minimização das incidências ambientais identificadas para cada factor, foram definidos indicadores de monitorização e controlo dos efeitos no ambiente, resultantes da aplicação dos objectivos do plano.

Biodiversidade

- Monitorização das actividades agrícolas de forma a garantir a qualidade da água;
- Identificação da degradação de habitats naturais ou ecossistemas, resultante da melhoria da mobilidade e das acessibilidades;
- Monitorizar a conservação, recuperação e promoção dos corredores ecológicos, sebes de compartimentação e galerias ripícolas;
- Monitorização das actividades turísticas, garantindo a sua compatibilidade com a preservação e valorização dos habitats naturais e ecossistemas presentes;
- Monitorização das acções de edificação, impermeabilização do solo ou alteração ao uso existente em áreas protegidas.

Qualidade Ambiental e Recursos Naturais

- Monitorização da qualidade da água das várias origens subterrâneas e dos efluentes provenientes de sistemas de tratamento de águas residuais, de modo a verificar o cumprimento de requisitos legais;
- Monitorização dos níveis de ruído e contaminação do solo e da água nas zonas adjacentes aos eixos viários;
- Monitorização das acções e material da recolha de resíduos sólidos urbanos domésticos e especiais;
- Monitorizar os efeitos negativos decorrentes das actividades agropecuárias e silvo-pastoris, nomeadamente ao nível da regeneração natural e qualidade da água nos aquíferos.

Riscos Naturais e Tecnológicos

- Monitorização dos sistemas e equipamentos de tratamento de águas residuais de modo a evitar descargas acidentais de efluentes não tratados;
- Implementação do Plano Municipal de Emergência;



- Implementação e monitorização de medidas de prevenção e combate aos incêndios, principalmente nas áreas mais susceptíveis;
- Implementação de medidas de vigilância e controlo de forma a prevenir a contaminação dos recursos edáficos e dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos;
- Monitorização das técnicas de cultivo da terra e divulgação de novas técnicas com vista à protecção e valorização das potencialidades do solo;
- Monitorização do estado de conservação das margens e leitos das linhas de água e dos colectores pluviais, através da sua limpeza e desobstrução de modo a prevenir a ocorrência de inundações;
- Monitorização e implementação de procedimentos de segurança nas unidades industriais, existentes e novas, de forma a evitar a ocorrência de acidentes tecnológicos.

Coesão Social e Desenvolvimento Local

- Monitorização e promoção da acessibilidade e mobilidade, principalmente a relação entre o meio rural e o meio urbano;
- Monitorização da qualidade de vida das populações quando afectadas pelo surgimento dos novos projectos e do contributo para o aumento da oferta de emprego;
- Avaliação do desenvolvimento local promovido pelo aumento de oferta e dos incentivos às actividades turísticas.

Ocupação e Gestão do Território

- Monitorização da aplicação e eficácia das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas no modelo de ordenamento do território;
- Monitorização da evolução das dinâmicas de urbanização em solo urbano infra-estruturado;
- Monitorização dos conflitos de usos e incidências ambientais provocados pela expansão de infra-estruturas em áreas fundamentais para a protecção e valorização ambiental do território;
- Monitorização da evolução das práticas culturais de forma a preservar a identidade do concelho.

Património e Paisagem

- Monitorização das acções de recuperação do património edificado e de incentivos à ocupação do edificado existente por famílias jovens;
- Monitorização do contributo das medidas de salvaguarda e protecção, para a valorização do património arqueológico e arquitectónico;
- Monitorização da diversidade paisagística e do seu mosaico cultural que caracteriza a paisagem;
- Monitorização das medidas de preservação e requalificação do património paisagístico.



8 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Apresenta-se de seguida o quadro síntese da AAE para os diferentes Factores Ambientais, a identificação dos eventuais efeitos negativos e/ou positivos, decorrentes da aplicação dos objectivos do Plano Director Municipal de Monforte, assim como, são também indicadas as directrizes de minimização e as medidas de controlo correspondentes.

Quadro 33 – Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica.

FACTORES AMBIENTAIS	EFEITOS POSITIVOS/VANTAGENS	EFEITOS NEGATIVOS/DESvantagens	DIRECTRIZES DE MINIMIZAÇÃO DE EFEITOS	MEDIDAS DE CONTROLO
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e protecção de áreas e espécies protegidas através da sua integração na Estrutura Ecológica Municipal e na Carta de Condicionantes. 	<ul style="list-style-type: none"> A melhoria da mobilidade e das acessibilidades no Concelho pode de certa forma pôr em causa a preservação da biodiversidade. 	<p>ESPECÍFICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realização de estudos para a avaliação dos impactos ambientais em áreas onde ocorram habitats naturais ou ecossistemas, resultantes da construção ou beneficiação de infra-estruturas viárias, ou outras incluindo empreendimentos turísticos; A edificação, impermeabilização do solo ou alteração ao uso existente em áreas protegidas, deverá fazer só na inexistência de alternativa; Deverão ser consideradas áreas e/ou corredores ecológicos de compensação correspondentes aos ocupados com edificações ou infra-estruturas; Conservação dos povoamentos de sobre e azinho no Perímetro Urbano. <p>GERAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Integração e incentivo de manutenção de agricultura urbana e/ou de espaços agrícolas extensivos dentro do perímetro urbano; Preservar e monitorizar os habitats mais sensíveis através da criação de corredores e áreas ecológicas; 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização das actividades agrícolas de forma a garantir a qualidade da água; Identificação da degradação de habitats naturais ou ecossistemas, resultante da melhoria da mobilidade e das acessibilidades; Monitorizar a conservação, recuperação e promoção dos corredores ecológicos, sebes de compartimentação e galerias ripícolas; Monitorização das actividades turísticas, garantindo a sua compatibilidade com a preservação e valorização dos habitats naturais e ecossistemas presentes; Monitorização das acções de edificação, impermeabilização do



FACTORES AMBIENTAIS	EFEITOS POSITIVOS/VANTAGENS	EFEITOS NEGATIVOS/DESvantagens	DIRECTRIZES DE MINIMIZAÇÃO DE EFEITOS	MEDIDAS DE CONTROLO
Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> Exprobração dos recursos do Concelho, de forma integrada com os diversos sectores, o que contribui para a sua valorização e salvaguarda; Dinamização das actividades económicas do Concelho, com base no aproveitamento dos vabres do território; Maior eficácia na recolha dos RSU; Qualificação urbanística e funcional dos aglomerados urbanos, tendo em conta a melhoria de vida da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivo à instalação de novas actividades industriais, o que pode levar a uma possível contaminação das reservas subterrâneas de água; O aparecimento de novas indústrias, e o tráfego de pessoas e viaturas a estas associadas, pode contribuir para o aumento da poluição sonora; A melhoria das acessibilidades pode contribuir de forma negativa para a qualidade da água e do sob. 	<ul style="list-style-type: none"> Conservar, recuperar e promover as sebes de compartimentação e galerias ripícolas; Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água. Aumento do número de ETAR's para que a rede possa servir toda a população do Concelho; Reforço da colocação de contentores de recolha selectiva de resíduos, nomeadamente nos locais onde se verifique uma maior necessidade; Minimização dos efeitos do ruído nas vias de circulação rodoviária, nomeadamente na proximidade das zonas urbanas, através de planos de plantação de cortinas arbóreas, ao longo das vias com maior densidade de tráfego ou através de outras medidas, como por exemplo de controle de velocidade; Evitar sempre que possível a construção de edifícios que comportem actividades sensíveis ao ruído, como por exemplo, escolas, hospitais, locais de culto e habitações, em zonas mais ruidosas; Promover boas práticas agrícolas em zonas susceptíveis de contaminação difusa; Monitorizar a actividade pecuária de forma a que não seja excedido o encabeçamento licenciado, para evitar o sobre-pastoreio e a excessiva compactação dos solos; Implementação e monitorização das medidas de mitigação associadas à construção de novas vias, para que os recursos, nomeadamente os recursos edáficos e hídricos sejam o menos possível afectados; As novas indústrias que poderão surgir devem acautelar o tratamento dos efluentes de forma a preservar a qualidade dos recursos edáficos e hídricos, através de ETAR's próprias. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização da qualidade da água das várias origens subterrâneas e dos efluentes provenientes de sistemas de tratamento de águas residuais, de modo a verificar o cumprimento de requisitos legais; Monitorização dos níveis de ruído e contaminação do solo e da água nas zonas adjacentes aos eixos viários; Monitorização das acções e material da recolha de resíduos sólidos urbanos domésticos e especiais; Monitorizar os efeitos negativos decorrentes das actividades agropecuárias e silvo-pastoris, nomeadamente ao nível da regeneração natural e qualidade da água nos aquíferos.



FACTORES AMBIENTAIS	EFEITOS POSITIVOS/VANTAGENS	EFEITOS NEGATIVOS/DESvantagens	DIRECTRIZES DE MINIMIZAÇÃO DE EFEITOS	MEDIDAS DE CONTROLO
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Promoção do Mundo Rural e dos seus recursos, tendo em conta a sua valorização e preservação o que contribui para a prevenção de Riscos Naturais e Tecnológicos; O aumento/melhoria da mobilidade e acessibilidade representam uma vantagem na prevenção e combate a eventuais acidentes naturais e tecnológicos, tornando acessíveis locais, antes de difícil acesso; A qualificação urbanística e funcional representa uma vantagem no que diz respeito à prevenção e ao combate de Riscos Naturais e Tecnológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> A instalação de novas indústrias pode constituir uma ameaça no que diz respeito ao aumento dos Riscos Naturais e Tecnológicos, nomeadamente, aos Riscos de Contingência. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação do Plano Municipal de Emergência; Implementação de medidas de prevenção e combate aos incêndios, principalmente nas áreas mais susceptíveis, nomeadamente, limpeza e desobstrução dos acessos, controlo das queimadas, vigia, criação de rede de corta fogos, plantação de barreiras arbóreas e arbustivas (de espécies resistentes aos fogos) que sirvam como obstáculo à propagação dos fogos. No que diz respeito a áreas urbanas, a população deve ser alertada para medidas que devam tomar para prevenir e combater um possível incêndio; Criação de medidas minimizadoras da erosão dos solos, principalmente nas áreas mais susceptíveis a este fenómeno, assim como: incentivo ao revestimento do solo para que este não fique desprotegido e mais susceptível à erosão e incentivo a práticas agrícolas mais adequadas. Por exemplo; Informar a população dos procedimentos que devem seguir em caso de ocorrência de sismos. Nas zonas mais vulneráveis, aconselha-se a que se realize um simulacro de forma a que a população saiba como agir em caso de ocorrência de sismo; Monitorização dos sistemas de recolha de águas pluviais, assim como sumidouros, valetas e outros canais de drenagem para que se encontrem sempre limpos e desobstruídos para que em época de chuvas se previna a ocorrência de cheias. Assim como se deve acautelar a desobstrução das linhas de água, principalmente junto a estrangulamentos do escoamento; Monitorização das práticas agrícolas utilizadas de forma a prevenir a contaminação dos recursos edáficos e dos recursos hídricos; Acautelar que a instalação de novas indústrias obedeça a todas as regras de segurança de forma a evitar a ocorrência de acidentes 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização dos sistemas e equipamentos de tratamento de águas residuais de modo a evitar descargas accidentais de efluentes não tratados; Implementação do Plano Municipal de Emergência; Implementação e monitorização de medidas de prevenção e combate aos incêndios, principalmente nas áreas mais susceptíveis; Implementação de medidas de vigilância e controlo de forma a prevenir a contaminação dos recursos edáficos e dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos; Monitorização das técnicas de cultivo da terra e divulgação de novas técnicas com vista à protecção e valorização das potencialidades do solo; Monitorização do estado de conservação das margens e leitos das linhas de água e dos colectores pluviais, através da sua limpeza e desobstrução de modo a prevenir a ocorrência de

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

82/92

FACTORES AMBIENTAIS	EFEITOS POSITIVOS/VANTAGENS	EFEITOS NEGATIVOS/DESvantagens	DIRECTRIZES DE MINIMIZAÇÃO DE EFEITOS	MEDIDAS DE CONTROLO
			<p>tecnológicos. Por outro lado, e apostando na prevenção, apostar na implementação de programas de acção que possam ser activados no caso da ocorrência deste tipo de acidentes.</p>	<p>inundações;</p> <ul style="list-style-type: none"> Monitorização e implementação de procedimentos de segurança nas unidades industriais, existentes e novas, de forma a evitar a ocorrência de acidentes tecnológicos.
<p>Coesão Social e Desenvolvimento Local</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover o Mundo Rural e os recursos a si associados, contribuindo para a dinâmica populacional e para o potencial turístico do Concelho; Qualificação Empresarial, tendo como base os recursos do Concelho, contribuindo para a dinâmica populacional, para a criação de postos de trabalho e fixação de população jovem e em idade activa; A melhoria das acessibilidades e da mobilidade da população torna o Concelho mais dinâmico, o que pode contribuir para a qualidade de vida da população, assim como pode constituir um factor atractivo para a fixação no Concelho; Com a qualificação urbanística e funcional dos aglomerados urbanos pretende-se inverter o processo de desertificação assim como o incentivo 		<ul style="list-style-type: none"> Criar incentivos para o envolvimento da população local, na qualificação da cidade e do Concelho, nomeadamente na requalificação e reconstrução do património edificado, nomeadamente no Centro Histórico; Promover uma maior e mais eficaz relação entre o meio rural e o meio urbano, nomeadamente a nível da rede de transportes e acessibilidades; Criar incentivos para a criação de empresas, actividades e/ou serviços associados à actividade turística, que tenham como "matéria-prima" os recursos do Concelho, assim como, artesanato local, produtos típicos da região, divulgação do património arqueológico e arquitectónico, criação de roteiros turísticos que associem as várias ofertas da região. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização e promoção da acessibilidade e mobilidade, nomeadamente a relação entre o meio rural e o meio urbano; Monitorização da qualidade de vida das populações quando afectadas pelo surgimento dos novos projectos e do contributo para o aumento da oferta de emprego; Avaliação do desenvolvimento local promovido pelo aumento de oferta e dos incentivos às actividades turísticas.



FACTORES AMBIENTAIS	EFEITOS POSITIVOS/VANTAGENS	EFEITOS NEGATIVOS/DESvantagens	DIRECTRIZES DE MINIMIZAÇÃO DE EFEITOS	MEDIDAS DE CONTROLO
<p>a uma maior procura por parte de turistas.</p> <ul style="list-style-type: none"> O plano visa qualificar o Concelho passando por um correcto planeamento, preservando os recursos existentes e atribuindo correctos usos e funções ao solo rural, minimizando conflitos e pensando o Concelho como um todo; A promoção do Mundo Rural passa pela protecção e valorização dos recursos presentes no Concelho, nomeadamente, o recurso – Solo; A Qualificação Empresarial passa pela criação de condições para que o Concelho acolha novas empresas, contribuindo para uma maior dinâmica no Concelho; A melhoria das acessibilidades e da mobilidade dos habitantes do Concelho representa uma vantagem em termos funcionais, uma vez que aproxima a população, principalmente a população das zonas mais rurais; A qualificação urbanística dos aglomerados urbanos e da sua componente funcional e paisagística de forma a dar uma melhor qualidade 			<ul style="list-style-type: none"> Criação de incentivos aos agricultores para que seja mantido o mosaico cultural do Concelho, assim como as práticas culturais características como é exemplo, os povoamentos de sobre e azinho; Criação de incentivos para a produção dos produtos típicos do Concelho e da Região. Da mesma forma apostar na divulgação destes produtos noutras regiões e fazer deles "cartão de visita" do Concelho; Promoção das relações entre Monforte e os concelhos vizinhos, assim como da relação intra-concelhia, de forma a estabelecer uma relação estreita entre Espaço Urbano e Espaço Rural, através do melhoramento das vias existentes e da criação de itinerários rodoviários, por exemplo; Criação de incentivos à fixação de população jovem no Centro Histórico, nomeadamente apoio financeiro para a restauração dos edifícios. Criação de incentivos que incitem à ocupação de fogos desabitados em detrimento de novas construções; Criação de incentivos à fixação de população jovem nas freguesias rurais; Maior controle e operacionalização das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas para as várias categorias de Solo Rural de acordo com o modelo de ordenamento do território proposto; Controlo à edificação, direccionando-a para os perímetros urbanos, nomeadamente para os solos aos quais foi atribuída a classe de Espaço Urbanizado ou de Urbanização programada; Evitar a desafectação / desanexação de áreas pertencentes à RAN, REN, EEM. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização da aplicação e eficácia das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas no modelo de ordenamento do território; Monitorização da evolução das dinâmicas de urbanização em solo urbano infra-estruturado; Monitorização dos conflitos de usos e incidências ambientais provocados pela expansão de infra-estruturas em áreas fundamentais para a protecção e valorização ambiental do território; Monitorização da evolução das práticas culturais de forma a preservar a identidade do concelho.



FACTORES AMBIENTAIS	EFEITOS POSITIVOS/VANTAGENS	EFEITOS NEGATIVOS/DESvantagens	DIRECTRIZES DE MINIMIZAÇÃO DE EFEITOS	MEDIDAS DE CONTROLO
Património e Paisagem	<p>de vida aos habitantes do Concelho, invertendo o processo de desertificação.</p> <ul style="list-style-type: none"> Presença, na Carta de Caracterização do território: Património, de todo o elenco patrimonial arquitectónico e arqueológico, que visa valorizar todos os recursos culturais existentes de forma a poderem ser aproveitados e explorados de forma integrada; Elaboração da Carta de Unidades e Valores da Paisagem, contribuindo para valorização e qualificação da paisagem concelhia; A qualificação do tecido empresarial pressupõe em parte o desenvolvimento turístico com base nos valores patrimoniais/históricos, e por outro lado, em produtos associados à conservação da paisagem; Promoção e valorização do património arquitectónico, da sede de concelho, através do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do centro Histórico de Monforte, que constitui um contributo 		<ul style="list-style-type: none"> Conservação e valorização do Património classificado e em vias de classificação que inclui o património inventariado, arqueológico e urbano. Sensibilização e consciencialização da população para que seja parte integrante neste processo; Criação de mecanismos de incentivo (ex.: redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções; Criação de incentivos (ex.: redução das taxas municipais) para que os jovens optem por viver no Centro histórico, de forma a combater o envelhecimento deste e o abandono de muitas moradias; Criação de medidas no sentido de alterar os hábitos e horários de instituições/actividades relacionadas com o património e cultura (museus, mostras de artesanato, etc.), de forma a que os horários se tornem compatíveis com o horário pós laboral e assim incentivar à visita por parte dos turistas e dos residentes do Concelho; Criação de mecanismos de incentivo para os proprietários de Quintas com valor patrimonial para que estas sejam recuperadas e integradas em roteiros turísticos ou outras actividades, como por exemplo em actividades pedagógicas, de recreio e lazer; Manutenção do mosaico cultural existente assente em formas tradicionais de uso e transformação do solo (como é o caso do povoamento, culturas anuais de sequeiro e do olival), sendo estes factores fundamentais para o carácter do lugar, nomeadamente o relevo característico da periplanície Alentejana; 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização das acções de recuperação do património edificado e de incentivos à ocupação do edificado existente por famílias jovens; Monitorização do contributo das medidas de salvaguarda e protecção, para a valorização do património arqueológico e arquitectónico; Monitorização da diversidade paisagística e do seu mosaico cultural que caracteriza a paisagem; Monitorização das medidas de preservação e requalificação do património paisagístico.

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

85/92

FACTORES AMBIENTAIS	EFEITOS POSITIVOS/VANTAGENS	EFEITOS NEGATIVOS/DESvantagens	DIRECTRIZES DE MINIMIZAÇÃO DE EFEITOS	MEDIDAS DE CONTROLO
	<p> muito importante para inverter o processo de desertificação;</p> <ul style="list-style-type: none"> Definição da Estrutura Ecológica Urbana presente na Carta de Ordenamento dos Perímetros Urbanos, que valoriza os espaços verdes urbanos, articulada com a Estrutura Ecológica Municipal que permite uma análise global das potencialidades biofísicas e valores paisagísticos do Concelho. 		<ul style="list-style-type: none"> Promover a regeneração natural do povoamento através de medidas que reduzam os efeitos da exploração pecuária intensiva; Assegurar a implantação de planos de monitorização e controlo de descargas para as linhas de água; Preservação e requalificação das galerias ripícolas associadas aos ecossistemas aquáticos; Criação de incentivos para a recuperação e dinamização de edifícios que se encontram fechados ou pouco visitados pelo público, como por exemplo, algumas igrejas ou os Fortes da Graça e de Santa Luzia. Estes edifícios podem ser revertidos para outras actividades diferentes das habituais, como concertos (apropriados ao local), exposições, mostras de artesanato, etc; Criação de Redes de percursos que possam aliar a componente Patrimonial à componente Paisagística de forma a promover estes dois recursos e contribuir para a sua valorização e salvaguarda. 	



9 CONCLUSÃO

A avaliação ambiental desenvolvida relativamente ao Plano Director Municipal de Monforte (PDM ou Plano) em processo de revisão permite-nos tecer as seguintes considerações finais:

O processo de revisão iniciado em 2003, absorveu as várias alterações legislativas introduzidas no regime de elaboração dos instrumentos de gestão e planeamento do território (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial), nomeadamente no que concerne ao ambiente.

Relativamente à Avaliação Ambiental Estratégica, o cenário ideal, e o que propõe a legislação, seria que esta ocorresse em simultâneo com a elaboração do Plano, o que não aconteceu, uma vez que esta figura não existia a quando do início do processo de revisão e surge já na fase de elaboração da Proposta Plano do PDM.

Contudo, a metodologia seguida pela equipa do Plano e que se reflecte no conteúdo material e documental da Proposta Plano apresentada comprova a preocupação e a convicção de integração das questões ambientais neste processo.

O modelo conceptual de planeamento adoptado preconiza a localização das actividades em função da aptidão ecológica e histórico-cultural do território, tendo em conta factores como: morfologia do terreno, água, ar, solo e por inerência vegetação e fauna, mas também história e humanização da paisagem e a evolução sócio-económica previsível.

O Município assumiu desde o início do processo a importância que a conservação e valorização do ambiente e do património natural, tem para a estratégia de desenvolvimento do concelho, neste sentido e, no âmbito de integração da Estrutura Ecológica Municipal, que no decorrer do processo de revisão do PDM, que surge no seguimento das alterações no quadro legislativo com obrigatoriedade de delimitação e integração nos elementos que acompanham o Plano, promoveu a elaboração do Plano Verde de Monforte.

O Plano Verde teve como objectivo avaliar as potencialidades ecológicas do território de modo a elaborar uma proposta de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, avaliando as suas implicações na ocupação do território municipal, pelas diversas actividades humanas e, reflectir sobre a forma como esta Estrutura se compatibiliza com estas, como as condiciona e as valoriza.

Este Plano integra a Estrutura Ecológica numa rede de protecção e valorização ambiental que procura definir formas de Ocupação Territorial e Medidas de Gestão para os componentes daquela e a sua integração com restantes espaços, tanto do solo rural como urbano, equacionando usos, funções e projectos a desenvolver.

Neste sentido o Plano Verde informou o ordenamento, devendo estar subjacente a toda a sua organização, tanto nas zonas urbanas como rurais e da qual deverá depender a implantação das restantes actividades no território, definindo o modelo de planeamento sustentável.

Neste contexto os objectivos e as propostas do Plano Director Municipal de Monforte reflectem já a melhor opção para minimizar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano.

A Avaliação Ambiental Estratégica comprova esta situação, identificando apenas dois potenciais efeitos negativos relativos a algumas propostas ou intervenções no âmbito dos objectivos 2 - Qualificação Empresarial e 3 - Mobilidade /Acessibilidade, com incidência sobre os factores da Biodiversidade, Qualidade Ambiental e Recursos Naturais e Riscos Naturais e Tecnológicos.

No entanto os efeitos negativos identificados apresentam um fraco conflito, na medida em que com algumas medidas de minimização facilmente são neutralizados.



Quadro 34 – Síntese das Desvantagens ou dos Efeitos negativos.

FACTORES	DESVANTAGENS OU DOS EFEITOS NEGATIVOS
Biodiversidade	<p>3º Objectivo – Mobilidade/Acessibilidade</p> <p>O Objectivo “Mobilidade/Acessibilidade” pode ter um contributo negativo para a preservação da biodiversidade, na medida em que a concretização deste objectivo passa pela construção e/ou melhoria de algumas vias, de forma a colmatar limitações actuais. A construção de novas vias pode vir a contribuir para a perda da biodiversidade, na medida em que, para além de constituir uma barreira física para a fauna, poderá representar também a perda de uma área significativa de espécies de flora com interesse para a conservação.</p> <p>De realçar ainda que o PDM não apresenta proposta de novas vias fora dos perímetros urbanos, havendo no entanto a proposta da entidade “Estradas de Portugal”, em fase de estudo prévio, de uma alteração ao traçado do IP2 (Itinerário Principal).</p> <p>Contudo, a implementação de novas vias, deverá ter em conta a preservação de ocorrências naturais e paisagísticas de interesse presentes no território, nomeadamente a elaboração de estudos para a avaliação dos impactes ambientais em áreas onde ocorram habitats naturais ou ecossistemas.</p>
Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	<p>2º Objectivo –Qualificação Empresarial</p> <p>Este objectivo pode ter incidências na Qualidade Ambiental e Recursos Naturais nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo à instalação de novas actividades industriais, o que pode levar a uma possível contaminação das reservas subterrâneas de água; ▪ O aparecimento de novas indústrias, e o tráfego de pessoas e viaturas a estas associadas, pode contribuir para o aumento da poluição sonora; <p>O PDM propõe que a localização de indústrias se faça preferencialmente no Espaço Urbanizado de Indústria, Comércio e Serviços ou no Espaço de Indústria, Comércio e Serviços Programado, cuja delimitação teve em consideração o afastamento de áreas residenciais e de equipamento e a acessibilidade, de modo a minimizar impactes negativos.</p> <p>As indústrias ou equipamentos que pela sua natureza ou dimensão necessitem de localização em Solo Rural, o PDM remete para Plano de Pormenor a sua correcta implantação e cumprimento de legislação ambiental em vigor.</p> <p>3º Objectivo – Mobilidade/Acessibilidade</p> <p>Este objectivo pode ter incidências na Qualidade Ambiental e Recursos Naturais nos termos em que a melhoria das acessibilidades pode contribuir de forma negativa para a qualidade da água e do solo.</p> <p>Aplicam-se as considerações descritas no factor anterior, realçando ainda que é proposta do PDM é no sentido de melhoria do sistema /rede de transportes públicos em detrimento do particular.</p>
Riscos Naturais e Tecnológicos	<p>2º Objectivo –Qualificação Empresarial</p> <p>Este objectivo pode ter incidências neste factor nos termos em que a instalação de novas indústrias pode constituir uma ameaça no que diz respeito ao aumento dos Riscos Naturais e Tecnológicos, nomeadamente, aos Riscos de Contingência.</p> <p>A qualificação empresarial passa pela instalação de novas empresas. De certa forma, pode considerar-se que a instalação de determinadas actividades industriais pode contribuir para o risco de contingência sobretudo no que diz respeito ao risco de explosão.</p> <p>Por outro lado, considera-se um fraco conflito uma vez que as empresas que se propõem instalar têm como base o desenvolvimento turístico e os valores culturais, naturais, patrimoniais e históricos do Concelho, logo actividades com baixa probabilidade de ocorrência de riscos de contingência.</p>

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

88/92

A Proposta Plano apresentada está em consonância com os objectivos e orientações estabelecidos pelos Programas e Planos de hierarquia superior.

Na componente comunicação inerente ao processo de Avaliação Ambiental Estratégica, os procedimentos equacionados têm três enquadramentos:

- Um que inclui a “consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja susceptível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação” (Decreto Lei 232/2007, de 15 de Junho), e, que terá lugar nas reuniões de acompanhamento e concertação do PDM;
- Outra que tem vindo a ocorrer ao longo do processo de revisão do PDM através de várias sessões públicas que a Câmara e Equipa responsável pelo processo de revisão promoveram, aos técnicos e responsáveis políticos da Câmara Municipal – Fevereiro 2006, A propósito da apresentação da Agenda XXI – Junho 2007, à Assembleia Municipal – Julho de 2008, no “Encontro Patrimonial”, onde foi apresentado o Plano Verde de Monforte - Junho 2009;
- E um terceiro tempo a ocorrer a quando da Consulta Pública do PDM e respectivo Relatório Ambiental.

Face ao exposto considera-se positiva a Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Monforte.



arquitetura paisagista lda
www.lodo.pt



10 FONTES DOS PARÂMETROS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Quadro 35 – Fontes dos parâmetros utilizados na Avaliação Ambiental Estratégica.

Factor Ambiental	Critério	Parâmetros e Indicadores	Fontes de Informação
Biodiversidade	Áreas e Espécies Protegidas	Áreas com estatuto de protecção, nomeadamente Sítios da Rede Natura 2000 e Zonas de Protecção Especial;	PDM / ICNB
		Presença de habitats naturais e espécies de fauna e flora com interesse para a conservação;	PDM / ICNB
		Presença de espécies florestais com estatuto de conservação, nomeadamente povoamentos de sobre e azinho.	PDM – Planta de Situação Actual
Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	Abastecimento domiciliário de água	Grau de cobertura da rede de abastecimento de água	PDM - Infra-Estruturas
		Qualidade da água de consumo doméstico.	PDM / Câmara Municipal de Monforte
	Drenagem e tratamento de águas residuais	Grau de cobertura da rede de drenagem de águas residuais e tratamento realizado.	PDM - Infra-Estruturas
	Recolha e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	Grau de cobertura da rede de recolha de RSU.	PDM - Infra-Estruturas
	Poluição Sonora	Áreas sensíveis sujeitas a focos de poluição sonora ou a usos inapropriados;	PDM – Mapa de Ruído de Monforte
		Áreas urbanizáveis localizadas em áreas	PDM – Mapa de Ruído de Monforte
	Recursos Geológicos	Identificação das áreas com potencial geológico.	PDM / Direcção Geral de Energia e Geologia / INETI
	Valorização dos recursos edáficos	Aptidão do solo para usos e actividades.	PDM – Planta de Aptidão do solo
	Recursos Hídricos	Identificação e protecção de sistemas fundamentais para o ciclo hidrológico.	PDM - Análise Fisiográfica / Índice Hidrográfico de Portugal
	Riscos Naturais e Tecnológicos	Risco de Incêndio	Áreas mais susceptíveis aos incêndios
Risco de Erosão		Áreas com elevada erodibilidade;	PDM – Reserva Ecológica Nacional

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

90/92

Factor Ambiental	Critério	Parâmetros e Indicadores	Fontes de Informação
	Risco de Contingência	Revestimento florestal como redutor de risco de erosão.	PDM – Planta de Situação Actual
		Instalações com risco de explosão em áreas urbanas	PDM
		Riscos de acidentes naturais.	PDM / Mapa Neotectónico de Portugal Continental / Mapa de Perigosidade Sísmica
Coesão Social e Desenvolvimento Local	Dinâmica populacional	População residente;	PDM – Estudos de Caracterização (Demografia)
		Movimento migratório;	PDM – Estudos de Caracterização (Demografia)
		Estrutura de povoamento do Concelho de Monforte;	PDM – Estudos de Caracterização (Demografia)
		Envelhecimento e longevidade;	PDM – Estudos de Caracterização (Demografia)
		Índice de sustentabilidade.	PDM – Estudos de Caracterização (Demografia)
	Mobilidade	Acessibilidade rodoviárias nacionais;	PDM – Estudos de Caracterização (Infra-Estruturas)
		Acessibilidade rodoviárias concelhias;	PDM – Estudos de Caracterização (Infra-Estruturas)
		Rede de Estacionamento	Câmara Municipal de Monforte
	Acesso a equipamento e serviços públicos	Identificação de equipamentos de ensino, cultura/lazer, saúde, emprego/negócios, assistência social;	PDM – Estudos de Caracterização (Equipamentos)
		Estratégia de concentração.	PDM – Estudos de Caracterização (Equipamentos)
	Actividade Industrial	Ramos de actividades e evolução;	PDM – Estudos de Caracterização (Economia)
		Volumes de negócios de vários ramos;	PDM – Estudos de Caracterização (Economia)
		Dimensão média das empresas.	PDM – Estudos de Caracterização (Economia)
	Mobilização do potencial agrícola e florestal	Evolução da actividade agrícola;	PDM – Estudos de Caracterização (Economia)
A paisagem do Concelho;		PDM – Estudos de Caracterização (Paisagem)	

avaliação ambiental estratégica

julho.2009



relatório

91/92

Factor Ambiental	Critério	Parâmetros e Indicadores	Fontes de Informação
Ocupação e Gestão do Território		Produção animal;	PDM – Estudos de Caracterização (Economia)
	Mobilização do potencial turístico	Oferta turística do Concelho;	PDM – Estudos de Caracterização (Equipamentos)
		Potencialidades turísticas a explorar.	PDM – Estratégia de Desenvolvimento
	Ocupação e uso do solo	Ocupação e uso do solo rural;	PDM – Planta de Situação Actual - Estudos de Caracterização (Urbanismo)
		Dinâmica/Expansão Urbana.	PDM – Planta de Situação Actual - Estudos de Caracterização (Urbanismo)
	Ordenamento do Espaço Rural e Urbano	Qualificação/Requalificação do solo rural e urbano;	PDM – Ordenamento (Solo Urbano) – Carta de Ordenamento
		Categorias de Espaço.	PDM – Ordenamento (Solo Urbano) – Carta de Ordenamento
Dinâmicas de urbanização e edificação	Crescimento dos Perímetros Urbanos.	PDM – Planta de Situação Actual - Estudos de Caracterização (Urbanismo)	
Protecção dos Solos	Áreas de valor ecológico, protegidas por instrumentos legais.	PDM – Estudos de Caracterização (REN / RAN / Estrutura Ecológica)	
Património e Paisagem	Património Arquitectónico e Arqueológico	Património classificado;	PDM – Estudos de Caracterização (Património Classificado)
		Património em vias de classificação;	PDM – Estudos de Caracterização (Património em vias de Classificado)
		Património de interesse municipal (classificado e proposto);	PDM – Estudos de Caracterização (Património Inventariado)
		Património arqueológico	PDM – Estudos de Caracterização (Património Arqueológico)
		Património urbano	PDM – Estudos de Caracterização (Património Urbano)
	Paisagem	Identificação de valores paisagísticos que definem e caracterizam o Concelho.	PDM – Estudos de Caracterização (Paisagem)



arquitectura paisagista lda
www.lodo.pt



11 BIBLIOGRAFIA

Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho. Diário da República n.º 114, 1.ª Série. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro. Diário da República n.º 181, 1.ª Série. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Directiva 2001/42/CE. Jornal Oficial da Comunidade Europeia L 197, de 21 de Julho. Parlamento Europeu e do Conselho.

Directiva 2003/35/CE. Jornal Oficial da Comunidade Europeia L 156, de 25 de Junho. Parlamento Europeu e do Conselho.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015. Resolução do Conselho de Ministros n.º 109, de 20 de Agosto de 2006. Diário da República n.º159, 1ª Série.

Fundamentos da Revisão do Plano Director Municipal, Câmara Municipal de Monforte, Julho de 2005

Partidário, Maria do Rosário. Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas. Agência Portuguesa do Ambiente. Outubro de 2007.

Partidário, Maria do Rosário. Termos de referência e Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica das Propostas de Programas Operacionais, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, QCA IV (2007-2013) e Directiva Europeia 2001/42/CE. 2006.

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Normas Regulamentares, Abril de 2001.

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Normas Regulamentares, Novembro 2000.

Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007- 2013. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Instituto da Conservação da Natureza, relatório volume I, Setembro 2006.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Programa de Acção. Anexo à Lei n.º58/2007, de 4 de Setembro, rectificado pela declaração n.º80-A, de 7 de Setembro de 2007.

Programa Operacional Regional do Alentejo. CCDRA. Revisto pela Decisão C (2006) 7293 de 28 de Dezembro de 2006.

Regulamento do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Diário da República n.º66, 1ª Série, 3 de Abril 2007.